

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO**

**AGNES LEITE THOMPSON DANTAS FERREIRA**

**O NOVO PARADIGMA DO SABER E OS DISPOSITIVOS  
URBANOS PARA UMA CIDADE EDUCADORA**

VITÓRIA  
2012

AGNES LEITE THOMPSON DANTAS FERREIRA

**O NOVO PARADIGMA DO SABER E OS DISPOSITIVOS URBANOS  
PARA UMA CIDADE EDUCADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.  
Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clara Luiza Miranda.

VITÓRIA  
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F383n Ferreira, Agnes Leite Thompson Dantas, 1985-  
O novo paradigma do saber e os dispositivos urbanos para  
uma cidade educadora / Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira  
– 2012.  
154 f. : il.

Orientadora: Clara Luiza Miranda.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Cidades e vilas. 2. Política urbana. 3. Planejamento  
urbano. I. Miranda, Clara Luiza. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

**AGNES LEITE THOMPSON DANTAS FERREIRA**

**DISPOSITIVOS URBANOS PARA UMA CIDADE EDUCADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Aprovada em 20 de março de 2012.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clara Luiza Miranda  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Machado Campos  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lais Pereira da Silva  
Universidade Federal Fluminense

A minha mãe Eliana, ao meu pai Alfabian, à minha  
irmã Aimée, incondicionalmente.

A Rodrigo, pelo companheirismo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos meus pais, à minha irmã, ao meu noivo por acreditarem em mim e no meu potencial.

Agradeço à minha orientadora, professora Clara Luiza Miranda, pelo incentivo e confiança no meu trabalho e acreditar que é possível vislumbrar uma cidade educadora. Agradeço à professora Martha Machado Campos pelo apoio, e À professora Lilian Fessler Vaz pelas contribuições na banca de qualificação.

Agradeço à professora Maria Lais Pereira da Silva por aceitar participar desta banca examinadora de última hora.

Agradeço aos meninos do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Bruno Bowen Vilas Novas e Pedro Moreira, pelo incentivo e por acreditarem no meu trabalho.

Agradeço também aos moradores do Território do Bem que contribuíram para essa pesquisa, a Cosme, Valmir, Abelhão, Alessandra, Giovana, Gesiledia, seu Mário. Agradeço também as contribuições da Associação Ateliê de Idéias, especialmente a Denise Biscotto.

Agradeço aos arquitetos da Prefeitura Municipal de Vitória, José Carlos Loureiro, Rosana Murari e Melissa Passamani Boni. Às assistentes sociais do Escritório Local do Terra na poligonal 1, Valéria Latavanha, Priscilla Falcon e Zilma da Conceição. Agradeço cordialmente ao bibliotecário do Núcleo Gestor do Terra, Patrick Rocha. Agradeço à Jorge Martins, pela ajuda e solidariedade na confecção dos mapas.

“Há o tempo da construção  
habitado por fogo e alarido.  
E o tempo, outro há,  
a ser dia a dia construído.

Quem semeou a palavra cidade?

Pássaros sem morada  
à deriva do destino?

Os fantasmas que nos espiam  
se ossos já não nos animam?

Que olhares tão longínquos  
esses que nos festejam!

Que segredo nos conta  
o passo que inaugura o caminho?

[...]

Uma pedra na parede  
Reconhece a mão que a incrustou?”  
(Adilson Vilaça)

## RESUMO

Discute a formação de dispositivos urbanos que possuem como característica promover a interação, a conexão, a inclusão e o aprendizado dentro do novo paradigma do saber, o qual corresponde ao processo de implicação/ multiplicação entre espaço do saber e espaço urbano, provocado por diversos agenciamentos. Resgata a importância do espaço físico na cidade contemporânea perante a propagação crescente do ciberespaço como aquele que para muitos teóricos parece ser o futuro da humanidade. Trata ainda da importância do saber em diversos campos, como a Filosofia, a Sociologia, a Educação, e, sobretudo a Arquitetura e o Urbanismo, destacando a necessidade de se pensar a cidade segundo esse estatuto do saber. Mostra como os dispositivos urbanos são encontrados na agenda das políticas públicas. Nesse contexto, utiliza como modelo a poligonal 1 do município de Vitória, composta por oito comunidades que se autodenominam Território do Bem, enfatizando como a apropriação e a produção endógena de espaços contribuem para a formação dos dispositivos urbanos. Além disso revela a atuação da Prefeitura Municipal de Vitória por meio do Plano Plurianual 2010/2013, apontando as ações e os programas que contribuem para a formação de dispositivos urbanos. Os resultados demonstram que os dispositivos urbanos são ferramentas participativas de gestão e planejamento da cidade, contribuindo para o processo de autonomia e emancipação social.

Palavras chaves: Dispositivo urbano. Novo paradigma do saber. Território do Bem.



## **ABSTRACT**

Discusses the formation of urban apparatus that have characterized promote interaction, connection, inclusion and learning within the new paradigm of knowledge, which corresponds to the process of involvement/ knowledge propagation between space and urban space, caused by various combinations. Rescues the importance of physical space in the contemporary city before the increasing spread of cyberspace as one that many theorists seem to be the future of humanity. It also discusses the importance of knowledge in various fields such as Philosophy, Sociology, Education, and especially the Architecture and Urbanism, highlighting the need to think about the city according to this status of knowledge. Shows how the apparatus are found in urban public policy agenda. In this context, used as a model the polygonal 1 of the city of Vitória, consisting of eight communities that call themselves Território do Bem, focusing on how ownership and endogenous production of spaces contribute to the formation of urban apparatus. Also shows the performance of the city of Vitória through the Multiyear Plan 2010/2013, pointing out the actions and the programs that contribute to the formation of urban apparatus. The results show that the apparatus are tools of participatory urban management and city planning, contributing to the process of autonomy and social emancipation.

Keywords: Urban apparatus. New paradigm of knowledge. Território do Bem.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plenária do Fórum Bem Maior na unidade de saúde de Consolação, na poligonal 1 de Vitória em 22 de setembro de 2010.....	31
Figura 2 – As poligonais de Vitória.....	40
Figura 3 – A poligonal 1.....	41
Figura 4 – Poligonal 1, vista da pedra da Gameleira.....	42
Figura 5 – Mapa cognitivo de Alessandra, moradora de Jaburu.....	85
Figura 6 – Localização dos elementos do mapa cognitivo de Alessandra no Território do Bem.....	87
Figura 7 – Mapa cognitivo de Abelhão, morador de Jaburu.....	88
Figura 8 – Localização dos elementos do mapa cognitivo de Abelhão.....	89
Figura 9 – Mapa cognitivo de Giovana, moradora de São Benedito.....	90
Figura 10 – Localização dos elementos do mapa cognitivo de Giovana.....	90
Figura 11 – Mapa cognitivo de Gesiledia, moradora de Floresta.....	92
Figura 12 – Localização dos elementos do mapa cognitivo de Gesiledia.....	93
Figura 13 – Comparação entre mapas de localização dos elementos citados pelos entrevistados.....	96
Figura 14 – Mapa de tipografias.....	97
Figura 15 – Mapeamento dos equipamentos socioculturais da Prefeitura.....	106
Figura 16 – Mapeamento das instituições não-governamentais.....	107
Figura 17 – Mapeamento de praças e parques existentes.....	108
Figura 18 – Dispositivos próximos ao Território do Bem.....	112
Figura 19 – Construção em mutirão de parte do futuro Centro Comunitário de São Benedito durante o SENEMAU 2010, em Vitória.....	114

Figura 20 – Reforma em mutirão de edificação para futura sede da Associação de Moradores de Jaburu durante o SENEMAU 2010, em Vitória.....	114
Figura 21 – Espaço de lazer criado em Jaburu durante o Mutirão do Bem, em janeiro de 2011, em Vitória.....	114
Figura 22 – Espaço de lazer após intervenções com parceria da Arcelor Mittal..	115
Figura 23 – Espaço de lazer criado em Floresta durante o Mutirão do Bem, em janeiro de 2011, em Vitória.....	115
Figura 24 – Apresentação do grupo Odomodê no Agito Cultural em São Benedito.....	117
Figura 25 – Quadra poliesportiva ao lado da Igreja Nossa Senhora da Guia.....	120
Figura 26 – Mapa de Vitória com seus equipamentos.....	128

## **LISTA DE SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAJUN – Projeto Caminhando Juntos

CAT – Centro de Atividades

CDV – Companhia de Desenvolvimento de Vitória

CEU – Centro de Educação Unificada

CIAC – Centro Integrado de Atendimento à Criança

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRJ – Centro de Referência da Juventude

EDP – Energias de Portugal

FAFI – Faculdade de Filosofia

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Educação Profissional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OEA – Organização dos Estados Americanos

PEU – Programa de Estruturação Urbanística

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PUC – Pontifícia Universidade Católica

QG – Quartel General

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário

SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

SEGES – Secretaria de Gestão Estratégica

SEMAS – Secretaria de Municipal Assistência Social

SEMC – Secretaria Municipal de Cultura

SEMCID – Secretaria Municipal de Cidadania

SEME – Secretaria Municipal de Educação

SEMESP – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMOB – Secretaria Municipal de Obras

SEMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SENEMAU – Seminário Nacional dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SETGER – Secretaria de Trabalho e Geração de Renda

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZIPP – Zonas de Interesse Público Prioritário

## SUMÁRIO

<b>1 PRIMEIROS ENTENDIMENTOS</b> .....	16
1.1 NA ESTEIRA DA PROBLEMÁTICA .....	23
1.2 DO NOVO PARADIGMA DO SABER AOS DISPOSITIVOS URBANOS.....	27
1.3 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO FÍSICO NA CIDADE .....	32
1.4 OS DISPOSITIVOS URBANOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	35
1.5 A POLIGONAL 1 DE VITÓRIA .....	37
<b>1.5.1 O contexto do Projeto Terra</b> .....	37
<b>1.5.2 A poligonal 1 no início do Projeto Terra</b> .....	41
<b>1.5.3 A poligonal 1 hoje: O Território do Bem</b> .....	47
<b>2 O ESPAÇO DO SABER E OS DISPOSITIVOS URBANOS</b> .....	50
2.1 O SABER PROTAGONISTA .....	50
2.2 A CIDADE EDUCADORA E O SABER .....	55
2.3 DISPOSITIVOS URBANOS .....	60
2.4 DISPOSITIVOS URBANOS: IMPORTANTES EXEMPLOS HISTÓRICOS.....	66
<b>3 O ESPAÇO DO SABER NO ESPAÇO DA CIDADE: O NOVO PARADIGMA DO SABER NA COMUNIDADE E NA CIDADE</b> .....	75
3.1 A IMPORTÂNCIA DOS DISPOSITIVOS URBANOS NA COMUNIDADE .....	75
<b>3.1.1 Comunidade</b> .....	75
<b>3.1.2 Apropriação e produção endógena</b> .....	79
3.2 OS DISPOSITIVOS URBANOS NO TERRITÓRIO DO BEM .....	84
3.3 BALANÇO DOS DISPOSITIVOS URBANOS NO QUADRO DE 13 ANOS DE POLIGONAL 1 E PROGRAMA TERRA .....	118
3.4 ENTRE POLÍTICAS PLANOS E PROGRAMAS DENTRO DO NOVO PARADIGMA DO SABER: ATUAÇÃO DO ESTADO .....	122

<b>3.4.1 Considerações acerca do Plano Plurianual 2010/2013 e seus dispositivos urbanos.....</b>	<b>124</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE B – Tabela 1 - Programas Contidos no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE C – Tabela 2 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos.....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE D – Tabela 3 – Programas Contidos no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1.....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE E – Tabela 4 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1.....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE F – Tabela 5 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos com Espaço Físico.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE G – Tabela 6 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1 com Espaço Físico.....</b>	<b>154</b>

## 1 PRIMEIROS ENTENDIMENTOS

A emergência/ formação consecutiva de um novo paradigma do saber e da constituição da cidade educadora conduzem a repensar o papel dos espaços e equipamentos urbanos, designados neste trabalho de dispositivos urbanos, como constatações materiais/ físicas e imateriais/ processuais.

O presente trabalho apresenta um estudo que constitui parte de uma questão contemporânea: conhecer qual o papel da Arquitetura e do Urbanismo frente à mudança do estatuto do saber e do modo produtivo social e técnico. Trata-se, portanto, de uma reflexão interdisciplinar<sup>1</sup> presidida pela Arquitetura e Urbanismo invariavelmente numa circunstância do lugar x o saber.

Essa transformação acaba por apontar para uma mudança de paradigma, que tem o saber como determinante dos diversos processos cotidianos nas diversas esferas: política, social, econômica, cultural, urbana, etc. E dessa forma, essa discussão, que permeia campos da Filosofia, Sociologia, Educação, também tem seu lugar no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Em especial, interessa a relação entre o espaço urbano e o novo espaço do saber, exposta de maneira a problematizar os dispositivos urbanos usando como modelo a poligonal 1 do município de Vitória, a qual é denominada pelos seus moradores como Território do Bem<sup>2</sup>.

Essa discussão a respeito dos dispositivos urbanos se coloca, portanto, dentro das mudanças de paradigmas no pensamento sobre as cidades, bem como do planejamento e das políticas públicas urbanas, as quais parecem se apoiar em conceitos que se revelam atuais como base para as práticas urbanas.

Está encaminhada no Brasil, desde 1988, uma revisão profunda das posturas adotadas pelo planejamento e políticas públicas urbanas frente às mudanças políticas – com a descentralização político-administrativa estabelecida na

---

<sup>1</sup> Segundo Hilton Japiassu (1976), a interdisciplinaridade corresponde a um grupo de disciplinas conexas, mas que possui uma disciplina como foco, introduzindo, assim, a noção de finalidade e de objetivos múltiplos comuns às disciplinas envolvidas. No caso deste trabalho, o foco seria a Arquitetura e o Urbanismo, não prescindindo da contribuição das demais disciplinas, como Educação, Ciências Sociais, Filosofia.

<sup>2</sup> A poligonal 1, denominação dada pela Prefeitura Municipal de Vitória às áreas de atuação do Programa Terra Mais Igual será apresentada e caracterizada no item 1.5.



Constituição Federal –, econômicas; numa outra via, – com o neoliberalismo econômico, social e cultural; e ainda, com as novas tecnologias de informação e comunicação também sendo disseminadas na vida das pessoas.

Assim, o problema que se coloca nesse estudo é entender qual o papel do que se denominam dispositivos urbanos na relação entre espaço do saber e espaço urbano. Espaço do saber este que, segundo Pierre Lévy, está caracterizado pelo uso de tecnologias digitais, e que pode vir a prescindir do espaço físico, conduzindo a uma nova etapa da sociedade, ao utilizar essas tecnologias como ferramentas para sua constituição.

O uso crescente das tecnologias de informação e comunicação faria aumentar o ciberespaço frente ao espaço físico, e com ele abarcaria modos de vida, usos que antes se davam perante o espaço físico. São exemplos dessa situação as redes sociais, os *websites* de encontros e de discussão, como MSN, Orkut, Facebook, entre outros, que atuam como os espaços de conversação, troca de ideias, informações, dados, conhecimento e projeto.

Essa ubiquidade com que se apresentam o tempo e o espaço, e suas consequências nas relações sociais e no desenvolvimento urbano é abordada por Stephen Graham (1996) no texto “Rumo à cidade em tempo real: desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e telemediática”. Para o autor, as cidades contemporâneas são, na realidade, um amálgama do espaço urbano, físico com o ciberespaço. O amálgama, nesse caso, compreende a existência dos espaços físico e eletrônico de forma paralela, em que suas sobreposições e interconexões criam nós pelo espaço urbano. Contudo, a crítica de Graham reside no fato de que a existência do ciberespaço não necessariamente fará as interações face a face prescindirem do espaço físico, tornando as interações em cidades virtuais o futuro próximo para todos os tipos de convivência, interação, relações e construção de saberes.

Nesse sentido, importa saber o que a cidade física pode aprender com os novos saberes, como essa interação entre o ciberespaço e a cidade física, material pode contribuir para o desenvolvimento urbano.

Frente ao problema de entender qual o papel do que se denominam dispositivos urbanos na relação entre espaço do saber e espaço urbano é necessário estabelecer premissas que o situam dentro do contexto de mudança desse estatuto do saber e do modo produtivo social e técnico. A primeira premissa trata do saber como protagonista na economia, por meio do trabalho imaterial e a sua relação com as novas tecnologias. A segunda premissa coloca a cidade, o espaço urbano como **um**, dentre vários, agenciamento de aprendizado em que a sociedade contemporânea estabelece relações com o espaço urbano que facilitam esse saber.

Dessa forma, as premissas traçam um novo paradigma do saber: o espaço do saber implica, envolve o meio urbano, que por sua vez, multiplica (especialmente) esse espaço do saber, fazendo com que a cidade seja um agenciamento ou produto de vários agenciamentos de aprendizado. Ou seja, o espaço do saber leva ao espaço urbano, à cidade, que com seu desenvolvimento e seus agenciamentos leva novamente ao espaço do saber.

O novo paradigma do saber possui características que lhes imprimem um caráter molecular, heterogêneo e horizontal. Afirmar que este paradigma possui caráter molecular significa dizer que diz respeito aos devires, ou seja, caracteriza-se pela mudança constante, pelas transições em função das necessidades, processos e atividades sociais. Corresponde a linhas de criação: a criação e relação recíproca entre espaço urbano e espaço do saber.

O caráter processual da ordem molecular cria agenciamentos entre elementos heterogêneos, produzindo situações singulares, que no contexto do novo paradigma do saber é capaz de ligar circunstâncias, ocasiões, processos reivindicatórios, processos de aprendizado, entre outros ao espaço físico da cidade. Essas ligações não possuem modalidades nem finalidades fixas (constituem fluxos que respondem a um determinando estímulo).

A heterogeneidade desse novo paradigma configura-se pelo fato de conectar elementos de diferentes naturezas. É possível ligar manifestações, eventos, diferentes programações que possuam objetivos diversos aos espaços físicos da cidade, e com isso produzir infinitas relações de implicação (envolvimento)/multiplicação (difusão) entre espaço do saber e espaço urbano.

A horizontalidade corresponde a uma estratégia de organização com poucos níveis hierárquicos, em que os envolvidos possuem paridade quanto à sua importância, podendo tomar decisões. Essa situação torna essa organização mais ágil, pois tem como característica a descentralização, seja física, de poder, de tomada de decisões.

Nesse sentido, a horizontalidade é uma prática que se relaciona com o pacto mútuo de equivalência entre as partes. Assim, dizer que o novo paradigma do saber é horizontal quer dizer que diversos atores podem ensinar, aprender, e dessa forma construir juntos novas formas de urbanidade, de sociabilidade/ afetividade devido a essas trocas, tornando-se um processo coletivo em que todos possuem sua importância, seu lugar. Reconhecer essa importância paritária entre as partes dentro de um determinado contexto ou por meio de vivências já pressupõe essa horizontalidade, além de permitir que essas relações se tornem fortes.

É procurando responder ao problema, de qual seria o papel dos dispositivos urbanos dentro do novo paradigma do saber, tendo em vista que esses não são iniciativa apenas do Estado, mas da sociedade civil, instituições organizadas ou não, coletivos ou individuais, o objetivo geral da pesquisa é verificar de que modo eles podem permitir uma maior participação da população nos processos urbanos, principalmente na gestão e no planejamento, e no exercício da busca pela cidadania, da democracia e com liberdade. Ou seja, visa-se investigar a relação dos dispositivos urbanos nos processos de reivindicação e ativismo social<sup>3</sup> alicerçados no novo paradigma do saber, tendo como princípio a cidade educadora.

De maneira específica o estudo objetiva:

- mapear os espaços e equipamentos existentes no Território do Bem que parecem ser catalisadores nos processos de aprendizagem, interação, conexão e aprendizado para compor dados de geoprocessamento (produto);
- mapear os espaços e equipamentos de Vitória (principalmente entorno imediato) que parecem contribuir para a região;

---

<sup>3</sup> O ativismo social é entendido neste trabalho como uma estratégia de promoção da participação popular nas mudanças sociais e no desenvolvimento humano. Trata-se de uma tentativa de prática de transformação da realidade.

- verificar se a existência desses equipamentos atuam como dispositivos que facilitam o processo de aprendizado com o espaço e no espaço (interação, conexão, afetividade, criatividade, proposição, participação, crescimento humano, cooperação), tendo como mecanismos o trabalho e a cultura; o desenvolvimento comunitário/ coletivo;
- examinar os programas e ações da Prefeitura Municipal de Vitória referentes ao Plano Plurianual 2010/2013, com relação a políticas públicas que sejam direcionadas para ações/ eventos e equipamentos que promovam a interação, aprendizado, conexão, inclusão, constituindo, assim, potenciais dispositivos urbanos.

Os objetivos específicos acabam por traçar o método de estudo utilizado: mapeamento dos equipamentos, atividades que constituem os dispositivos urbanos presentes no Território do Bem; mapeia aqueles que não se encontram inscritos na poligonal, mas que também são utilizados por seus moradores em seu entorno imediato; analisam-se ações e programas do Plano Plurianual 2010/2013 da Prefeitura de Vitória voltados para os equipamentos e atividades; utiliza-se de entrevistas com profissionais de diversas Secretarias da Prefeitura e com moradores das comunidades estudadas. O APÊNDICE A expõe alguns aspectos da metodologia utilizada durante as entrevistas.

As entrevistas dos moradores são acompanhadas de mapas cognitivos, que têm como objetivo a identificação de espaços que estimulam a interação, a conexão, o aprendizado, de forma a construir uma representação coletiva desses espaços no Território do Bem, a partir das representações individuais, ao identificar os pontos em comum entre as diferentes representações. Vale ressaltar que as entrevistas contaram com pessoas representativas envolvidas diretamente em ações e participantes ativas nos dispositivos urbanos locais, ressaltando, dessa maneira, o aspecto qualitativo da pesquisa.

Esse aspecto qualitativo é evidenciado uma vez que a coleta de dados ocorre no contexto em que os fenômenos acontecem; os resultados são apresentados de forma descritiva, com compreensão e interpretação conforme os significados dos próprios sujeitos e de referências na literatura; além da interação entre pesquisador

e pesquisado, já que houve interação e vivência constante entre a pesquisadora, o território estudado e os entrevistados. Exemplos disso é a participação no Mutirão do Bem, ocorrido em janeiro de 2011, além de participações em reuniões do Fórum Bem Maior.

Desse modo, pretende-se verificar como a realidade se apresenta, como as políticas urbanas e o planejamento urbano as validam e como esses espaços e equipamentos (condicionados ao tipo de prática social envolvida) podem, de fato, atuar como dispositivos urbanos, de maneira que a relação entre espaço do saber e espaço urbano pode beneficiar as comunidades.

Os dispositivos urbanos podem colaborar para a busca da autonomia, da qualidade de vida, da interação, da conexão, da inclusão, entendendo que eles são um dispositivo, uma plataforma para a modificação e busca de igualdade no direito à cidade, ao facilitar a criação de um:

[...] *ambiente político-cultural* que, sendo ele mesmo produto de muitas influências e muitos fatores, passa a condicionar, dialeticamente, a possibilidade crescente de avanços em matéria de consciência de direitos, de discussões críticas, de desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2008, p. 449).

Peter Pál Pelbart (2000), em argumentação sobre a construção da cidade por meio da subjetividade, revela que a cidade é a forma de exterioridade por excelência de uma realidade virtual que corresponde aos devires que as pessoas sentem, as suas necessidades materializadas na cidade. Entretanto, nos moldes de hoje essa cidade é algo mais próximo da generalização, da banalidade que segue a lógica do mercado. O autor se pergunta o quanto a cidade preserva ainda sua exterioridade, o quanto ela comporta essa virtualidade, um meio a ser explorado, o quanto ela se presta todavia a novos trajetos, novos traçados de vida para seus cidadãos.

Esse problema é colocado mediante o entendimento da influência do espaço no ser humano e a sua confirmação por intelectuais e educadores, como István Mészáros (2008, p.108), que afirma que “[...] ajustes parciais e melhorias marginais na ordem socio-reprodutiva existente não são suficientes para cumprir o desafio”, entende que a educação não pode se vincular somente à pedagogia, devendo ir para as ruas, espaços públicos, para o mundo.

Soma-se o fato da educação necessitar de um novo entendimento conceitual, em que suas finalidades devem ser reorientadas de maneira que abriguem novos contornos e esclarecimentos, e examinar quais são os conhecimentos e capacidades potenciais à formação do cidadão.

Dessa forma, o que se pretende discutir nesse estudo é a implicação do espaço do saber no meio urbano e sua multiplicação nesse meio frente à perspectiva da cidade ser um agenciamento de aprendizado, além de observar que o novo paradigma do saber já possui suas evidências, inclusive em Vitória, no Território do Bem, como a gestão desse município oferece programas e ações de forma a potencializar os dispositivos urbanos existentes na cidade e possibilitar a formação de outros.

Logo, este trabalho está estruturado de maneira a apresentar no capítulo um os autores que discutem essa relação entre espaço do saber e espaço da cidade nas diversas áreas: Filosofia, Sociologia, Educação e Arquitetura e Urbanismo; trata da relação entre o novo paradigma do saber e os dispositivos urbanos, da importância do espaço físico na cidade contemporânea; discute ainda os dispositivos urbanos na agenda das políticas públicas; e apresenta a chamada poligonal 1 do município de Vitória, destacando suas características no início do Projeto Terra e como se encontra hoje.

O capítulo dois abarca a discussão acerca das premissas do novo paradigma do saber – o saber protagonista do novo modo produtivo social e técnico e a cidade educadora –, além de definir detalhadamente o que se chama dispositivo urbano neste trabalho e como se constitui no novo paradigma do saber; apresenta ainda uma retrospectiva diagramática dos equipamentos na história contemporânea recente a partir do final do século XIX e início do século XX.

Com base nos capítulos anteriores, o capítulo três discute a importância do espaço do saber no espaço da cidade, por meio da apropriação e produção endógena de dispositivos urbanos na comunidade, analisa os dispositivos urbanos existentes no Território do Bem e faz um balanço dos dispositivos urbanos nos treze anos de Projeto Terra no Território. Neste intento, busca verificar a relação entre o espaço do saber e o espaço da cidade por meio da apropriação e produção endógena realizada por alguns grupos, ressaltando como eles se beneficiam dessa relação. Uma dessas

respostas é a possibilidade de programações realizadas pelos próprios usuários, enquanto gestores e planejadores/ programadores do espaço, devido ao caráter heterogêneo, horizontal e molecular do novo paradigma do saber. Essa participação na programação é contínua e despertada pelo estado de mobilização dos moradores, os quais veem nos dispositivos urbanos um devir, uma possibilidade e um desejo de projetar-se, e que para tanto, ora se utiliza de espaços criados com o apoio de diversos agentes, como o poder público, grupos de estudantes de arquitetura em parceria com a comunidade e com organizações não-governamentais, ou ainda por eles mesmos. Além disso, analisa as políticas, os programas e as ações presentes na atual gestão da Prefeitura Municipal de Vitória, a partir da apreciação do Plano Plurianual de Vitória 2010/2013. Por fim, o capítulo quatro apresenta as considerações finais do trabalho e o capítulo cinco as referências bibliográficas.

## 1.1 NA ESTEIRA DA PROBLEMÁTICA

A discussão a respeito do saber como determinante de diversos processos cotidianos é tratada por diversos autores, como Jean-François Lyotard, Pierre Lévy, Antonio Negri, Michael Hardt, Giuseppe Cocco – no campo da filosofia –apontando para uma mudança de paradigma que se pauta no saber como determinante dos diversos processos cotidianos nas diversas esferas: política, social, econômica, cultural, urbana, etc. Agenciam o saber como elemento catalisador das atividades, ação e pensamento contemporâneo.

Sociólogos como Michel de Certeau, Henri Lefebvre, Zigmunt Bauman e Alain Bourdin chamam a atenção para a forma de produção do espaço urbano e a maneira como se tira proveito dele – o que é um tipo de saber – e para a necessidade do espaço físico para determinados acontecimentos/ processos sociais e técnicos.

Educadores como Paulo Freire, Moacir Gadotti e todos aqueles que se vinculam à Associação de Cidades Educadoras também discutem a questão da relação entre o aprendizado, o saber e a cidade, dentro de uma relação intrínseca e de retroalimentação.

Entre os arquitetos, também se observa um pensamento crítico com relação ao espaço do saber e ao espaço da cidade. Arquitetos como Teddy Cruz e o grupo Interboro Partners – formado pelos arquitetos Tobias Armhost, Daniel D’Oca e Georgeen Theodore – têm dedicado atenção à natureza contraditória e conflitiva dos urbanismos como uma oportunidade construtiva. Nesse sentido, entendem que as mudanças sociais, econômicas e demográficas estão promovendo uma nova forma de se entender a Arquitetura e o Urbanismo. Na visão de Teddy Cruz (2008), o problema reside no fato de grande parte dos arquitetos atualmente não se interessar – de maneira geral – pela política do espaço e pela economia de desenvolvimento.

O arquiteto Alejandro Aravena enfatiza que

El desafío para la profesión es participar de las preguntas transversales, cotidianas, que tienen que ver con el desarrollo, la pobreza, la seguridad...y contribuir a esas preguntas inespecíficas con el conocimiento específico del proyecto, el de manejo estratégico de la forma; un manejo de la forma que debe verificarse fuera de su propio sistema de referencias y de nuestro propio gremio (ARAVENA, 2008, p.166).

Esses arquitetos possuem em comum a consciência de que a profissão de arquiteto urbanista possui limites além daqueles tradicionais do projeto de construção, devendo levantar questões de política urbana e desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, entendem que faz parte do trabalho do arquiteto urbanista não somente criar visões do que deveria ser uma cidade ou um espaço, mas também ajudar uma cidade a melhorar o que já possui, endossando, por exemplo, estratégias endógenas de regeneração urbana, como é o caso do Interboro Partners (2008) na cidade de Detroit, Estados Unidos.

Neste projeto, o declínio da cidade de Detroit a partir da década de 1960 fez com que parte considerável da cidade se encontrasse em situação de abandono. Casas, quarteirões inteiros sem uso cotidiano transformaram-se em preocupação e oportunidade para os moradores que permaneceram na cidade. A estratégia desses moradores foi começar um processo espontâneo de reparcelamento do solo a partir da aquisição de terrenos vizinhos para suas necessidades, criando novos programas na região. Existem hortas, camas elásticas, espaços de lazer, entre outros, que criam uma nova rede de parcelas que dinamizam o espaço da cidade.



Nessa proposta, a função do arquiteto urbanista seria, segundo o Interboro, um trabalho de arquitetura que está para além de seus limites convencionais. Trataria de reunir um público a partir da infinidade de práticas existentes na cidade seria uma das funções, interligadas ao apoio sustentado em um diálogo bidirecional, tentando facilitar tramites burocráticos por meio de diálogos com a Prefeitura, facilitação de troca de dados entre **futuros reparceladores de solo** e os já existentes, divulgação de possibilidades de programações para o terreno, etc.

Pode-se, ainda, dispor de outras contribuições de arquitetos em estratégias endógenas de regeneração urbana como as de Michelle Provoost e Wouter Vanstiphout (2004), que no projeto *WiMBY! – Welcome Into My Back Yard!* –, realizado no ano 2000 na cidade de Hoogvliet, Holanda, propõem-se a reinterpretar e reutilizar o que estava ali como princípio diretor do projeto de requalificação da cidade, que também não vivia mais seu apogeu. Muitas vezes, esse projetos, como *Domain Hoogvliet*, *Hoogvliet Inside Out*, *The WiMBY! Week* aproximavam-se mais de um trabalho social comunitário do que da arquitetura e urbanismo propriamente, mas constituíam-se as formas mais eficazes de apresentação de propostas alternativas para os grandes projetos ambiciosos de especulação imobiliária que pensavam em remover a diversidade cultural e a sua população residente, representada pela presença de imigrantes das Antilhas Holandesas e holandeses propriamente. A proximidade com Roterdã transformou Hoogvliet numa possibilidade de especulação imobiliária ao tentar tirar proveito de características urbanas da região<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Hoogvliet é uma New Town (assim como as New Towns próximas a Londres), uma unidade urbana autônoma projetada no fim dos anos 1940 para dar suporte a Roterdã após a Segunda Guerra Mundial, que tinha como meta possuir o maior porto do mundo. Nessa época a refinaria da Shell se instalou nas imediações de Hoogvliet, que até então era apenas um pequeno povoado medieval. Dentro da proposta do porto de Roterdã, Hoogvliet foi selecionado como núcleo de expansão adequado para alojar a mão de obra necessária para o desenvolvimento do porto. Como núcleo autônomo, a cidade possuía equipamentos culturais, quadra esportiva, centro musical, uma grande quantidade de espaços ao ar livres, jardins coletivos. A transparência e a abertura de zonas verdes públicas deveria simbolizar uma sociedade urbana nova e aberta. As dificuldades passadas pela cidade no pós-guerra fez com que a população fosse se tornando uma mescla de imigrantes das províncias agrícolas de Drenthe e Zeeland. Com a construção do metrô ligado a Roterdã e de autopistas nos anos 1960, os habitantes de Hoogvliet não dependiam mais dos equipamentos presentes em seus bairros. A refinaria da Shell passou, então, a ser um inconveniente na cidade, modificando as características da composição social da cidade. Diante desse panorama, Hoogvliet entrou em decadência e tornando-se um objeto de especulação imobiliária.

Uma das propostas dos arquitetos no projeto *WiMBY!* para tornar Hoogvliet mais atrativa para futuros moradores e aumentar a diversidade social é a co-residência; uma tipologia que combina um certo número de casas individuais e instalações públicas gestadas pelas famílias que vivem nas casas. A natureza dessa instalação é decidida coletivamente, podendo ser uma creche, um jardim, uma quadra de esportes, entre outros. O que se pretende é substituir as conotações opressivas associadas às disposições coletivas dos anos 1950 por formas contemporâneas autodefinidas pelos moradores, combinando casas unifamiliares (existentes desde os anos 1940/50) com diversas formas de se utilizar o espaço público (PROVOOST; VANSTIPHOUT, 2004).

No Brasil, encontram-se algumas experiências, como a que a Prefeitura de Nova Iguaçu realizou em 2004. Esta teve a participação do arquiteto André Luiz Pinto, o qual fez parte da equipe que concebeu o Plano de Estruturação urbanística de Nova Iguaçu – Bairro Escola, apostando em políticas urbanas que articulem soluções nas áreas social, educacional, cultural, econômico e urbana<sup>5</sup>.

É como dizem os arquitetos Kazuyo Sejima e Ryue Nishizawa do Sanaa:

A modernidade do século XX estava determinada por três M: *man* (homem), *money* (dinheiro) e *materialism* (materialismo). Com a substituição destas três M pelos três C de *consciousness* (consciência), *collective intelligence* (inteligência coletiva) e *co-existence* (coexistência), estão começando a aparecer novas formas de expressão (SANAA, 2004, p.199, tradução nossa).

Junto com as novas formas de expressão começam a aparecer também novas formas de se pensar a cidade, seus usos e seus espaços. E no que tange o arquiteto urbanista trata-se de relacionar diversas áreas ao ligar (ou colidir) a cidade física com outras esferas de significação, como diria o arquiteto Xavier Costa (2010).

Contudo, posto que alguns arquitetos já se utilizam de alguma forma da relação entre espaço do saber e espaço da cidade, observa-se, ainda, pouca reverberação teórica a esse respeito, quando muitos são chamados a desenvolverem projetos com alta complexidade de programação e que contêm os princípios da cidade

---

<sup>5</sup> O projeto Bairro-Escola de Nova Iguaçu será desenvolvido detalhadamente no item 2.4 deste trabalho.

educadora<sup>6</sup>. Além disso, as mudanças de paradigmas no pensamento sobre as cidades, no planejamento e nas políticas públicas urbanas levam a refletir sobre a maneira de se pensar e se conduzir a cidade, considerando os seus diversos agentes.

Essa consideração remete novamente à relação entre o novo paradigma do saber e os dispositivos urbanos, de forma a avaliar os dispositivos urbanos como uma das mudanças no pensamento sobre as cidades: dentro do novo paradigma do saber.

## 1.2 DO NOVO PARADIGMA DO SABER AOS DISPOSITIVOS URBANOS

Dentro desse novo paradigma do saber, investigar qual é o papel dos dispositivos urbanos<sup>7</sup> no espaço do saber leva a um problema secundário: o que pode aprimorar ou potencializar essa relação entre o espaço urbano e o espaço do saber?

Deve-se considerar que por dispositivos urbanos entende-se um conjunto de mecanismos capazes de programar ações, e que também são necessários a um determinado agenciamento, a uma prática social, de maneira a contribuir para o funcionamento, o desenvolvimento da vida urbana e melhoria da qualidade de vida da sociedade, considerando, inclusive, atividades, práticas que não possuem, necessariamente, materialidade física, edificada. Dessa forma, são encontrados na forma de espaços abertos, como praças, ruas, parques, etc., na forma de escolas, unidades de saúde, bibliotecas, centros de assistência social, entre outros, ou ainda na forma de programações e eventos, como apresentações artísticas nas ruas, grupos amadores de cinema, feiras comunitárias, etc.

---

<sup>6</sup> A expressão cidade educadora tem seu princípio na expressão cidade educativa, termo conhecido a partir do relatório de Edgar Faure elaborado pela UNESCO, a que tem o título de “Aprender a Ser”. Com uma conotação um pouco diferente daquela cunhada pelo relatório, a denominação cidade educadora passa a denominar um movimento iniciado em 1990 com o motivo do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, em que representantes locais das cidades participantes imprimindo como objetivo comum trabalhar em projetos que aumentassem a qualidade de vida de seus habitantes a partir do uso e do envolvimento nas atividades das cidades, desenvolvendo-as segundo os princípios da Carta das Cidades Educadoras, aprovada na ocasião do congresso.

<sup>7</sup> Os dispositivos urbanos serão discutidos detalhadamente no item 2.3 deste trabalho.

Esses problemas levam a investigar, primeiramente, o papel dos dispositivos urbanos, distinguido aqueles que são espaços de controle social, espaços de confinamento – e apostados pelo neoliberalismo, pelo *city marketing* – daqueles espaços que parecem ser conectores, agregadores e catalisadores de atividades.

Nessa discussão destaca-se a importância da polivalência dos espaços para serem conectores, agregadores frente ao zoneamento funcional específico que certos equipamentos possuem, caracterizados por um modo de produção **clássico** que implica em um uso específico.

Ao contrário, a polivalência dos espaços repercute a implicação/ multiplicação entre espaço do saber e meio urbano, o que conduz ao entendimento de que esses dispositivos possuem como potencialidades a conexão, a interação, a inclusão e o sentido de catalisadores de aprendizado, afirmando sua necessidade para a expressão e a performance. Assim, os dispositivos urbanos envolvem bem mais do que equipamentos, tendo suas potencialidades de conexão, inclusão, interação e aprendizado condicionadas ao tipo de prática social envolvida.

Nesse sentido, a conexão é entendida conforme coloca Albert Ferré et al. (2004, p.31), ou seja, a vinculação física de programas, pessoas e usos, considerando as conexões virtuais aos espaços físicos. Como resultado, a conexão tende a gerar atividades, tendo a Arquitetura e o Urbanismo como catalisadores da vida pública e da atividade urbana.

Dessa forma, a própria definição de conexão dada por Ferré et al. (2004) já explicita a função dos dispositivos urbanos – gerar atividades –; possibilita que a relação entre programas, pessoas e usos crie novos saberes, crie e altere conteúdos dentro do novo paradigma do saber.

Interação<sup>8</sup> é uma ação recíproca. O prefixo inter (que significa entre) mais o substantivo ação compõem a palavra que quer dizer, para fins desse estudo, uma ação integrada, que ocorre mutuamente entre pessoas ou grupos, ou seja, um processo de integração social. A interação social provoca mudança de

---

<sup>8</sup> INTERAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1123.

comportamento entre os indivíduos que se colocam a comunicar-se, gerando um novo conteúdo. É importante enfatizar que a interação social, a troca de conteúdo não é algo imediato; é um processo que tem de um lado ações na microescala, as quais são ou podem ser multiplicadoras, e do outro o envolvimento de outras práticas sociais ligadas às condições da estrutura social, que também são processos mais ou menos lentos ou rápidos.

Dentro do novo paradigma do saber, a interação ocorre mediante a utilização do espaço urbano, sendo este um catalisador dos processos de interação. Os dispositivos urbanos potencializam essa ação integrada conforme sua programação<sup>9</sup>. A relação articulada entre dispositivos urbanos, programação e pessoas resulta em novos saberes, processos de inclusão e conexão.

Quanto à inclusão<sup>10</sup>, o termo vem do verbo incluir, que significa abranger, envolver, inserir, implicar, fazer parte junto com os outros. O sentido de que algo ou alguém está inserido dentro de outra coisa ou grupo. Essa inclusão não pressupõe homogeneidade, similaridade ou igualdade. A inclusão, nesse caso, social, pressupõe a aceitação pela alteridade, de forma que se aprende a conviver, contribuir e construir junto uma determinada realidade.

Pensar que os dispositivos urbanos permitem inclusão significa dizer que aqueles espaços físicos ou atividades, eventos possibilitam uma abertura real na sociedade, uma possibilidade de intervenção efetiva na realidade, o que faz parte, *a priori*, do próprio conceito de dispositivo urbano.

Por aprender entende-se o processo de criação e integração de novos fatos e dados, novos saberes e sensibilidades capazes de constituírem a partir de seu entrelaçamento novos processos, novas situações em que haja transformações qualitativas na utilização e manipulação desses novos saberes.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão et al. (2008, p.100), ao aprender, uma pessoa sabe de outra maneira, modificando, assim, todo o seu sistema cognitivo qualitativamente. Ou melhor, trata-se de “[...] integrar graus mais complexos de

---

<sup>9</sup> A discussão a respeito da programação se dá no item 2.3 deste trabalho.

<sup>10</sup> INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1023.

experiência-conhecimento-e-sensibilidade [...]” de forma que participe de novas situações e processos de criação de saber.

Simultaneamente, o autor coloca ainda que aprender também é saber lidar de maneira inteligente e autônoma com todos os conhecimentos, experiências e sensibilidades entrelaçadas, de forma a saber como participar dos processos de articulação dessas diversas esferas e assim tirar proveito delas.

Portanto, o entendimento que se tem a respeito do aprender neste trabalho inscreve-se na perspectiva de transformação sintética das experiências, conhecimentos e sensibilidades de maneira a criar e manipular situações no espaço urbano que modifiquem a vida das pessoas dentro desse mesmo espaço. Dentro do novo paradigma do saber, o aprendizado é um dos elementos moleculares que o constituem, pois a relação entre espaço urbano e espaço do saber cria fluxos entre si que só se tornam possíveis por meio do **aprender-a-saber**. São exemplos de ações de interação, conexão, inclusão e aprendizagem no espaço do saber, perante o entendimento que se dá a estes termos e por meio do dispositivos urbanos, a apropriação de determinados espaços físicos da cidade para outros usos, diferentes daqueles definidos *a priori*, não seguindo sua programação.

Alguns exemplos podem ser dados, como: a utilização de praças, espaços abertos para eventos de cunho social, como o Ação Global, por exemplo, permitem, ao mesmo tempo, que pessoas interajam, se conectem, sejam incluídas de alguma forma na sociedade (por meio das atividades, programações do evento) e aprendam. Essa programação específica tem componentes motores-verticais, molares.

Molecular é o Circuito Fora do Eixo<sup>11</sup>, uma rede de trabalhos culturais concebidas por produtores de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR) em 2005, e que apesar de estarem geograficamente distantes, tinham como intuito estimular a circulação e a troca de produtos culturais, como bandas, intercâmbio de tecnologias de produção, festivais. Atualmente, o Circuito Fora do Eixo encontra-se

---

<sup>11</sup> Ver PORTAL fora do eixo. c.2011. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/institucional>>. Acesso em 15 set. 2011.

em 25 das 27 unidades federativas do Brasil, e possui como frentes de trabalho eventos, rádio, televisão, observatório, congressos, entre outros.

Esse Circuito tenta agregar, incluir, e dessa forma, promover a interação, conexão e ser um catalisador de aprendizado, tecendo-se como uma rede de informações que se materializa fisicamente em determinadas circunstâncias e eventos, como, por exemplo, os festivais que promove.

Outro exemplo é a utilização de espaços fechados, como escolas, unidades de saúde, entre outros, privados ou públicos, por coletividades, igrejas, organizações não-governamentais, etc., os quais não possuem espaço físico próprio, para propor suas atividades, tornando esses espaços uma posse temporária, e com isso tendo a oportunidade de intervirem efetivamente na realidade, às vezes de forma rápida, tornando a ação um processo de inclusão, promovendo, pelo ajuntamento de pessoas, a interação e conexão, e devido a esses dois, criando formas novas de aprendizado. Um exemplo desse tipo de utilização é o Fórum Bem Maior, que realiza suas reuniões e eventos na unidade de saúde de Consolação, na poligonal 1 de Vitória (figura 1). Interessante mencionar que o fórum tem como característica a horizontalidade, a paridade entre os participantes.



Figura 1: Plenária do Fórum Bem Maior na unidade de saúde de Consolação, na poligonal 1 de Vitória em 22 de setembro de 2010. Fonte: Fórum Bem Maior/ Ateliê de Ideias.

Nesse sentido, guiadas pelos entendimentos dos processos de conexão, interação, inclusão e aprendizado, as hipóteses para responder aos problemas colocados – 1. Qual o papel dos dispositivos urbanos no espaço do saber; 2. O que pode aprimorar a relação entre espaço da cidade e espaço do saber –, direcionam para a consideração de que os dispositivos urbanos orientam ações nos processos urbanos, possuindo diversas formas. Pode-se dizer que estabelecem uma atualização<sup>12</sup> da linguagem (no sentido que Pierre Lévy coloca o conceito de atualização) para a busca de cidadania ativa e compartilhamento de ferramentas<sup>13</sup> de engajamento cívico, em que são criadas circunstâncias de aprendizado que levam a apreciá-los como espaços que suscitem a responsabilidade coletiva.

Os dispositivos urbanos orientam as ações ao atuarem nos processos urbanos como espaços de resistência nos processos emancipatórios. Configuram territórios reordenados por meio das relações de participação e apropriação do conhecimento, conferindo novas configurações e significados.

Além disso, acredita-se que os dispositivos urbanos permitem inclusão, conexão, interação e aprendizagem. Entendendo-se a virtualização como a redefinição de um problema dado; no espaço do saber, a interação, conexão, aprendizado, inclusão são virtualizações presentes nos dispositivos urbanos.

### 1.3 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO FÍSICO NA CIDADE

A relevância dada aos dispositivos urbanos como meios de conexão, inclusão, interação e formas de aprendizado faz necessária uma reflexão sobre o espaço físico, o qual é necessário para o corpo a corpo, o ombro a ombro, o face a face, a expressão, a performance.

Assim, três questões se colocam a respeito do espaço físico: a necessidade de ágoras, a co-presença como pressuposto para qualquer tipo de interação e a co-

---

<sup>12</sup> O conceito de atualização apresentado por Pierre Lévy no livro “O que é Virtual?” consiste em dar solução a um problema dado, uma resposta no presente a um questionamento (a virtualização) que existe e que pode acontecer, ou seja, se atualizar. Pode-se dizer que a atualização acontece.

<sup>13</sup> Para Lúcia Santaella (1997), as ferramentas são objetos, artefatos, projetados como meio para se realizar um trabalho, uma tarefa, constituindo extensões das habilidades de quem as utiliza.



relação entre espaço físico e programação. Isso no sentido dado por Zigmunt Bauman (1999), para quem a necessidade de um espaço físico está relacionado com a necessidade de uma espécie de ágora, onde as pessoas podem discutir, debater, conversar, abordar, desafiar uns aos outros, serem *res-públicas*. Alain Bourdin (2001) ainda diz que a necessidade de se assegurar o espaço físico para essas relações reside no fato desse espaço configurar pontos de referência relativamente estáveis – para utilizar sua expressão –, capazes de elaborar representações comuns do mundo – e com isso desejos e lutas comuns –, e pelo fato de que “[...] a co-presença é fundadora com relação a qualquer interação e não pode ser substituída pela comunicação artificial” (BOURDIN, 2001, p.36). A co-presença como fundadora da interação respalda a necessidade das ágoras, sobretudo para assuntos ligados à localidade. Para Bourdin (2001, p.57), “[...] todas as elaborações do local dão um lugar essencial à proximidade e ao seu papel na vida social”, descartando, dessa forma, a substituição da comunicação no espaço físico por aquela artificial.

Devido a várias questões, como a supremacia dos espaços de controle, vigiados por câmeras, aparelhos televisores, digitais, que sublimam as ações espontâneas, além de espaços virtuais, como o ciberespaço, os espaços físicos que se prestam a esse tipo de atividade estão desaparecendo na opinião de Zigmunt Bauman e Paul Lazarsfeld (BAUMAN, 1999), o que segundo os autores é preocupante. Contudo, ainda é possível observar na escala local contra-ações de pequenas práticas que também podem transformar esses espaços de controle em espaços conectores.

Voltando à questão da necessidade de co-presença, do viver-junto, Alain Bourdin (2001) afirma que privilegiar o viver-junto pressupõe fundamentar-se na experiência diária, nas relações cotidianas, de forma que representações comuns do mundo sejam construídas e com elas o vínculo social que sustenta interações e propõe ações.

A co-relação entre espaço físico e programação é denotada por Michel de Certeau (2008), que afirma que o espaço é ato, e isso possibilita a programação.

[...] O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam

a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...] o espaço é o lugar praticado” (CERTEAU, 2008, p.202).

Nesse sentido, praticar o espaço corresponde a operá-lo – e uma das formas é a programação –, de maneira a manipular os elementos de base da ordem construída, apropriando-se deles e mudando sua organização conforme suas necessidades. Também corresponde a táticas dos sujeitos ordinários que operam esses espaços como forma de colocar em jogo uma forma de raciocínio, de pensamento que utiliza o que tem à sua disposição, inclusive o espaço físico, para o seu agir.

O consumo utilitário combinado do espaço físico revela a possibilidade de utilizá-lo para atividades de aprendizagem e também como resultado dessa aprendizagem, além de politizar as práticas cotidianas.

A esse respeito, Hannah Arendt e Michel Foucault assinalam em suas obras que a política deveria ser compreendida como uma atividade de experimentação, criação, necessitando para tanto de novas formas de subjetividade e ação<sup>14</sup>. Michel de Certeau (2008) diz que essas novas formas são as práticas cotidianas do espaço.

Nesse sentido, pode-se considerar que os dispositivos urbanos são parte dos equipamentos culturais de que fala Pierre Lévy e também da produção biopolítica<sup>15</sup> do ponto de vista de Michael Hardt e Antonio Negri (2005)<sup>16</sup>.

Pierre Lévy (1997, p.133) coloca que:

[...] Os objetos técnicos passam de mão em mão, de corpo a corpo, como testemunhas. Eles induzem usos comuns, tornam-se vetores de competências, mensageiros de memória coletiva, catalisadores de cooperação. Desde o primeiro biface até os aeroportos e as redes digitais, da cabana original às metrópoles sulcadas por vias expressas e plantadas

<sup>14</sup> ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília (SP), n. 24, p.225-236, 2001. Vale lembrar que Francisco Ortega assinala as diferenças entre Hannah Arendt e Michel Foucault, mas que segundo o autor concordam a respeito da política ser compreendida como uma atividade de experimentação.

<sup>15</sup> Segundo Antonio Negri e Michael Hardt, por biopolítica entende-se a prática que usa a vida e o corpo, o conhecimento e a natureza a fim de orientar a criação de formas de vida social que interagem de alguma maneira na esfera político-econômica.

<sup>16</sup> Michael Hardt e Antonio Negri afirmam que a produção biopolítica envolve produção de formas de vida, relações sociais e, sendo assim, os espaços físicos, como todos os equipamentos sociais destacados neste trabalho contribuem para essa produção, uma vez que essa produção também pressupõe o viver-junto, a vivência cotidiana, novas formas de experimentação, subjetividade e ação, corroborando, dessa forma, com Alain Bourdin, Michel de Certeau, Hannah Arendt, Michel Foucault.

com arranha-céus, objetos técnicos e artefatos são a cola que mantém os homens juntos e implica o mundo físico ao mais íntimo de sua subjetividade.

Portanto, o objeto técnico é parte do ser humano enquanto ser social, sujeito cognitivo e sujeito prático.

## 1.4 OS DISPOSITIVOS URBANOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O problema do papel dos dispositivos urbanos dentro do novo paradigma do saber que se configura remete a outra questão: as políticas públicas urbanas envolvidas no contexto da criação de equipamentos e sua finalidade. Afinal, é sabido que desde o final dos anos 1980 o potencial estratégico dos espaços públicos tem sido capitaneado pelo *city marketing* (técnicas de *marketing* urbano). Os grandes espaços, zonas ricas, muitas vezes tornam-se prioritários nos planos de gestão dos municípios de forma a atender aos processos globalizatórios, como apontam Saskia Sassen e Frank Roost (2001), Otília Arantes (2001). O *city marketing* torna-se um agente no planejamento e gestão da cidade. São grandes exemplos dessa estratégia o Museu Pompidou (França), o Museu Guggenheim de Bilbao (Espanha), ou a remodelação da orla de Belém do Pará (Brasil), o centro histórico de Salvador – o Pelourinho (Brasil), a baía de Puerto Madero (Argentina), o centro histórico de Recife (Brasil), entre inúmeros, considerados grandes equipamentos gentrificadores<sup>17</sup>.

Além disso, atualmente configuram-se também espaços de controle, para utilizar a expressão de Sze Tsung Leong (2000), que com seus aparelhos eletrônicos, monitoramentos que utilizam tecnologias remotas ligadas a estações de segurança, deforma o espaço urbano, tornando-o algo amorfo, difuso, pois a vigilância impede ou inibe a ação, a prática subjetiva das pessoas, seu uso espontâneo. O alvo é

---

<sup>17</sup> Os equipamentos gentrificadores são aqueles destinados a uma população flutuante e que valorizam a imagem produzida pelo *city marketing*, ao invés de refletir as aspirações do contexto local. São resultado do processo de gentrificação, ou seja, o enobrecimento de uma determinada área da cidade, provocando sua melhoria e conseqüente valorização imobiliária, além de, na maioria das vezes, provocar a saída de moradores presentes na área de interesse.

garantir estabilidade frente às práticas cotidianas e mudanças repentinas que possam causar turbulências à ordem política, econômica e social vigente.

Essa questão é crucial, pois a finalidade dos equipamentos é definidor do seu papel dentro de um contexto. O demarcador se esse equipamento faz parte do novo paradigma apresentado, ou não. Dessa forma, espera-se que as políticas públicas urbanas sejam inovadoras, coerentes com o novo paradigma do saber, ao tentar integrar, articular diversos setores da administração local, como afirma a Carta das Cidades Educadoras, utilizando, inclusive, os equipamentos e espaços públicos como catalisadores dessa cidade que se coloca como agente educador, dando máxima importância à escala gregária, privilegiando o lado social, ao invés do econômico.

Os equipamentos que realmente se prestam a ser conectores, recusando o papel de espaços de controle e de cooptação pelo *city marketing*, devem buscar soluções para os mais diversos campos: social, econômico, cultural, educacional, urbano. Como colocam Lilian Fessler Vaz e Claudia Seldin (2008, p.183), devem atuar como catalisadores, “[...] são elementos articuladores para um desenvolvimento urbano integrado, em que [...] se tornam ambientes privilegiados de uma Cidade Educadora”.

Essa discussão equipamentos/ espaços de controle x equipamentos/ espaços conectores possui grande espaço na agenda das políticas públicas atualmente, uma vez que frente à crescente pressão para a instalação daqueles perante o processo de competição econômica das cidades, os espaços conectores são, atualmente, reivindicações legítimas dos movimentos sociais e ativismos. Estes encontram no terceiro setor, formado por instituições filantrópicas, organizações não-governamentais, entre outros, apoio para suas causas. Exemplo disso é o “Plano Bem Maior do Território do Bem” (BISCOTTO; MOREIRA, 2008), realizado pelos moradores da poligonal 1 de Vitória em parceria com consultores da Universidade Federal do Espírito Santo, com a organização não-governamental Associação Ateliê de Ideias e o Sebrae, e publicado em 2009, cujo intuito é estabelecer e tentar concretizar metas estabelecidas pelos próprios moradores em cinco dimensões: econômica, cultural, social, política e ambiental. Em um primeiro momento o plano

levantou, diagnosticou os problemas relativos às comunidades; em seguida pautou estratégias de resolução estabelecidas pelos próprios moradores englobando as cinco dimensões apresentadas.

## 1.5 A POLIGONAL 1 DE VITÓRIA

### 1.5.1 O contexto do Projeto Terra

Tentando entender qual o papel desses dispositivos urbanos na relação espaço do saber e espaço urbano, observa-se seu uso entre determinados grupos. Esse novo paradigma do saber e os dispositivos urbanos podem ser averiguados na região formada pelas comunidades de Jaburu, Consolação, Floresta, São Benedito, Itararé, Engenharia, Bonfim e Bairro da Penha, as quais, juntas são denominadas poligonal 1 pela administração do município de Vitória.

Para entender essa denominação, faz-se necessário entender a gestão do município de Vitória na década de 1990 e o contexto nacional.

O início da década de 1990 é marcado pela difusão da gestão democrática e descentralizada, com a participação social, parcerias com organizações não governamentais, aumentando o interesse em relação aos problemas habitacionais, ambientais, de transporte, de segurança, entre outros, tornam-se a matriz das gestões municipais após a Constituição Federativa de 1988, que estabelece esses parâmetros como aqueles norteadores da nova gestão pública (BONDUKI, 1996). As políticas de desenvolvimento urbano são transferidas, assim, para o poder municipal.

A nova função que a Constituição de 1988 destina ao município em relação às políticas urbanas possibilita o surgimento de programas, projetos, experiências, posturas que tendem a priorizar o investimento na área social. Essas posturas garantem os direitos à habitação, à cidade, aos serviços básicos e também a melhor qualidade de vida da população.

Dentro dessa perspectiva, em 1997, na gestão do então prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, a Prefeitura Municipal de Vitória institui o Projeto Terra – Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas áreas Ocupadas por População de Baixa Renda (VITÓRIA, 1998) –, ao firmar uma parceria com a União, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).<sup>18</sup>

O programa tem como pretensão oferecer igualdade de oportunidades aos moradores por meio da articulação da mobilização social e da implementação integrada de serviços, ações e obras de urbanização, geração de ocupação e renda, emancipação cidadã, regularização fundiária e preservação ambiental, de forma a garantir melhoria da qualidade de vida, processos de inclusão social e promoção humana.

Importante dizer que o Projeto Terra traz como predecessores a delimitação do manguezal e a urbanização das áreas passíveis de intervenção além de melhorias habitacionais para as famílias a serem assentadas na Grande São Pedro no período de 1989 a 1992 na gestão do prefeito Vitor Buaiz; e a continuidade e ampliação do Projeto São Pedro – como ficou denominado – incorporando o conceito e a prática de políticas públicas articuladas à preservação ambiental e a conquista de dignidade na gestão de Paulo Hartung (1993/1996).

Vale ressaltar que a experiência obtida em São Pedro foi uma das representantes do Brasil na Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia em 1996.

De acordo com os resultados obtidos nesse projeto e também com as definições da Agenda 21 Local – Plano Estratégico Vitória do Futuro – o Projeto Terra formula-se tendo em vista alcançar as áreas subnormais do município, as quais foram denominadas Zonas de Interesse Público Prioritário (ZIPP) no Plano Diretor Urbano de Vitória de 1994, levando em conta o acúmulo de experiência de enfrentamento da exclusão social e urbanização nessas áreas (Projeto São Pedro, São José e Santa

---

<sup>18</sup> MARTINUZZO, José Antonio. **Projeto Terra: Vitória para todos.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2002.

Helena) e mecanismos institucionais de democratização das decisões sobre políticas e gestão pública<sup>19</sup>.

Vale dizer que da experiência da Grande São Pedro uma mudança marcante surge: a preocupação com o aspecto social, além do projeto de urbanização em si. Essa afirmação é confirmada pelo arquiteto do Núcleo Terra da Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) da Prefeitura Municipal de Vitória, José Carlos Neves Loureiro:

[...]a gente começou a perceber que a intervenção, porque o Terra não é só um programa, ele não tem só o foco na intervenção, na organização do espaço; o foco principal é a questão do desenvolvimento humano. Quer dizer, é você mudar o foco, em vez de você pensar somente o espaço, você pensar as pessoas dentro do espaço. O espaço deve ser pensado para a qualidade de vida delas [...] (Entrevista)<sup>20</sup>.

É importante destacar que as áreas de morro da ilha de Vitória – que correspondem a 70% do território – tiveram sua ocupação iniciada em meados do século XX, devido à mudança ocorrida na economia capixaba, que passou a possuir uma produção industrial concentrada na Região Metropolitana de Vitória (somada ao enfraquecimento da monocultura do café no Estado), atraindo, dessa maneira, populações do interior de Minas Gerais, sul da Bahia e do norte e sul do Espírito Santo. O resultado do fluxo migratório intenso nas décadas de 1960 e 1970 resultou na ocupação desordenada de morros e áreas de manguezais em torno da ilha devido ao não acompanhamento do planejamento urbano frente à velocidade do processo. São nessas áreas que se encontram as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) – dentro do Plano Diretor Municipal (2006) –, nova denominação para as antigas ZIPPs.

No cerne do programa, o modelo de gerenciamento instituído pelo Decreto Municipal 10.131, de 15 de janeiro de 1998, pretende a setorização das ações e investimentos entre vários níveis e perfis de profissionais, população, associações e instituições,

---

<sup>19</sup> COELHO, Margareth Batista Saraiva. **Gestão de Políticas Públicas com Inclusão Social no Âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória**. 2005. 126f. Monografia (Especialização em Gestão Municipal de Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Gestão Municipal de Políticas Públicas, Instituto Saber & Cidadania e Faculdade Integradas de Vitória, Vitória. Disponível em: <[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090903\\_monogra\\_margareth\\_terra.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090903_monogra_margareth_terra.pdf)>. Acesso em 01 fev. 2011.

<sup>20</sup> LOUREIRO, José Carlos Neves. **O contexto do Projeto Terra e as poligonais**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira em 28 dez. 2010.

com a autoridade de opinarem, planejarem e executarem as ações, ao tentar criar políticas públicas integradas.

Assim, o Projeto Terra prevê, desde o seu início, a formulação de Planos Diretores Locais Integrados Sustentáveis para cada uma das áreas em que atua, no intuito de incorporar ao tecido urbano da cidade as áreas ocupadas por populações de baixa renda, na tentativa de garantir qualidade de vida, cidadania e direito à cidade de forma estratégica e diluição gradual das fronteiras entre as comunidades das poligonais e seu entorno. Como coloca, em 2011, a arquiteta Rosana de Sousa Murari, uma das técnicas da prefeitura responsáveis pela poligonal 1, seria “[...] a poligonal se diluir na cidade” (entrevista)<sup>21</sup>.

Para a organização das ações do programa, o Projeto Terra abrange 37 bairros, distribuídos em 15 áreas denominadas poligonais, dentre as quais, a poligonal 1, correspondente aos bairros/ comunidades Jaburu, Floresta, Consolação, São Benedito, Itararé, Bonfim, Bairro da Penha e Engenharia, objeto do estudo de caso desta dissertação, que será detalhada a seguir (figura 2).

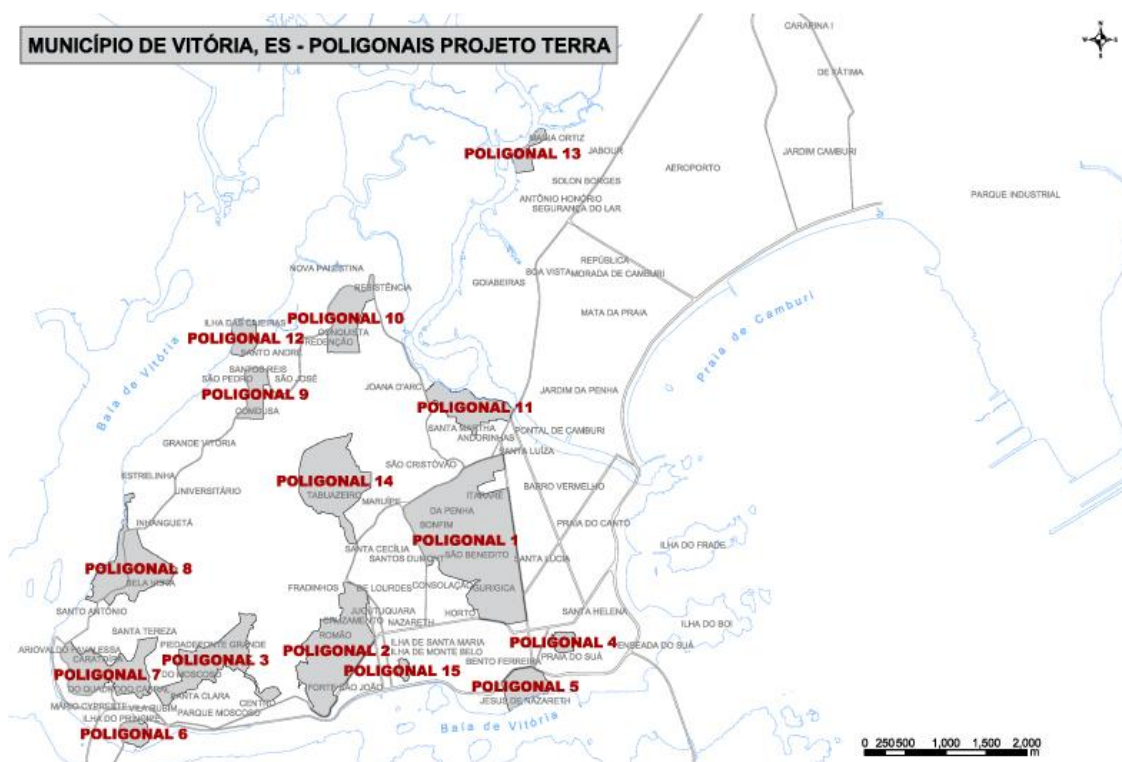


Figura 2: As poligonais de Vitória. Fonte: Montado a partir de Geoweb Vitória, 2006.

<sup>21</sup> MURARI, Rosana de Sousa. **Os espaços públicos na Poligonal 1**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 02 fev. 2011.



### 1.5.2 A poligonal 1 no início do Projeto Terra

A chamada poligonal 1 do município de Vitória, formada por oito comunidades – Bairro da Penha, Bonfim, Consolação, Engenharia, Jaburu, Floresta, Itararé e São Benedito –, localiza-se na porção central da ilha de Vitória, nas encostas do Morro da Gurigica e do Morro do Jaburu, sendo circundados por importantes avenidas da cidade: Avenida Leitão da Silva, Avenida Vitória, Avenida Marechal Campos e Avenida Maruípe (figuras 3 e 4).

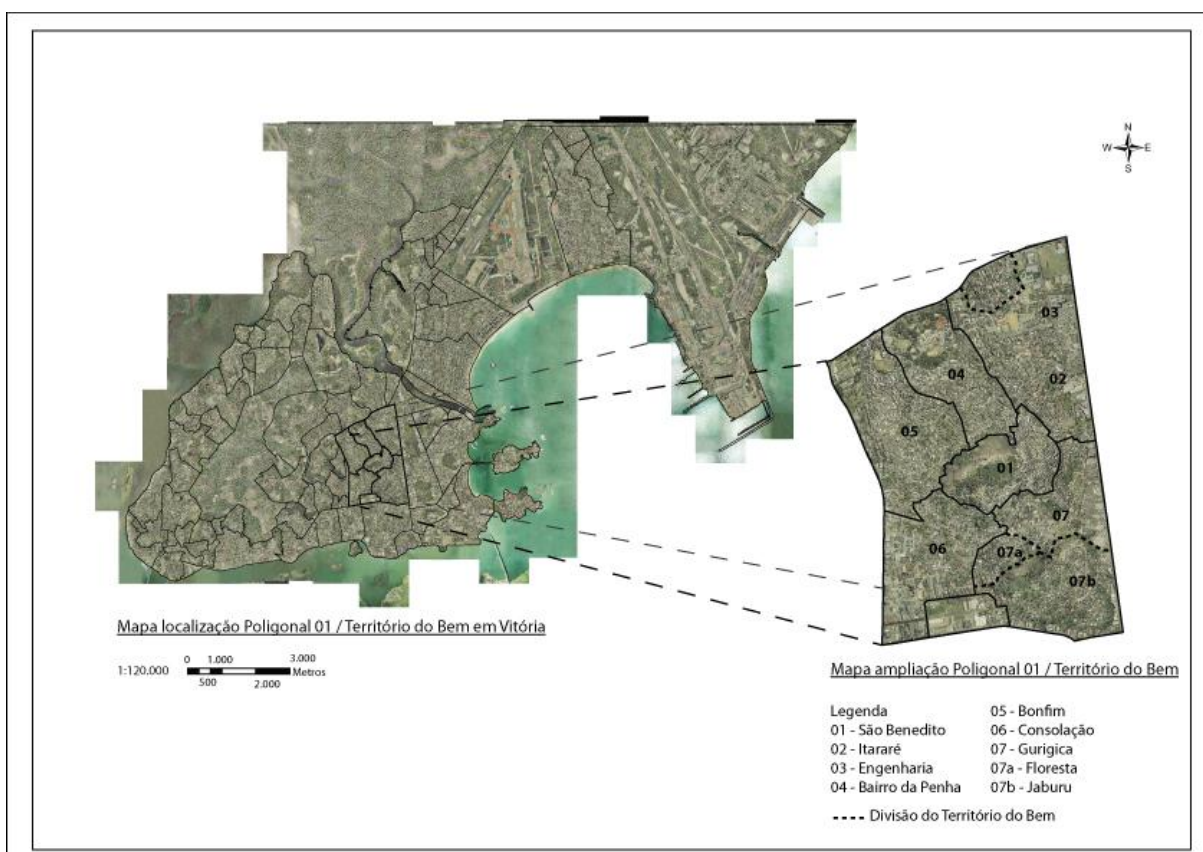


Figura 3: A poligonal 1.

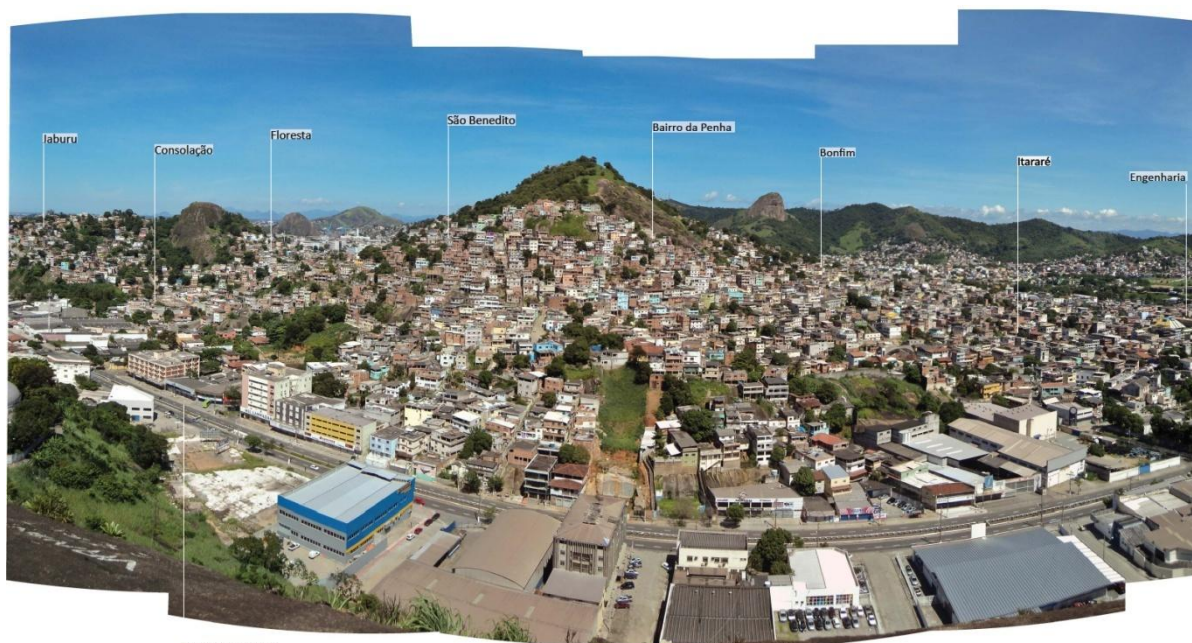


Figura 4: Poligonal 1, vista da pedra da Gameleira. Fonte: foto de Bruno Bowen Vilas Novas, 2011.

Para a realização de projetos sob a responsabilidade do Projeto Terra na poligonal 1, em 1998 foram contratadas as empresas Natron SB, PCE e Autografics para a confecção de um diagnóstico a respeito da região, em que cada um dos bairros e comunidades foram analisados com relação a questões: topográficas e ambientais, problemas infra-estruturais, condições de habitabilidade, existência ou não de serviços, entre outros<sup>22</sup>.

Naquele momento o relatório produzido após o diagnóstico evidenciou a existência de uma hierarquização de problemas pautados nos interesses imediatos das comunidades, segundo critérios e valores das mesmas, verificados por meio de metodologia/ estratégia pautada em entrevistas realizadas com os líderes comunitários, os quais listaram as prioridades de suas comunidades. Do ponto de vista metodológico, os pesquisadores entenderam que as entrevistas com os líderes comunitários seriam um reflexo do pensamento dos moradores de suas comunidades a respeito da hierarquização dos interesses, tendo sido esses discutidos coletivamente anteriormente à entrevista. Os interesses das comunidades tiveram em vista as premências do ponto de vista: ambiental, proteção e contenção

<sup>22</sup> NATRON SB; PCE; AUTOGRAFICS. **Relatório de diagnóstico:** poligonal 1. Vitória: [s.n.], 1998. Documento encontrado no Núcleo Terra, na Secretaria de gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Vitória.

de encostas, saúde, sistema viário, saneamento básico, rede de vias de acesso, educação, esporte e lazer.

As questões seguiam uma ordem de importância que possuía seu grau máximo na proteção e contenção de encostas, sistemas de abastecimento de água, esgoto, drenagem, etc. e seu grau mínimo para áreas de esporte, lazer e cultura. Essa categorização, realizada pela comunidade, acabou por coincidir com aquela que os critérios técnicos iriam propor.

Essa hierarquia apontada no relatório da Natron SB, PCE e Autografics em 1998 vislumbrava uma intervenção direcionada para os serviços essenciais básicos, relacionados à infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem pluvial, eletricidade, telefonia, etc.), remoção, relocação e requalificação das habitações, becos e escadarias, saúde e educação.

Diante do quadro geral apresentado, as diretrizes consideradas prioritárias para a segunda fase de trabalhos diziam respeito: à definição das áreas de risco e às necessidades de relocação; à abertura e adequação de vias; à definição da capacidade de atendimento da infra estrutura; a áreas de preservação ambiental; a serviços e equipamentos sociais; a criação de áreas livres; a educação e segurança.

Apesar dos equipamentos culturais, de lazer e esporte terem sido reivindicados no processo de elaboração do diagnóstico, naquele momento era necessário um trabalho de urbanização que contemplasse as questões básicas e emergenciais, condizentes com critérios técnicos estabelecidos. Essas tomadas de decisões, que levam em consideração critérios técnicos, decisões de plano físico e projeto são, segundo Nuno Portas (1993), demasiado tecnicistas para serem decididos com a participação da população, devendo ser discutidos em si mesmos, e não nos seus pressupostos. De acordo com esse ponto de vista, a comunidade tem, portanto, sua participação em etapas anteriores, vinculadas, sobretudo, ao programa de ação que irá agir sobre o território, o qual deve ser integrado, levando em consideração decisões políticas, e que por isso exige a sua participação. Sua natureza integradora permite que se pense no interesses afins das comunidades, como esporte, lazer e cultura, mas não permite objetar sobre a prioridade a ser conduzida.

Sobre as áreas de lazer, o diagnóstico relata o seguinte:

O Parque Municipal Horto de Maruípe, área de lazer bem equipada, atende a uma parte da população. A poligonal que inclui vários bairros, tem uma grande área de abrangência, o que dificulta o acesso a essa unidade. Os bairros de São Benedito, Gurigica de Fora, Gurigica de Dentro, Floresta, Horto, Constantino estão distantes. As duas praças que atendem, uma localizada no Bairro da Penha e outra em São Benedito, são extremamente pequenas, constando de um espaço dilatado da rua, no qual foi implantado alguns poucos bancos. Entretanto, o espaço por mais exíguo, está permanentemente cheio de crianças que não dispõem de um lugar em suas casas para brincar. É necessário se pensar em espaços para se implantar praças, regularmente distribuídos, que possam atender às comunidades. O parque Municipal São Benedito, é de difícil acesso e não se constituirá numa solução para todos (NATRON; PCE; AUTOGRAFICS, 1998, s.p.).

Observa-se que, além da inexistência de áreas livres e de lazer na região, o relatório de 1998 assegura que o Parque São Benedito, cujos projetos e obras estão sendo realizados atualmente (desde 2010), não se constitui numa solução para todos. Essa afirmação é curiosa, já que é ilusório pensar em soluções arquitetônicas e urbanísticas que atendam satisfatoriamente a todos, pois para além da eficácia que um determinado equipamento possa possuir, existem questões que podem ser condicionantes na apropriação de um determinado espaço, como aquelas ligadas aos costumes, ao simbolismo e à memória, ou até mesmo à empatia com um determinado espaço.

Essa afirmação é relevante, já que o arquiteto José Carlos N. Loureiro (2010), em entrevista, afirma que pequenas praças e áreas de lazer distribuídas por todo o território não resolvem o problema da falta de espaços de lazer. Para o arquiteto, na realidade, criam outros, relacionados ao uso indevido das áreas pelos grupos de narcotráfico e que, por isso, são indesejadas pelos moradores que, eventualmente, seriam seus vizinhos.

Contudo, de acordo com José Carlos N. Loureiro (2010), essa observação também não se confirma, uma vez que o próprio relatório de 1998 aponta para a apropriação permanente desses pequenos espaços por crianças, por exemplo, denotando sua funcionalidade e sua necessidade. Além disso, confirmam a avaliação e a reivindicação por espaços de lazer contidos no “Plano Bem Maior do Território do Bem” (BISCOTTO; MOREIRA, 2008). Quanto ao fato de resolverem ou não o problema, ocorre aqui o mesmo questionamento feito ao Parque Municipal São Benedito: é impossível atender a todos segundo o mesmo grau de satisfação, pois

as pessoas possuem interesses diferentes, e por mais polivalente que o espaço seja, existem questões atreladas à empatia, ao simbolismo, por exemplo, que se tornam condicionantes no uso de um determinado espaço. Quanto ao narcotráfico, esta é uma questão que, primeiramente, se resolve em outras esferas, e segundo, que não ocorre só na poligonal 1.

Outra questão colocada por José Carlos N. Loureiro (2010) é a inexistência de áreas livres, ou a dificuldade de se regularizar propriedades e, posteriormente, desapropriação da Prefeitura Municipal de Vitória para realização de projeto e obras de áreas de esporte e lazer.

Frente aos poucos espaços livres encontrados na poligonal, ainda em 1999, para a instalação de equipamentos de esporte, cultura, lazer, etc., as igrejas evangélicas merecem destaque pela sua quantidade nas comunidades, em instalações grandes e verticalizadas<sup>23</sup>. Essa proliferação de igrejas nas comunidades, que se mantém nos anos 2000, independentemente de qual seja, é uma realidade da periferia das cidades brasileiras, sendo um fenômeno que também está relacionado a outros aspectos, além das limitações de opções de cultura e lazer nas comunidades, em que as poucas iniciativas são promovidas por organizações comunitárias e algumas igrejas, com tradições culturais relacionadas a bandas de congo, grupos de batucada, escolas de samba e das festas religiosas em comemoração a Santo Antônio, São Pedro e São João, o que limita as opções de lazer e de cultura, como no resto do município e no Espírito Santo, de forma geral.

O que se observa na poligonal 1 no início do Projeto Terra (1998) – momento este que se poderia chamar tempo um – é que a necessidade primária era a construção e ampliação dos serviços básicos de infraestrutura, sobretudo, além de saúde, educação, limpeza urbana, entre outros, e que era necessário estabelecer e fomentar canais de participação da comunidade nas tomadas de decisões para as intervenções, estimulando o desenvolvimento de ações sociais integradas que possibilitassem a autonomia das comunidades e que, por fim, facilitassem os processos de diálogo entre os diferentes espaços sociais formados pelas

---

<sup>23</sup> DIAGONAL urbana. **Pesquisa sócio-organizativa:** poligonal 1. Vitória: [s.d.], 1999. Documento encontrado no Núcleo Terra, na Secretaria de gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Vitória.

comunidades e pela cidade que as circunda, recuperando o princípio de desenvolvimento humano e social do programa.

Segundo a assistente social Valéria Andrade Latavanha<sup>24</sup>, esse fomento aos canais de participação das comunidades a fim de que elas buscassem sua autonomia ocorreu naquele momento por meio do Plano de Ações Integradas, o qual utilizava os equipamentos públicos, como CAJUNs, unidades de saúde, escolas para realizar oficinas com técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória nas comunidades, buscando as suas carências, as potencialidades e vocações. Além disso, por meio do Estudo Sócio-Ambiental, foram realizados seminários com o envolvimento das lideranças, além de capacitação para formação de comissões de moradores, de forma a promover aos poucos o crescimento da mobilização comunitária.

Nesse sentido, dar condições de decisão às comunidades estaria sendo construída junto com a emancipação social. A assistente social Priscilla Yumi Junqueira Gondo Falcon chega a dizer que “O nosso grande dispositivo urbano é a comissão de moradores. Por eles passam todas as decisões do programa”. Importante ressaltar que essa participação social está crescendo ainda, e que embora sempre se tenham atividades relacionadas ao empoderamento<sup>25</sup>, ainda há dificuldades de muitos moradores em entender o programa; compreender que a mobilização e a organização das comunidades e, conseqüentemente, aumento de autonomia, é o primeiro objetivo do programa. Na visão desses moradores, a sua participação está diretamente atrelada aos projetos de habitação e infraestrutura.

Avançado o estágio inicial de construção de infraestrutura básica, atualmente os moradores da poligonal 1 passam também a se preocupar com espaços de lazer, cultura, áreas verdes, bem como por questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, como a melhoria do poder econômico de sua população, a destinação dos resíduos sólidos, aumento do nível de escolaridade, entre outros. Essa agenda

---

<sup>24</sup> LATAVANHA, Valéria Andrade; FALCON, Priscilla Yumi J. G.; CONCEIÇÃO, Zilma Ferreira da. **O fomento dos canais de participação e a busca de autonomia nas comunidades**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira em 19 jan. 2012.

<sup>25</sup> Segundo Ferdinand Cavalcante Pereira (2006, s.p.), empoderamento significa, de maneira geral, “[...] a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais”. Ver PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (empowerment). **Sapiência**, Teresina, ano 3, n. 8, [s.p.], jun. 2006. Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 13 fev. 2102.

é apresentada no “Plano Bem Maior do Território do Bem”, em um momento em que já se encontram organizados e com canais de participação estabelecidos por iniciativa das próprias comunidades e com o apoio de organizações não-governamentais<sup>26</sup>. Um balanço do desenvolvimento dos dispositivos urbanos na poligonal nesses 13 anos do programa, hoje denominado Terra Mais Igual, será analisado posteriormente, configurando um tempo dois no desenvolvimento da poligonal.

### **1.5.3 A poligonal 1 hoje: O Território do Bem**

Segundo dados do Censo 2000 dispostos no *website* da Prefeitura de Vitória<sup>27</sup>, atualizado em 17 de setembro de 2010, Vitória possui 282.611 habitantes, sendo que as 15 poligonais do Programa Terra mais Igual (nova denominação do antigo Projeto Terra) possuem um total de 84.391 habitantes, dos quais 31.223 encontram-se na poligonal 1. Ou seja, a população residente na poligonal 1 de Vitória corresponde a 36,99% do total de habitantes referentes a todas as poligonais, e a 11% da população do município de Vitória.

Esses números indicam que a poligonal 1 é parcela considerável da população de Vitória, sendo importante, portanto, pensar-se nas atuais necessidades daquele espaço. Pensar quais são as necessidades atuais em termos de espaço urbano após aproximadamente treze anos da implantação do Programa Terra Mais Igual.

À medida que as reivindicações e necessidades primárias foram atendidas, a população da poligonal 1 também se transformou. Essas transformações dizem respeito ao acesso à educação, à saúde, ao desenvolvimento social, a possibilidades de aquisições materiais antes impensadas (televisão, computador, telefone celular, etc.), denotando que o programa parece caminhar na direção de estabelecer que todos possuam o direito à cidade.

Uma das principais mudanças ocorridas na poligonal 1 refere-se à forma como seus moradores a denominam: Território do Bem. A autodenominação remete a uma

---

<sup>26</sup> Ver item 1.5.3.

<sup>27</sup> QUAIS são. c2011. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php?pagina=quaisao>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

necessidade por parte dos moradores de retirar a visão negativa de favela, do morro, da falta de segurança na tentativa de mostrar e tornar para eles mesmos uma realidade a empreitada de sua transformação social, política, econômica, ideológica.

Nesse sentido, no Território do Bem, as comunidades já possuem um grande grau de articulação, algumas mais, outras menos, facilitado por instrumentos de planejamento estratégico – o Plano Bem Maior do Território do Bem – e de fórum – Fórum Bem Maior –, com especial envolvimento no movimento popular de moradia. Eles foram instituídos nesta poligonal desvinculados e com autonomia do Programa Terra Mais igual, embora a formação de um fórum de moradores seja uma das estratégias do programa para o desenvolvimento, fomento e capacitação de lideranças locais.

Segundo o “Plano Bem Maior do Território do Bem” (BISCOTTO; MOREIRA, 2008), o Fórum busca empreender ações coletivas que assegurem maior força de negociação, reivindicação e debate político, observando-se o exercício de cidadania, inclusive com participações no Conselho Popular de Vitória, audiências públicas, orçamentos participativos. Ou seja, o fórum promove a organização e participação de seus moradores com plena sapiência da complexidade política a que estão arraigados.

Cabe colocar que se os impactos provocados pelas ações do Fórum ainda não se fazem tão impactantes quanto desejável, mas ainda assim sugerem que a construção da cidadania faz-se de forma cotidiana, entre idas e vindas, expansões e retrocessos.

Ainda de acordo com o plano, o Fórum Bem Maior é um espaço aberto de agregação e produção de conhecimentos múltiplos, debate de interesses e articulação de soluções comuns às oito comunidades no enfrentamento da desigualdade social, da segregação espacial, comprometido com a busca da melhoria da qualidade de vida e com a participação cidadã de seus moradores.

Sob esse ponto de vista, o Fórum, junto com a organização não-governamental Ateliê de Ideias, o Sebrae e consultores da Universidade Federal do Espírito Santo elaboraram um plano estratégico para o Território com perspectiva de abordagens



em cinco dimensões: cultural, social, política, ambiental e econômica, com objetivos relacionados a elevação da escolaridade, ampliação da participação das comunidades no fórum, formação de lideranças, articulação de iniciativas de geração de trabalho e renda, responsabilidade socioambiental, divulgação da multiculturalidade e diversidade no Território do Bem, entre outros. Os objetivos e metas presentes nesse plano foram estabelecidos pelo colegiado composto pelos próprios moradores.

Nesse sentido, pode-se observar que as próprias metas e objetivos já demonstram certa consolidação das questões primárias, básicas e emergenciais, relacionadas a condições de habitabilidade, infraestrutura, entre outros, para se ater a questões de cultura, lazer articuladas ao social, por exemplo.

## 2 O ESPAÇO DO SABER E OS DISPOSITIVOS URBANOS

### 2.1 O SABER PROTAGONISTA

No final da década de 1970, Jean-François Lyotard (1986) já apontava o saber como elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade, da cultura, da política e da economia do seu tempo, enfatizando, sobretudo, o desenvolvimento da informática e das telecomunicações como fator preponderante para as novas relações de poder. Assinalava-o como aquele que ditaria as novas regras, transformando-se em moeda de troca, em outras palavras, em um dispositivo de legitimação do poder.

Atualmente, sua visão sobre a importância do saber pode ser averiguada de forma mais acentuada. Preocupações com as formas de desenvolvimento e difusão concernem parte da problemática de Lyotard (1986, p.36), que diz que “[...] pelo termo saber não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, etc.”, sendo que seu estatuto e sua natureza se modificam de acordo como as transformações sociais e culturais, o que faz necessária a compreensão da sociedade na qual se insere.

Para Giuseppe Cocco, Alexander Galvão e Gerardo Silva (2003), os rearranjos político, sociais, econômicos e culturais desencadeados pela globalização e pela pós-modernidade induzem a uma nova centralidade ligada às dimensões cognitivas e imateriais de acumulação, causando um deslocamento da produção material em direção à produção imaterial pautada no conhecimento. Essa nova cadeia culmina em novas formas de produção, acumulação e organização social, que por sua vez, se fundam nas novas tecnologias de informação e comunicação assinaladas por Lyotard (1986).

Michael Hardt e Antonio Negri (2005) observam que a produção e a circulação desse saber (necessário à economia) não são mais produzidas somente e diretamente na esfera econômica, mas ampliam-se também para a escala social desde a produção de bens materiais à produção de comunicações, relações e

formas de vida. Trata-se do trabalho imaterial, o qual engendra produtos imateriais, como informação, ideias, conhecimento, afetos, imagens, entre outras coisas.

O trabalho imaterial envolve a produção de subjetividade, de formas de vida, o que permite dizer que a tese dos autores é que o trabalho imaterial tornou-se hegemônico em termos qualitativos, ao impor novas tendências à sociedade e a outras formas de trabalho (HARDT; NEGRI, 2005).

Para Antonella Corsani (2003), esse trabalho imaterial envolve uma nova economia do conhecimento, ao que ela chama de capitalismo cognitivo, cujo sentido se faz somente por meio de uma dupla peculiaridade: a do conhecimento e a do sujeito que a produz (frequentemente este sujeito é coletivo, social).

Para Giuseppe Cocco, Alexander Galvão e Gerardo Silva (2003) a hipótese do trabalho imaterial se coloca em uma relação delineada por meio de redes técnicas e novas formas de interação produtiva, as quais se baseiam no *wetware*, *netware*, *hardware* e *software*<sup>28</sup>. Essa relação tem como resultado um saber não-sistêmico (sistema entendido como estrutura hierarquizada e organizada, ordem).

Utilizando os conceitos de atualização e virtualização de Pierre Lévy (1997), pode-se dizer que a virtualidade do saber não-sistêmico produtivo da sociedade é atualizado na forma das redes de cooperação, fazendo com que as pessoas trabalhem juntas, muitas vezes, sem nem ao menos saberem.

Portanto, está-se diante da inovação em termos de constituição do saber, que engloba o aleatório, a incerteza, o desequilíbrio nas formas de se adquiri-lo para outros fins, em que saberes tácitos contextuais fazem parte dessa nova economia cognitiva. O saber tácito corresponde àquele saber adquirido ao longo da vida, advindo das experiências cotidianas, sendo subjetivo e inerente às habilidades de cada pessoa. Um saber implícito, subentendido.

---

<sup>28</sup> Os autores colocam que o *hardware* e o *software* correspondem, respectivamente, à infra-estrutura eletrônica e ao elo de cooperação social entre os produtores de informação e conhecimento. O *wetware* é a “[...] capacidade individual de operacionalizar os sistemas *hardware* e *software*, ou seja, ao papel produtivo do consumo” (COCCO, GALVÃO, SILVA, 2003, p.9-10), enquanto o *netware* pretende dar conta da dimensão coletiva do *wetware*.

Assim, o saber protagonista vem de um debate anterior, em que se discute o papel do saber, o papel da subjetividade no saber, a crítica ao determinismo – com a introdução do aleatório, da incerteza –, o reconhecimento do senso comum (o cotidiano) como forma de conhecimento e a ruptura da relação sujeito x objeto transformada ou recuperando-se o sujeito x sujeito.

Importante ressaltar que o conceito de produção, assim como assinala Henri Lefebvre em seu livro “The production of space” (2010, edição original em 1981), possui dois sentidos: um mais amplo, e outro mais restritivo e preciso. No sentido mais amplo, a produção concerne à produção da própria vida, do mundo. No sentido mais restrito e preciso, essa produção está atrelada à economia, ao seu serviço, de forma que as pessoas, enquanto seres sociais, produzem para a máquina econômica.

Dessa forma, é necessário fazer uma ressalva quanto à produção perante o trabalho imaterial e o capitalismo cognitivo. Segundo Michael Hardt e Antonio Negri (2005), o trabalho imaterial é biopolítico, produz formas de vida, sendo imanente à sociedade, o que os aproxima do conceito de produção mais amplo de Henri Lefebvre (2010), embora afirmem que este trabalho biopolítico também está a serviço da economia.

Para Giuseppe Cocco, Alexander Galvão e Gerardo Silva (2003) essa dimensão imanente se perde frente às forças econômicas. Nesse sentido, o conhecimento transforma-se em recurso e produto, e dessa forma o consumo (serviços, bens informáticos e culturais) e o lazer correspondem a formas de produção de novos conhecimentos, produzidos coletivamente ou individualmente no âmbito das redes. Nesse sentido, a rede transformou-se no novo isomorfismo, estruturando a realidade social e o pensamento, constituindo a nova forma de agir e entender o mundo. Enxergam-se redes em quase tudo, desde organizações empresariais, movimentos sociais, sistemas de comunicação até ligações neurológicas, estruturas fisiológicas, entre outros.

Nessa problemática, Pierre Lévy (2010, p.121) em seu livro “A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço” questiona o saber, eximindo-o da qualidade de produto servente à economia:

Mas o que é o saber? Não se trata apenas, é claro, do conhecimento científico – recentemente, raro e limitado –, mas daquele que qualifica a espécie: *homo sapiens*. Cada vez que um ser humano organiza ou reorganiza sua relação consigo mesmo, com o cosmo, ele se envolve em uma atividade de conhecimento, de aprendizado. O saber, no sentido em que o entendemos aqui, é um *savoir-vivre* ou um *vivre-savoir*, um saber co-extensivo à vida. Tem a ver com um espaço cosmopolita e sem fronteiras de relações e de qualidades; um espaço da metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos de subjetivação individuais e coletivos.

O saber, dessa maneira, possui seu próprio espaço. Um espaço ilimitado em todos os sentidos, e que possui contribuições de diversas formas. Dialoga transversalmente com os demais espaços habitados pela humanidade e que estruturam sua vida – no entendimento de Pierre Lévy (2010): o espaço da Terra, cuja relação se dá com o cosmos; o espaço do Território, cuja relação é com a propriedade; o espaço das Mercadorias, cuja relação é com a produção e com as trocas.

O espaço do saber é visto por Pierre Lévy (2010, p.24) como o novo horizonte da civilização, devido a três questões:

à velocidade de evolução dos saberes, à massa de pessoas convocadas a aprender e produzir novos conhecimentos e, enfim, ao surgimento de novas ferramentas (as do *ciberespaço*) que podem fazer surgir, por trás do nevoeiro informacional, paisagens inéditas e distintas, identidades singulares, específicas desse espaço, novas figuras sócio-históricas.

Dessa forma, a síntese dessas três questões cria uma inteligência coletiva; uma inteligência que está distribuída por toda parte e que se relaciona com o espaço e com os equipamentos urbanos, e que é constituída pelo saber de diversas pessoas, de diferentes lugares e diferentes formas; inteligência entendida como “trabalhar em comum acordo”, resgatando expressões do autor.

Pensar que a inteligência está distribuída por toda a parte leva a se considerar a relação entre pessoas e espaço, pessoas e equipamentos. Nesse sentido, a polivalência de que Herman Hertzberger (1996) trata é uma chave para se entender esse processo. Segundo Hertzberger (1996, p.148),

[...] a maior parte dos objetos e das formas possuem, além do objetivo para o qual foram projetados e ao qual geralmente devem seu nome, um valor adicional e potencial e, portanto, maior eficácia. Esta maior eficácia, que chamamos polivalência e que se aproxima da “competência”, é a característica que desejo enfatizar como um critério de projeto.

A polivalência dos espaços pressupõe, portanto, entender os espaços como formas arquetípicas, o que possibilita que múltiplos significados sejam associados a múltiplos programas. Assim, o que se observa é a perda de sentido em relação aos espaços confinados e estipulados pelo zoneamento funcional frente às diversas formas de interações construídas pela inteligência coletiva.

Pierre Lévy (2010) levanta a necessidade urgente da invenção de novos procedimentos de pensamento e de negociação que visem a uma inteligência coletiva, tendo como fim, a idealização da passagem dessa inteligência coletiva, que segundo o autor é inerente à humanidade, aos coletivos inteligentes, os quais, otimizam o aqui e o agora.

Nessa perspectiva, o coletivo inteligente talvez possa ser a nova figura da cidade democrática. E dessa forma, o horizonte da cidade inteligente possa se dar pela conexão transversal, por meio de desdobramentos de situações que valorizam as qualidades humanas.

A essas qualidades é necessário atrelar equipamentos culturais de ordem técnica, linguística, conceitual, jurídica, política, entre outras formas, entendendo que esses equipamentos são mecanismos, dispositivos de instrução, em conformidade com o conceito de dispositivo definido por Manuel Gausa et al.(2001, p.170).

Assim, transmissão de saberes, educação, integração social, reorganização do laço social deixam de ser atividades separadas, reforçando a autonomia e aumentando a potência dos que dela se servem, criando um ideia de democracia com maior participação dos habitantes na vida da cidade.

Contudo, se para Pierre Lévy, o coletivo inteligente está ancorado no espaço do saber, aqui interessa especialmente a relação entre este espaço e o Território, que utiliza dispositivos espaciais como

[...] (muros, canais, guichês, pontes elevadiças, labirintos burocráticos, intermináveis círculos concêntricos de exclusão e pertença) para orientar seus devires. Constrói sua duração a partir de um dentro e de um fora. É uma operação no espaço (LÉVY, 2010, p.155).

Percebe-se então a relação entre o material e o imaterial. O que leva a considerar que, embora Lévy (2010) diga que as comunidades inteligentes tendam a evadir-se do Território físico, que tem no urbano a manifestação do avesso dos circuitos. Ou seja, é o aspecto das redes vistas do exterior quando desconectadas do espaço do saber, então esse urbano é o avesso do espaço do saber. A sua implicação, a sua consequência, quando cria polos de tecnologia, universidades, vales de silício..., ainda que de maneira disforme.

Assim, essa problemática revela uma primeira premissa: o meio urbano, em toda a sua dimensão é uma implicação do espaço do saber, contribui para a produção biopolítica, e consequentemente para o trabalho imaterial.

O meio urbano ser uma implicação do espaço do saber significa dizer que o saber envolve o meio urbano e esse, como consequência, multiplica o saber no espaço urbano, na forma de espaço urbano. Para Michel Serres (1997), o processo de implicação/ multiplicação constitui o elemento primário da forma, o que valida dizer que, dentro de um caráter cognitivo, a forma do meio urbano também se coloca como reflexo do espaço do saber.

Sendo assim, esse meio urbano contribui para a produção das diversas formas de vida, sendo mais ou menos incisivas conforme as maneiras de viver e suas práticas sensíveis. A percepção dessa relação entre meio urbano (natureza) e espaço do saber pode contribuir para o trabalho imaterial na forma de saber tácito, ou seja, aquele saber adquirido ao longo da vida produz subjetividade, formas de vida.

Ao mesmo tempo, o espaço urbano enquanto infraestrutura física também se apresenta como uma das camadas que compõem o espaço, sendo dotada de certa autonomia. Ao se articular com as demais camadas caracteriza esse espaço como uma multiplicidade.

## 2.2 A CIDADE EDUCADORA E O SABER

A problemática do novo paradigma do saber, baseado na mudança de estatuto desse saber e do modo produtivo social e técnico baseia-se em duas premissas. A

primeira premissa da problemática coloca que o meio urbano é uma implicação do espaço do saber, contribuindo, dessa forma para a produção biopolítica e para o trabalho imaterial. A segunda premissa designada entende que a cidade é um agenciamento ou o produto de vários agenciamentos, dentre eles da educação. É o resultado de um processo de negociação que tenta tornar a educação um catalisador de desenvolvimento da cidade, de forma a constituir um projeto ético que englobe formas de emancipação, de exercício de democracia, liberdade, espaços de pluralidade e de cidadania.

Na direção dessa premissa, para a Associação Internacional de Cidades Educadoras<sup>29</sup>, a cidade é um agenciamento educador, pois possui o melhor conjunto de objetos e instrumentos para estabelecer um projeto de disseminação da aprendizagem e do conhecimento útil para a vida em sociedade, em contraste à desigualdade gradual contida em sua distribuição. Nesse sentido, tenta exprimir o pluralismo das práticas gregárias, da multidão, transformando-se em um quadro de aprendizado.

Pode-se dizer então que a cidade torna-se um agenciamento de educação, um quadro de aprendizagem, quando expressa essa intenção e a apresenta a seus cidadãos, de forma que eles percebam o impacto que essas propostas possuem sobre seu cotidiano, suas atitudes e suas formas de viver e conviver, permitindo a constituição de novos valores, conhecimentos e capacidades.

Dessa forma, é proposto um novo paradigma, baseado no envolvimento da administração municipal e suas várias secretarias, as diversas administrações concernentes à cidade, à sociedade civil aos agentes organizados e também àqueles não organizados. Os diversos agentes e atores envolvidos implicam num processo integrado para que as ações tenham sentido e o aprendizado seja contínuo.

Essas são as intenções gerais propostas pela Carta das Cidades Educadoras (ASOCIACIÓN, 2004), quando uma série de cidades reunidas em Barcelona (Espanha), em 1990, redigiram uma carta com os princípios básicos para a

---

<sup>29</sup> BELLOT, Pilar Figueras. c.2011 **Ciudad educadora**. Disponível em: <[http://www.bcn.es/edcities/aice/estaticues/espanyol/sec\\_educating.html](http://www.bcn.es/edcities/aice/estaticues/espanyol/sec_educating.html)>. Acesso em: 29 mar. 2011.



promoção da educação na cidade quando da participação no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

A Carta, que foi retificada no III Congresso Internacional ocorrido em Bolonha (1994) e no VIII Congresso Internacional ocorrido em Genebra (2004), a fim de acrescentar novas abordagens frente aos novos desafios e necessidades contemporâneos, apresenta como seus antecedentes, documentos da Organização das Nações Unidas, os quais delineiam suas premissas. São eles: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) (ASOCIACIÓN, 2004).

Segundo o documento, as cidades educadoras são aquelas em que suas funções tradicionais, relacionadas à economia, política, prestação de serviços, relações sociais, se desenvolvem com foco na formação, promoção e desenvolvimento de seus habitantes, em que “[...] Su objetivo constante será aprender, intercambiar, compartir y, por lo tanto, enriquecer la vida de sus habitantes” (ASOCIACIÓN, 2004, p.2).

Não obstante, o contexto da Carta é aquele em que se observa uma mudança de modelos econômicos, sociais e culturais, frente aos processos de globalização. O documento enfatiza que:

La humanidad no está viviendo sólo una etapa de cambios, sino un verdadero cambio de etapa. Las personas deben formarse para su adaptación crítica y participación activa en los retos y posibilidades que se abren con la globalización de los procesos económicos y sociales; para su intervención desde el mundo local en la complejidad mundial, y para mantener su autonomía ante una información desbordante y controlada desde centros de poder económico y político (ASOCIACIÓN, 2004, p.3).

Nessa perspectiva, ela se baseia em três princípios para englobar a complexidade do tema:

1) o direito à Cidade Educadora; que enfatiza o direito à educação da cidade como uma extensão ao direito fundamental de educação a todos, considerando as

necessidades específicas dos diversos grupos, considerando liberdade de expressão, diversidade cultural e diálogo de igual para igual;

2) o compromisso da Cidade; enfatiza que a gestão do espaço urbano deve atender às necessidades relacionadas ao lazer, diversão, relações sociais, reuniões, etc., de forma que equipamentos, espaços e serviços públicos sejam adequados ao desenvolvimento pessoal, social, cultural, ético, com especial atenção aos jovens e às crianças, de forma a estimular a participação cidadã no projeto coletivo por meio de diversas formas de organização dentro da sociedade civil;

3) ao serviço integral das pessoas; entende que a cidade, ciente dos mecanismos de exclusão e marginalização social, deve se esforçar para promover a coesão social nos diferentes âmbitos, além de promover a cooperação entre as administrações e os cidadãos de forma livre e democrática, relacionando as organizações do terceiro setor, organizações não-governamentais e associações análogas (ASOCIACIÓN, 2004).

Assim, analisando os três princípios pertinentes às cidades educadoras, observa-se que o que se idealiza e se pretende é uma cidade que se vê como uma expansão da educação tradicional, calcada no resguardo da diversidade e da pluralidade social, cultural. Ela entende que os processos de aprendizado devem se esforçar para agenciar a coesão social por meio de redes de cooperação entre diversos órgãos de administração e cidadãos. Para isso, utiliza uma rede de instituições educativas formais, intervenções não-formais (aquelas que possuem intencionalidade educativa fora da educação formal) e informais (aquelas que não são intencionais ou planejadas) para contribuir de forma multilateral para seu sentido de aprendizado. Essa rede também incorpora o espaço urbano, entendendo que os equipamentos, espaços e serviços públicos – mas não só eles – contribuem para o desenvolvimento social, pessoal, ético, o que no fim, é a objetivação de qualquer aprendizado.

Enfim, o que se pretende com o conceito de cidade educadora é a formação desse novo projeto ético para a sociedade global. As formas específicas do desenvolvimento desse projeto e da concretização desse conceito são as mais diversas quanto são as cidades.

Dessa forma, apresentar a educação como o principal catalisador desse desenvolvimento pressupõe uma revisão sistemática das formas de planejar a cidade, que não é de forma explícita e direta educadora.

Normalmente, o planejamento da cidade conduz suas ações políticas e administrativas entendendo-a somente com atributos funcionais. Mas a cidade é o lugar do encontro, da interação, da polivalência e da polifonia, sendo estas funções primárias desta.

Tentando atuar na mesma direção que o conceito de cidade educadora, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) objetiva políticas urbanas que ordenam o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes em todas as esferas (social, cultural, econômica, política), de maneira que a propriedade urbana também cumpra sua função social, baseados em critérios e instrumentos instituídos no Plano Diretor.

Não obstante, a cidade<sup>30</sup>, juntamente com a universidade, foi uma das maiores promessas da modernidade e continua sendo na contemporaneidade no que se refere à liberdade e à emancipação da humanidade, espaços de pluralidade, diversidade e criatividade, permitindo que várias frentes multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares ajam em prol desse intento.

Nesse sentido, o estado de crise em que a cidade se encontra (e que, de certo modo, sempre esteve) em relação aos processos emancipatórios, de exercício de liberdade, de democracia, de cidadania é também sua possibilidade de superação frente aos rearranjos políticos e econômicos. A revolução urbana de que trata Henri Lefebvre (1999) refere-se justamente a essa possibilidade de enfrentamento das dificuldades, ao tentar criar novas formas e espaços de experimentação e invenção de maneiras de conviver, de sociabilidade, de agir.

Novamente observa-se a necessidade de uma mudança de fase, uma modificação na forma de utilização dos instrumentos existentes para se chegar ao objetivo geral

---

<sup>30</sup> PAULA, João Antônio de. A cidade e a universidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio L. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.35-53.

que é o pleno exercício da liberdade, cidadania, democracia, enfim, a emancipação da sociedade, a justiça social e a qualidade de vida, lemas do planejamento urbano.

Essa necessidade leva a pensar os equipamentos e espaços públicos como potências catalisadoras dessa modificação e do novo paradigma da cidade educadora.

## 2.3 DISPOSITIVOS URBANOS

A definição e caracterização dos dispositivos urbanos assim denominados neste trabalho requerem uma compreensão das diferentes nuances que o termo dispositivo possui. Segundo Giorgio Agambem (2009), a definição de termos técnicos é uma recorrência entre os estudiosos de maneira a estabelecer uma estratégia de pensamento.

Nesse sentido, discutir o que é um dispositivo urbano é tarefa primeira para se entender como se estabelece a relação entre espaço do saber e espaço da cidade, dentro do novo paradigma.

Ainda segundo Agambem (2009), Michel Foucault, em uma entrevista em 1977, teria se aproximado de algo como uma definição para o termo dispositivo (já que nunca elaborou de fato uma conceituação propriamente) sendo um conjunto heterogêneo de objetos linguísticos e não-linguísticos, incluindo desde discursos, instituições, edifícios, as leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, entre outros. Neste grupo, o fato primordial é que o dispositivo seria em si mesmo a rede estabelecida entre os elementos. Além disso, esse dispositivo sempre cumpre uma função estratégica concreta inscrito numa relação de poder e de saber.

Na realidade, para Foucault o que interessava era investigar os modos como os dispositivos agiam nos mecanismos, nos jogos de poder.

De qualquer forma, seja no sentido foucaultiano ou no sentido de uso comum, o termo dispositivo parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (linguísticos ou não, técnicos, militares, jurídicos, entre outros) que têm por objetivo

fazer frente a algo. Vale lembrar que para Foucault esses dispositivos deveriam ser uma resposta a uma urgência de forma que obtivessem um efeito de certo modo imediato. Esta é primeira diferença para a definição de dispositivo que se quer apresentar neste trabalho.

O dispositivo, no caso, urbano, não precisa necessariamente ser uma estratégia de efeito rápido frente a uma urgência. O dispositivo urbano deve corresponder sim a um conjunto de práticas e mecanismos, mas que possuem como sua potência o fato de poderem se enraizar e se constituir como uma base, uma plataforma para ações que são suscitadas a qualquer momento ou periodicamente.

Dessa forma, uma terminologia mais coerente com o sentido que se quer dar é o que Agambem define, considerando os dias atuais:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEM, 2009, p.40).

Para Agambem, o termo comporta não só as prisões, manicômios, o Panóptico, as escolas, as disciplinas, as medidas jurídicas, enfim, aqueles que possuem relação estreita com o poder, no sentido que Foucault utiliza, mas também a caneta, a literatura, a filosofia, a navegação, a agricultura, computadores, a linguagem, entre outros<sup>31</sup>.

Esse grupo de dispositivos se relaciona com o grupo de seres viventes, como chama o autor, e da relação entre os dois surge o sujeito, ou processos de subjetivação. É no corpo a corpo entre os seres viventes e os dispositivos que surgem os processos de subjetivação.

Uma questão a ser chamada à atenção na definição de Agambem a respeito dos dispositivos é que, segundo o autor, atualmente, as relações entre dispositivos e pessoas não têm gerado processos de subjetivação de fato, o que os aproximaria de processos de dessubjetivação, ou seja, a relação entre pessoas e dispositivos não ocorre a contento, de forma que estes só seriam mais uma forma de controlar

---

<sup>31</sup> Para Agambem, os dispositivos podem ser aparelhos de captura, máquinas de guerra bem como serem dispositivos utilizados para o bem. A forma como o dispositivo é utilizado depende do que o autor chama de seres viventes (os seres humanos) e também das relações de poder estabelecidas.

aqueles. Nesse sentido, uma questão se coloca: será que estão rareando os processos de subjetivação? Os que existem são controlados e condicionados? Será que não é possível reverter a situação atual?

É fato que atualmente, cada vez mais, os processos de subjetivação do sujeito enquanto indivíduo, uno, parecem se tornar difíceis. Contudo, não se pode deixar de considerar que muitos processos de subjetivação ocorrem de forma coletiva, por meio da apropriação dos espaços, dispositivos com o caráter de resistência.

É nesse sentido que a o verbete dispositivo elaborado por Manuel Gausa (in GAUSA et al., 2001) parece se aproximar dos contornos que se pretende dar ao termo neste trabalho.

Segundo Gausa (GAUSA et al., 2001), os dispositivos são mecanismos de ação, lógica e estratégia reativos aos estímulos da nova ordem global que se encontra constantemente em suspense. Ajustam-se a condições locais e globais concretas, tendo para isso, programações flexíveis capazes de produzir, induzir e impulsionar outras ações. Eles passam a ser um veículo de informação e um instrumento operativo também. Nesse sentido, apropriando-se das palavras do autor, os dispositivos seriam um mapa virtual de batalha, ou seja, um mapa de movimentos, isto é, um processador de situações e programador de ações.

É portanto um mecanismo de reação, assim como afirmam Foucault e Agambem, mas que, se possuir uma programação, processa situações; e nesse processamento possibilita a criação de subjetividades que respondem aos estímulos recebidos.

Dessa forma, conformando bases operativas e estruturas de ocupação, os dispositivos urbanos são definidos como mecanismos de ação e processadores de situações que, associados a determinadas programações são capazes de estruturar reações que acabam por produzir subjetivações, ora coletivas, ora individuais, atuando como mecanismos de instrução.

Mesmo com a atual fase do capitalismo tentando utilizar todos os dispositivos como aparelhos de captura, é possível considerar que os dispositivos urbanos podem facilitar a articulação de lógicas abstratas por meio de estratégias e táticas

necessárias à promoção da evolução local e de um engajamento social, por exemplo.

Exemplo disso são as ações realizadas no Território do Bem por iniciativa dos moradores, como o grupo Virtude Periférica, o grupo É o Benedito, o cinema caseiro Viela, entre outros, assim como em conjunto com empresas como a Arcelor Mittal, EDP, Fibria, entre outras, que atuam conjuntamente com outras instituições filantrópicas e não-governamentais no território, proporcionando a busca a promoção da autonomia e da emancipação de sua população por meio do engajamento social.

Dessa forma, entendendo que o dispositivo é um conjunto de mecanismos capazes de programar ações e necessários a um determinado agenciamento, a uma prática social, utiliza-se aqui o termo dispositivo urbano para designar todos os mecanismos que contribuem para o funcionamento, o desenvolvimento da vida urbana e melhoria da qualidade de vida da sociedade, considerando, inclusive, atividades, práticas que não possuem, necessariamente, materialidade física, edificada.

Eles são encontrados nas formas de espaços abertos, como praças, parques, jardim botânico, horto, determinadas ruas importantes no bairro; espaços fechados, como bibliotecas, escolas, CRAS, CAJUNs, grupo Afro-Odomodê<sup>32</sup>, cinema, museu, teatro, templo, clubes, unidades de saúde, etc.; programas/ eventos, como feira comunitária, apresentações de *hip hop*, cinema na rua, pontos de cultura, etc.

Vale lembrar que o fato de serem programadores de ações não os desobriga de possuírem programações que também sejam formas de estímulo para determinados agenciamentos. Assim, faz-se necessária uma discussão a respeito da programação dos dispositivos urbanos de forma a facilitar as apropriações, sejam coletivas ou individuais.

Para além da denotação de programa como lista de funções de um edifício, segundo Cornelius Castoriadis (1982, p.97-98), chama-se programa à concretização

---

<sup>32</sup> O grupo Afro-Odomodê é um grupo formado por crianças e jovens que estuda música – dança, percussão, entre outros –, e cultura negra a fim de valorizá-la. Foi criado pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Vitória.

provisória dos objetivos impostos por um determinado projeto<sup>33</sup> dadas as circunstâncias, facilitando sua realização. Nesse sentido, corresponde à figura provisória e fragmentária desse projeto, ou seja, é a representação desse sentido de transformação do real a que se pretende com o projeto.

Sendo o programa a materialização de um determinado projeto em um determinado momento, esse programa torna-se importante no sentido de repercutir as intenções que um espaço da cidade, por exemplo, tem por finalidades, ou que se constituam como finalidades por certo período de tempo.

Para o arquiteto Vicente Guallart (2008, p. 66-67), a programação de uma cidade, de uma casa, um espaço qualquer da cidade é o estabelecimento nós funcionais no território os quais, sequencialmente, ativam temporariamente um determinado lugar da cidade, agindo em rede nos pontos que se interrelacionam. Essa ação em rede criada pela tensão dos pontos que se interrelacionam é o que cria o ritmo dos acontecimentos da cidade: é o ritmo urbano. Esse ritmo estrutura as atividades na cidade, coordenando tempo e espaço.

Uma questão abordada pelo autor e que diz respeito direto aos dispositivos urbanos é que a programação da cidade, dos edifícios abre a possibilidade de se criar uma estrutura aberta de atividades e de potencializar as relações humanas, despertando a interação social. A programação, além de despertar a interação social, pode reforçar a inclusão e conexão e propiciar novos processos de aprendizado.

Em síntese, a hipótese aventada a partir dos dispositivos urbanos de que a programação é importante para a fruição, o uso dos espaços encontra-se tanto em Castoriadis, por defini-la como a concretização provisória de um determinado projeto/ intenção, e também em Vicente Guallart, por defini-la como uma estruturação de pontos na cidade que cadenciam a vida da cidade com suas atividades.

---

<sup>33</sup> Cornelius Castoriadis chama de projeto a intenção de transformação do real, possuindo um sentido, uma orientação que visa em si ao momento de sua realização. O projeto é uma práxis, um saber fragmentário e provisório que se constrói na relação com a realidade ali imposta, e que possui objetivos concretos e mediações especificadas.



Essas duas definições incorporam a noção de dispositivo urbano, pois, por um lado, a noção de transitoriedade dada ao termo por Castoriadis repercute a efemeridade de algumas atividades propostas para determinados espaços físicos, como feiras, apresentações culturais e artísticas, eventos sazonais, como fóruns, encontros, seminários, *workshops*, por exemplo, mas que dão ritmo à cidade ao se situarem no tempo e no espaço. Por outro lado, a noção de programação de Vicente Guallart oportuniza a conexão entre diversos espaços da cidade, já que todos são nós de uma mesma rede, possibilitando a criação de interações e inclusão entre diversos grupos sociais da cidade, diluindo, inclusive, fronteiras sociais, e como isso, possibilitando o aprendizado e a troca.

Em suma, após o entendimento de que a programação é necessária para o funcionamento, gestão dos dispositivos urbanos, a relação entre tais dispositivos e o novo paradigma do saber se faz de forma a entender que os dispositivos constituem parte da práxis que conforma o novo paradigma: para implicar e envolver o espaço urbano, o espaço do saber se utiliza dos dispositivos urbanos, os quais são por si só, a própria multiplicação do espaço do saber, já que constituem um conjunto de mecanismos capazes de programar ações e necessários à prática social.

O fato de programarem ações e de permitirem o estabelecimento de outras atividades, às vezes diversas daquelas para que foram projetadas, demonstra a multiplicação do espaço do saber, indicando que a cidade é um agenciamento de aprendizado, ou o produto de vários agenciamentos.

Além disso, o caráter molecular, heterogêneo e horizontal do novo paradigma facilita a apropriação e a formação de novos aprendizados por meio dos dispositivos urbanos, ao se caracterizar pelo conhecimento agregado em forma de rede, não hierarquizado, respeitando a alteridade e as diferentes práticas. Isso faz com que os dispositivos também se tornem elementos flexíveis, em que a programação, embora provisória e fragmentária, seja responsável por parte do sucesso ou insucesso da sua manutenção ou gestão.

Nesse sentido, dispositivos urbanos e programação são, juntos, o próprio novo paradigma do saber.

## 2.4 DISPOSITIVOS URBANOS: IMPORTANTES EXEMPLOS HISTÓRICOS

Fazendo uma retrospectiva diagramática de importantes exemplos históricos dos dispositivos urbanos a partir do final do século XIX, destacam-se o surgimento de algumas experiências de planejamento urbano ocorridas no final do século XIX que priorizavam os equipamentos coletivos. Um exemplo é a cidade-jardim de Ebenezer Howard apresentada primeiramente no livro “Tomorrow a Peaceful Path to Real Reform” (1898). Nessa proposta, Ebenezer Howard preocupa-se em dispor equipamentos que deem certa autonomia à cidade-jardim em escala gregária, de forma que seus habitantes se movimentem confortavelmente na cidade.

Quanto à questão que se apresenta no Estado do bem estar social, pode-se dizer que a proteção social engloba diversas esferas, e no que tange ao urbano, considera que os equipamentos coletivos (escolas, hospitais, teatros, bibliotecas, parques, entre outros) são de responsabilidade estatal. No Brasil, os exemplos que mais se aproximam dessa proposta ocorreram durante os governos dos presidentes Getúlio Vargas (1930-1945) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Idealizado por Kubitschek, o projeto de Brasília previra a construção dos diversos equipamentos, tanto em escala monumental, quanto em escala gregária.

Essa escala gregária é evidenciada pelo princípio de unidade de vizinhança criado por Clarence Perry para o Planejamento Regional de Nova Iorque em 1929 (RELPH, 1987). A unidade de vizinhança, considerada uma das medidas de planejamento urbano mais adotada durante o século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, é uma área residencial com relativa autonomia, ao apresentar serviços urbanos, de bens e serviços necessários ao cotidiano.

Numa área circunscrita com 400 metros de raio, a escola constituiria o centro da unidade, que apresentaria em suas extremidades equipamentos comerciais e em seu interior (também no centro), instituições comunitárias, além de 10% de área livre para ser destinada à recreação e jardins, tendo como base uma população de 5.000 habitantes.

Ainda nos anos 1950, o pedagogo Anísio Teixeira estava na direção do Instituto Nacional de Educação Profissional – INEP (1952-64) com ideias e experiências pedagógicas avançadas para o período. Desde a década de 1920, junto com outros pensadores e pedagogos, ao lançarem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita. Era afinado intelectualmente com as ideias de John Dewey (1859-1952), que desenvolveu um método educacional baseado na constante reconstrução da experiência diante do mundo em constante transformação. Segundo Maria Alice Junqueira Bastos (2008, p.42), Anísio Teixeira acreditava que o “[...] interesse do estudante devia orientar o seu aprendizado num ambiente de liberdade e confiança mútua entre os professores e alunos, em que esses fossem ensinados a pensar e julgar por si mesmos”.

Na persistência desse novo método de aprendizado, Anísio Teixeira cria um sistema composto por escolas-classe e escolas-parque: quatro escolas-classe construídas no entorno de uma escola-parque (atendendo às quatro escolas-classe), de forma que os estudantes frequentariam as duas em turnos alternados. A escola-parque deveria abrigar as atividades complementares: educação física, artística, social e industrial. Transformaria-se, portanto, em um grande centro de referência para os alunos, um espaço de formação completo, em que seu mais notório exemplo é a escola-parque Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (BA), projetado pelo arquiteto Diógenes Rebouças.

Nas décadas subsequentes, principalmente na década de 1970, as ideias de Anísio Teixeira embasaram vários projetos escolares que propunham a educação em tempo integral, com currículo diversificado. Os centros de atividades do sistema SESI conformam alguns desses exemplos. Eles refletiam a junção da escola-classe com a escola parque em um mesmo complexo, com programa de necessidades que atendesse ao currículo básico e ao programa pedagógico social da instituição, dentro de um universo de políticas assistencialistas para os alunos e as famílias<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> O programa pedagógico-social dos centros de atividades (CATs) contava com políticas assistencialistas para alunos e famílias. Havia aulas para a pré-escola, ensino fundamental, cursos ministrados pela Escola de Formação Doméstica (corte e costura básico e de aperfeiçoamento, bordado à máquina, pintura em tecidos, crochê, trabalhos manuais, tapeçaria, pirogravura, pratos especiais, higiene e beleza, confeitagem de bolo, nutrição, arte culinária), cursos para jovens e Curso de Alfabetização de Adultos, atendimento médico e odontológico e esportes.

Cabe lembrar ainda dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) criados em 1982 por Darcy Ribeiro quando era Secretário da Educação no Rio de Janeiro durante a gestão de Leonel Brizola (1983-1986) após seu exílio. Tinham o intuito de proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas para crianças de classes com baixa renda<sup>35</sup>, de forma que são entendidos como um projeto pedagógico aliado a um projeto social.

Os CIEPs foram largamente criticados pelo fato de que dentro de sua concepção, o projeto arquitetônico deveria ser uniforme, independente das diferenças existentes entre os sítios. Sofreram críticas ainda relativas ao custo dos prédios, à qualidade de suas arquiteturas, localização, e até sobre o sentido de um período letivo de oito horas. Projeto de Oscar Niemeyer, para alguns, os CIEPs acabaram por priorizar o projeto arquitetônico em detrimento do projeto pedagógico, fato que alimentou ainda mais suas críticas<sup>36</sup>. Segundo Luis Antônio Cunha (1991)<sup>37</sup> a crítica aos CIEPs também deve-se ao fato do governo afastar progressivamente os professores das tomadas de decisões, acusando-os de elitistas, além do fato de serem usados como propaganda política e excessiva dimensão assistencialista.

Baseados nas ideias pedagógicas de Anísio Teixeira e nos CIEPs, foram criados durante a gestão do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) os CIACs – Centros Integrados de Atendimento à Criança –, como uma alternativa à tentativa de suprir as necessidades e interesses das crianças de famílias de baixa renda na esfera nacional, como a situação da mãe trabalhadora, além de tirar as crianças das ruas.

Em contrapartida a essas políticas de transformarem a escola em um grande centro de atividades, aliando um projeto social ao projeto pedagógico, os anos 1980/90 consolidam uma política de grandes equipamentos baseados no interesse

---

<sup>35</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) (verbetes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**: EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=83>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

<sup>36</sup> Idem nota 35.

<sup>37</sup> MOREIRA, Antonio Flávio B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.21, n.73, p.1-30, dez.2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

econômico por meio da ampla disseminação da reinvenção urbana<sup>38</sup>. O objetivo era a recuperação de base econômica das cidades para a geração de empregos e renda. Essa política provocou uma intensificação de projetos arquitetônicos e urbanísticos como forma de promoção político-partidária e de controle social. As estratégias utilizadas referem-se à utilização de áreas urbanas antes não focalizadas, além de regiões centrais, bem como aquelas decorrentes da obsolescência de estruturas industriais, portuárias, orlas ferroviárias, entre outros. A ênfase é dada à gestão urbana como política de governo e os grandes projetos se tornaram o elemento catalisador dessa política de revalorização imobiliária. São exemplos: o Battery Park (Nova York), Puerto Madero (Argentina), Barcelona (Espanha), Museu Guggenheim de Bilbao (Espanha), Pelourinho (Salvador), entre outros. A grande diferença desse momento histórico para os anteriores é que a arquitetura e o urbanismo dos equipamentos não são destinados aos cidadãos locais, e sim à população flutuante, valorizando a imagem produzida pelo *city marketing* ao invés de refletir as aspirações do contexto local.

Segundo Diane Ghirardo (2002), o grande equipamento definidor dos anos 1980/90 é o museu, que de uma forma ou de outra se enquadra nos grandes projetos de revalorização fundiária. Esses museus configuram *shopping centers* culturais – utilizando expressões da autora –, em que, por vezes, há mudanças nas atividades e funções dos museus como forma de atrair pessoas. O museu como *shopping Center* cultural inclui instalações que vão desde restaurantes e grandes lojas a teatros, auditórios e cinemas, gerando renda por meio do estímulo ao **consumo de arte**.

Atualmente, nos anos 2010, pode-se dizer que há uma mescla de equipamentos de controle social, sempre idealizados pelos governos locais e estaduais, pois as cidades não param de competir na esfera econômica; e equipamentos conectores, reivindicados pela população local. Esses equipamentos são requeridos principalmente nos bairros e comunidades com baixo poder aquisitivo, organizados na forma de movimentos sociais, apoiados por organizações do terceiro setor, onde

---

<sup>38</sup> Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard Castilho (2009) definem os processos de intervenção em centros urbanos em três fases: 1950/60 como sendo renovação urbana; 1970/80 com sendo um período de preservação urbana; e 1990/2000 como um período de reinvenção urbana. Essa reinvenção urbana está relacionada com a crescente evasão observada nas áreas centrais, caracterizando uma crise dos centros.

o que existe é quase ínfimo, quando não existe, e por isso já inclusos em alguns planos municipais. São exemplos no Brasil de Prefeituras que possuem planos que consideram esses equipamentos a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ), a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), a Prefeitura Municipal de Vitória (ES). O que é necessário verificar é se a forma como são conduzidos os planos e programas favorece as proposições e condições da cidade educadora, a cidade como um agenciamento de aprendizado, ou se são apenas demandas que não constituem valor agregado ao território.

O Programa de Estruturação Urbanística (PEU) – Bairro-escola, em Nova Iguaçu (RJ) constitui-se como um dos mais importantes e notáveis exemplos de integração de políticas urbanas que articulem soluções nas áreas social, educacional, cultural, econômico e urbana.

Essa perspectiva surgiu da reflexão a partir da realidade do município: no ano 2000, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/ PNUD<sup>39</sup>, a renda *per capita* do município era de 237 reais, a proporção de pobres era de 25%, com a maior parte das crianças em idade escolar sem acesso ao ensino, e outra parcela de jovens com analfabetismo funcional.

Além disso, economicamente, Nova Iguaçu possui dificuldades, já que sua economia é baseada no setor terciário, localizando o centro comercial mais importante da Baixada Fluminense, mas que por falta de capacitação e formação das camadas produtivas da sociedade e pouca oferta de emprego, dificultam o quadro da economia local.

Esses e outros problemas caracterizam Nova Iguaçu como um município com alto índice de violência e que possui sua estrutura urbana fragmentada devido à presença de várias áreas de proteção ambiental (APA), o que também acaba dificultando a vida econômica do município.

A problemática de Nova Iguaçu levou à instauração de um aparelho financeiro que tinha como estratégia articular as condições físicas, ambientais, sociais, políticas de

---

<sup>39</sup> PINTO, André Luiz. **Urbanismo na fragmentação**: a resposta do Bairro-escola. Rio de Janeiro: PTK, 2008.

forma que se obtivesse melhoria da qualidade de vida e estruturação, consolidação e qualificação da cidade. O planejamento integrado estabelecido pela prefeitura utilizou o projeto urbano como o elo que deveria fazer convergir todas as intencionalidades daquele planejamento. Era necessário que se promovesse o respeito à diversidade, fortalecimento da identidade coletiva do lugar, apoiado em símbolos e na memória, e na construção coletiva do futuro do município. Para tal, foi necessário o entendimento de que a cidade favorece a aprendizagem, oferecendo o tempo todo oportunidades de conhecimento. Nesse sentido, os espaços públicos se transformaram nos catalisadores do programa, ao entender que essa **pedagogia urbana**, que o potencial da sinergia entre instituições<sup>40</sup> formais, não-formais e informais<sup>41</sup> pode construir valores participativos, de busca da cidadania e democracia, ressignificando estes conceitos e o objeto urbano<sup>42</sup>.

Outro exemplo é o Centro de Educação Unificada (CEU) realizados no município de São Paulo (SP) durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004). Os CEUs são resultado de um trabalho concebido com foco na inclusão social, uma proposta transversal com a articulação de diversas áreas, como: meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, saúde, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento local, baseado no fato do equipamento urbano ser um agregador de comunidades e pautado no mesmo conceito de cidade educadora, conforme apresentam Og Dória e Maria Aparecida Perez (2007).

O mapeamento da realidade do município de São Paulo criou o Mapa da Exclusão/ Inclusão Social, coordenado por Aldaíza Sposati<sup>43</sup>, e que serviu de guia para a

---

<sup>40</sup> Entende-se por instituição a forma de organização, com suas regras e procedimentos que são aceitos e sancionados por aqueles que fazem parte dela, junto com seu conjunto de valores.

<sup>41</sup> Segundo a Carta das Cidades Educadoras (ASOCIACIÓN, 2004), consideram-se instituições formais de educação aquelas com intencionalidade educadora, como escolas. As instituições não-formais são aquelas que possuem a intencionalidade educativa fora da educação regrada, como museus, parques botânicos, bibliotecas, etc. As instituições informais são aquelas que não possuem nem intenções e nem são planejadas para tal. São exemplos ruas, eventos, a casa de alguém, etc. Nesse sentido este estudo adota a mesma diferenciação entre as modalidades de educação que aquelas caracterizadas pela Carta das Cidades Educadoras.

<sup>42</sup> (BARDA; RIOS, 2004, apud PINTO, 2008).

<sup>43</sup> O Mapa da Exclusão/ Inclusão foi realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a organização não-governamental Instituto Pólis e com o apoio do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), possuindo três versões publicadas nos anos de 1995, 2000 e 2003. Ver RODRIGUES, Carolina. Novas metodologias de pesquisa sobre exclusão social

localização dos complexos educacionais, que contam com piscinas semi-olímpicas, quadras de esportes, teatros, cinemas, bibliotecas, entre outros espaços abertos à comunidade em geral.

Cabe dizer que o mapa de localização dos Centros de educação Unificada (CEUs) pode ser visto como o complemento do mapeamento de outros equipamentos presentes na cidade, como os centros socioculturais do Serviço Social do Comércio (SESC) e diversos teatros e equipamentos culturais, que não possuem o poder de alcance das camadas com renda baixa, o que também pode estar atrelado à questão da programação desses equipamentos. Dessa forma, os CEUs se instauram como uma forma de equilibrar o acesso à educação formal, bem como àquela não-formal e informal, de forma que se leve à participação da população nos processos urbanos.

Vale lembrar que São Paulo faz parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, bem como Belo Horizonte, São Bernardo do Campo, Santo André, Sorocaba, Santos, Dourados, Porto Alegre, entre outras<sup>44</sup>.

A pertinência de programas como o Bairro-escola e os CEUs demonstra a relevância do tema tratado no trabalho, que pretende contribuir conceitualmente para a discussão sobre as políticas públicas urbanas e o planejamento urbano das cidades, as quais se vêem sob novos prismas e paradigmas alicerçados na transversalidade disciplinar contemporânea necessária ao desenvolvimento urbano e humano.

Na relação entre equipamentos de controle e equipamentos conectores, mesmo grandes equipamentos podem ser conectores; o que os faz ser um ou outro está relacionado com a forma como são conduzidas as políticas públicas, desde a escolha do local até os programas, ações e públicos envolvidos. Essa condução das políticas deve considerar a participação da população em diversos estágios – programação, decisão e deliberação – para que, dessa forma, os equipamentos tornem-se de fato conectores.

---

auxiliam a gestão pública. **ComCiência**, Campinas, 10 maio 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/10.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2011.

<sup>44</sup> Ver CIUDADES miembro. c2011. Disponível em: <<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPaisosAc.do#Brasil>>. Acesso em: 29 mar. 2011.



Exemplo disso é a Biblioteca Pública de Seattle (Estados Unidos), que se transformou em um programa público de educação da cidade, intitulado “Bibliotecas para Todos”, com o apoio total da comunidade de Seattle. Seu objetivo é ser referência nacional, ao articular diversas mídias, programas e eventos, oferecendo à comunidade a oportunidade de escolher e participar da organização dos programas, ações e eventos a serem realizados, transformando-se num local de encontro, interação, trocas, inclusão, conexão e aprendizagem de Seattle. O sistema de bibliotecas de Seattle conta com uma biblioteca central e vinte duas filiais espalhadas pela cidade, fazendo com que – como colocam seus idealizadores –, “The Library is a place for the community to gather, learn, teach, celebrate and listen” (THE SEATTLE, 2008, p.8).

Na Colômbia, o Estado tem buscado privilegiar mudanças relacionadas às esferas social e política por meio de uma política que privilegia os espaços públicos das bibliotecas como forma de lutar contra o narcotráfico, valendo-se da cultura, da leitura e da poesia.

A rede de Bibliotecas Públicas da Colômbia foi influenciada pela Escola Americana de Biblioteconomia da Universidade de Antioquia, pela Biblioteca Pública Piloto de Medellín, sendo apoiadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e inspiradas nas Bibliotecas Públicas de Nova Iorque. Financiada com a ajuda de empresas privadas que se organizam por meio da Comfenalco, são 120 bibliotecas espalhadas por todo o país<sup>45</sup>.

Para a Colômbia, a saída para o desenvolvimento político, social e econômico de sua população foi a criação de políticas públicas que privilegiam o desenvolvimento cognitivo como ferramenta.

Do ponto de vista arquitetônico, os edifícios também se apresentam como forma de impactar a população, sendo construídos edifícios de alta qualidade arquitetônica, muitas vezes, em meio a um entorno dominado pela pobreza, autoconstrução.

---

<sup>45</sup> Ver MARTÍNEZ, Lucila. **Colômbia, o país das bibliotecas**. [S.l., s.n.], [s.d.]. Disponível em: <[http://www.criancascriativas.com.br/biblio\\_artigo.pdf](http://www.criancascriativas.com.br/biblio_artigo.pdf)>. Acesso em 19 maio. 2011.

Exemplos de equipamentos de escala pequena, mas que cumprem sua função conectora são as bibliotecas da rede de bibliotecas de Barcelona, as quais estão se configurando como centros culturais de bairro, com funções educacionais e culturais em resposta às novas necessidades dos cidadãos, ultrapassando, dessa forma, a imagem de simples unidades de informações e acesso bibliográfico, colaborando, inclusive, com as entidades de bairro<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> BIBLIOTEQUES DE BARCELONA: B. Vila de Gràcia. c.2011 Disponível em: <[http://w3.bcn.es/XMLServeis/XMLHomeLinkPI/0,4022,650920084\\_832977749\\_2,00.html](http://w3.bcn.es/XMLServeis/XMLHomeLinkPI/0,4022,650920084_832977749_2,00.html)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

### **3 O ESPAÇO DO SABER NO ESPAÇO DA CIDADE: O NOVO PARADIGMA DO SABER NA COMUNIDADE E NA CIDADE**

#### **3.1 A IMPORTÂNCIA DOS DISPOSITIVOS URBANOS NA COMUNIDADE**

A importância dos dispositivos urbanos na comunidade resulta do arranjo de duas questões: 1) comunidade; 2) apropriação e produção endógena dos ambientes construídos. A soma desses dois elementos, ou seja: entender o que vem a ser uma comunidade e sua vivência espacial; a apropriação dos espaços da cidade (quais espaços são apropriados, por quem são apropriados e em função de quê); e as relações de participação na produção da cidade e no seu usufruto –, permite visualizar a formação de uma rede que coloca os dispositivos urbanos como suporte para a democratização do espaço e busca pela qualidade de vida.

É da convergência dessas duas questões, que se entrecruzam em ações em várias instâncias, que advém a importância dos dispositivos urbanos, os quais acabam por atuar em rede, em conformidade com as características do novo paradigma do saber: heterogêneo, molecular e horizontal.

##### **3.1.1 Comunidade**

Para discutir a importância dos dispositivos urbanos em comunidades é necessário, primeiramente, entender o que vem a ser uma comunidade.

Segundo Jean-Luc Nancy (1991), a designação comunidade, dentro do pensamento moderno (e até o momento), tem sido entendida como um ser, uma entidade imanente que se coloca acima de todas as identidades que a compõem, transformando-se na essência da humanidade, um ser comunitário em forma de sujeito. Segundo o autor, essa é uma herança da cultura ocidental e cristã, em que “[...] a comunidade não é apenas a comunicação íntima entre seus membros, mas também a sua comunhão orgânica com sua própria essência” (NANCY, 1991, p. 9, tradução nossa).

Na realidade, Nancy observa que, ao contrário dessa visão, a qual pensa o ser comum, o que deve se entender como comunidade é o ser-em-comum, de forma que o que se passa no entendimento a respeito da comunidade é um compartilhamento de singularidades, e não um tipo de totalização ou de sujeito coletivo, um ser único. Sua característica reside justamente na impossibilidade de sua imanência, já que “Ser-em-comum não significa uma forma superior de substância ou sujeito assumindo o controle dos limites de individualidades separadas” (NANCY, 1991, p.27, tradução nossa). A essência do ser está, portanto, na partilha de singularidades, numa exposição compartilhada, como chama o autor, de forma que ela é uma formação coletiva com caráter provisório, permeável, em que os diferentes se tornam iguais para sua exposição, não perdendo, assim, suas individualidades.

De modo semelhante, Michael Hardt e Antonio Negri (2006, p.323) também entendem a comunidade diferentemente da noção tradicional ligada ao *ethos*, à moral e à soberania, mas sim como uma produção de comunalidades baseadas na comunicação e na cooperação.

Nesse sentido, a comunidade só é pensável na heterogeneidade, na pluralidade e distância, em que as singularidades se reúnem por meio de forças de coesão, as quais são geradas sob interesses e condições específicas, objetivando atingir as formas de interação entre as pluralidades. A comunidade é, dessa forma, uma relação com o outro, um compartilhamento de singularidades em prol de questões comuns, de cooperação.

Assim, pode-se dizer que a comunidade é o resultado da confluência de um cotidiano, que envolve interesses comuns e ações em prol desses interesses, além de formas particulares de expressão, de diálogo, de convívio, de entendimento e de relações que cumprem diferentes funções frente às suas necessidades, organizando uma dinâmica própria.

Trata-se de uma forma particular de expressão da sociedade, possuindo especificidades próprias, as quais se referem às preocupações e interesses comuns dos grupos que coexistem numa mesma área, às condições iguais de produção e reprodução material, mas, acima de tudo, vincula-se ao cotidiano.

Para entender a importância dada aos dispositivos urbanos em comunidades, interessa observar o que Henri Lefebvre (2010) chama de espaço diferencial: aquele que atua como resposta da comunidade à ordem política, econômica, e que tenta superar as separações existentes e criadas pelo espaço fragmentado urbano – público e privado, centro e periferia, entre outros. A realidade prática e sensível do cotidiano abrange conflitos que não são suprimidos pelo espaço homogêneo e fragmentado da ordem econômica e política vigente.

Dessa maneira, é interessante perceber como esses espaços são importantes para a formação da sociedade, de forma geral, mas, sobretudo em comunidades com baixo poder aquisitivo, uma vez que as condições sociais, políticas e econômicas a que estão submetidas essas comunidades condicionam sua forma de viver, de se relacionar.

A esse respeito, Carlos Nelson F. dos Santos (1985) discute as diferenças de constituição espaciais existentes no que se denomina comunidade, favela<sup>47</sup>, etc., e aquela que ocorre no seu exterior, enfatizando como a vivência coletiva e cotidiano são ricos nas comunidades, enquanto no resto da cidade, a que se chama formal, eles são diferentes, geralmente, condicionados, a algum tipo de consumo.

Nas comunidades, as relações público x privado, exterior x interior, a preocupação com o outro, para dar alguns exemplos refletem as relações de convivência, as atividades sociais, físicas, mentais.

Exemplificando essa situação, Carlos Nelson F. dos Santos (1985, p.30) coloca em uma passagem do livro “Quando a rua vira casa”, a respeito do Catumbi, no Rio de Janeiro, o entendimento de comunidade:

Além do armazém, há outro ponto da Rua Valença que desempenha uma função social importante: o *atelier* de costura da D. Beatriz e de sua irmã. São nestes dois lugares que se veem diariamente as pessoas da rua; os

---

<sup>47</sup> Para Mário Grynszpan e Dulce Pandolfi (2003), os termos comunidade e favela são correlatos ao se referirem àquelas comunidades que delimitam um espaço e se distinguem de seu entorno, cujas características físicas evidenciam, de forma objetiva, ocupações irregulares do espaço urbano, sem infra-estrutura, serviços básicos e condições de higiene e saúde; sujeitas a intempéries e vistas como uma falta de outra alternativa. Contudo, dada as circunstâncias e mesmo nível de produção e reprodução material, as pessoas que habitam essas comunidades ou favelas criam um sentimento de cooperação mútua como forma de resistência.

seus moradores. No fim da tarde é costumeiro o encontro das mulheres para uma conversa na porta da D. Leonora. Para as donas-de-casa do bairro, a reunião na porta equivale à “virada da casa pelo avesso”. É quando a rua passa a ser usada como significante comum.

E ainda que:

As atividades como que “escolhem” seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta. A distinção entre forma e fundo perde o seu sentido, pois existem conjugações de espaços e atividades em que os primeiros não são apenas formas que abrigam um conteúdo eventual na medida em que contribuem para a sua realização. Da mesma maneira, o que acontece em um local não constitui somente a essência que, vertida num receptáculo vazio, toma a sua forma, pois contribui decisivamente para moldar e qualificar os ambientes. Em resumo, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. O problema da adequação de forma e conteúdo se revela uma falsa questão. Daí resulta uma dificuldade prática: a etnografia de um espaço social não pode ser senão a etnografia do que se passa nele (SANTOS, 1985, p.49).

Essa defesa da relação entre o espaço e o que se passa nele chama a atenção para o fato de que não há nenhuma invenção urbanística que seja capaz de restituir a imensa riqueza dos espaços vividos, sejam seus suportes materiais, ruas, casas, praças, áreas verdes, entre outros, se não forem dos usuários; diretamente vivenciados por eles, se não envolverem um sentimento de pertença, um sentido para seu uso. Essa crítica se direciona ao fato de que muitas vezes o Estado propõe áreas destinadas ao uso público, mas que não se conformam como tal, tornando-se espaços vazios, de passagem, ou com usos fomentados por algum tipo de evento, atividade sazonal.

Outra questão é que nas partes da cidade ditas formais é mais comum que a vivência coletiva em espaços tidos como públicos seja menos intensa do que nas regiões periféricas, o que não impede que existam espaços bem utilizados nessas partes e que também existam aqueles que não são utilizados nas regiões periféricas, nas comunidades. No primeiro caso, o exercício de socialização e a sociabilidade das pessoas se restringe ao seu pequeno círculo de relações, desvinculado de relações próximas, como a de vizinhança. Essa vivência coletiva é ditada por valores e regras ligados à mobilidade física e financeira e conectividade, criando espaços de lazer e socialização, na maior parte das vezes, privativos<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> NETTO, V. de M.; PASCHOALINO, R.; PINHEIRO, M. Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

Esses espaços, normalmente, são condicionados a diversas formas de consumo, constituindo espaços estéreis, improdutivos, onde a vivência, com seus cheiros, sons, sentimentos ocorre de maneira programada enquanto aquele espaço é habitado, vivenciado.

Contrariamente a esses espaços estéreis, importam aqueles em que o encontro, a interação face a face, o corpo a corpo intencional são instigados de forma a fazer com que o agir, nesse caso, seja um modo de experimentação no sentido de manifestação entre as pessoas e de transformação de algo.

Entender as diferenças existentes no espaço da cidade – sua importância dentro de seus contextos socioeconômicos e culturais – evidencia a necessidade e importância desses espaços se constituírem como dispositivos urbanos, tanto para uns, quanto para outros. Nas comunidades, esses dispositivos são sua plataforma de ação e possibilidades de mudança e resistência. Nos espaços formais da cidade, eles precisam ser evidenciados – por meio da programação, cuja importância se dá pelo fato justamente de criar ritmos na cidade, oferecendo atividades à cidade que possam suscitar a vivência daquele espaço. Esses dispositivos urbanos poderiam, então, transformar-se em espaços de interação, e conseqüentemente, de conexão, inclusão (troca entre diversos grupos) e aprendizado.

### **3.1.2 Apropriação e produção endógena**

Discutir a apropriação dos dispositivos urbanos, sobretudo em comunidades, requer entender como ocorre a apropriação do espaço urbano de forma geral. É necessário entender a que a apropriação está relacionada, tendo em vista a qualidade desse espaço, para que se compreenda por que alguns desses espaços se tornam dispositivos urbanos. E dessa maneira perceber por que motivos os dispositivos urbanos são apropriados, e normalmente por quem.

Primeiramente deve-se colocar a questão dos processos cotidianos da cidade serem constituídos pela associação entre a forma urbana e o uso, ao estabelecer uma relação entre o tecido urbano e a sociedade, perpassada ainda por noções de simbolismo e memória (os quais fazem parte do fenômeno social urbano).

A apropriação do espaço urbano está relacionada, dessa forma, com a vivência na cidade, e essa vivência, por sua vez, está relacionada com a capacidade de movimentação das pessoas e de formulação de simbolismos inerentes a esses espaços.

O fato de alguns grupos sociais que não se compreendem em comunidades não se apropriarem dos espaços da cidade – sobretudo dos espaços públicos – da mesma forma que aqueles que constituem comunidades, pode estar relacionado com questões econômicas ligadas à renda e ao orçamento, que em uma sociedade consumista permite que grupos com maior capacidade de renda possuam opções de lazer e de socialização não tanto relacionadas ao espaço e distância físicos, por meio de uma apropriação tutelada pelo consumo.

Além disso, observa-se uma falta de interação em grande parte dos grupos sociais na cidade. Alguns, por possuírem maior mobilidade, e outros, por não possuírem e se isolarem em seus territórios, não interagem entre si. Essa falta de interação é potencializada, ainda, pela aparição de espaços públicos que não repercutem essa interação e conexão, e que Zigmunt Bauman (2001) diz ser uma das características das inovações urbanas correntes. Esses espaços ora são de consumo, como *shoppings centers*, ora são espaços de encontro de estranhos, que não propõem, nem implicitamente, a interação. Para Bauman, esses dois tipos de espaço urbano refletem a falta de civilidade, a qual é vista atualmente como irrelevante e desnecessária para a arte do viver urbano.

Jane Jacobs (2009, ed. original em 1961) diz que a possibilidade de interação social é o cerne que justifica a cidade. A partir de sua afirmação pode-se concluir que a interação entre os grupos é necessária na dinâmica do espaço urbano. Não permitir que haja essa interação é impedir a urbanidade, ou seja, a dimensão política da interação e da diversidade, a qualidade de vida que se deseja encontrar nas práticas cotidianas de convivência.

Não planejar a cidade para trocas entre grupos, comunidades e o mundo externo a elas é diminuir as possibilidades de coexistência, e uma forma de se trabalhar essa questão é por meio da polivalência dos espaços. Pensar em espaços que permitam



que vários usos ocorram, que pudessem permitir, por exemplo, que diversos grupos sociais vivenciassem-nos, tornando-se um motivo para sua confluência.

Talvez uma das dificuldades dos arquitetos urbanistas de hoje seja pensar um espaço que consiga afirmar esse caráter polivalente e de pluralidade social.

Por outro lado, deve-se ter atenção a outra questão: uma discussão sobre um urbanismo que engaje as pessoas na produção dos espaços passíveis de produção coletiva, normalmente em escala microlocal, e que sirvam à interação social, à conexão, à inclusão e ao aprendizado; reverberando, dessa forma, o novo paradigma do saber por meio do processo de implicação/ multiplicação do espaço do saber e espaço da cidade, e da constatação dos diversos agenciamentos presentes na cidade.

O espaço urbano presente em comunidades de regiões periféricas da cidade pode possuir maior engajamento na produção coletiva desse espaço, dada às condições de suas socializações e lazer, do que os espaços da cidade formal (legalizada), que possuem mobilidade econômica e conectividade para irem aos espaços que lhes interessam. Contudo é necessário enfatizar, primeiramente, que existem comunidades (no sentido de comunalidade, cooperação entre diferentes) também na parte formal, legalizada da cidade; em segundo lugar, que também existem produções coletivas do espaço nessas áreas. Exemplo disso é a praça de Jardim da Penha na sexta-feira e no sábado, quando é montada a feira de artesanato e comida, atraindo não só moradores do bairro, como de diversas regiões da cidade.

Dessa forma, o espaço urbano deve ser visto e buscado como o local em que os grupos sociais interagem, de forma que a urbanidade enquanto qualidade de vida seja garantida, sem que haja segregação urbana.

As diversas formas de produção e de apropriação do espaço urbano devem ser estimuladas de forma a garantir a existência da cidade, estimulando o encontro face a face, ombro a ombro, corpo a corpo, a fim de não propiciar uma desintegração da vida comunitária, coletiva.

Zigmunt Bauman (1999, p.28) diz que os espaços urbanos onde as pessoas

poderiam se encontrar face a face, travar batalhas ocasionais, abordar e desafiar uns aos outros, conversar, discutir, debater ou concordar, levantando seus problemas particulares ao nível de questões públicas e tornando as questões públicas assuntos de interesse privado – essas ágoras “públicas/privadas” de que fala Castoriadis – estão rapidamente diminuindo em número e tamanho. Os poucos que restam tendem a ser cada vez mais seletivos – aumentando o poder das forças desintegradoras, em vez de reparar os danos causados por elas.

A essas forças desintegradoras relacionam espaços de produção privada, espaços de consumo, espaços de controle, e também espaços que pouco a pouco estão sendo suprimidos pelos espaços cibernéticos, virtuais.

É necessário, portanto, que esses espaços sejam garantidos de alguma forma, para que não haja a confirmação do pessimismo de Paul Virilio (1993) a respeito do fim do mundo exterior, da exterioridade espacial em contrapartida à virtualidade de novos tipos de espaço, como o ciberespaço, colocando em xeque a necessidade dos espaços físicos para a interação, de forma que a arquitetura e o urbanismo não sejam uma

[...] espécie de galeria de máquinas, a sala de exposições das ciências e das técnicas, técnicas derivadas do maquinismo industrial, da revolução dos transportes e finalmente da célebre “conquista do espaço” (VIRILIO, 1993, p.17).

É nesse contexto que inclui diferenças de apropriação entre os diversos grupos, a necessidade de se projetar para a coexistência e a necessidade de apropriação que alguns grupos possuem enquanto necessidade para a vivência cotidiana é que os dispositivos urbanos se prestam a ser apropriados.

Eles devem representar a possibilidade de coexistência e de diálogo entre os diversos grupos e o espaço da fala para aqueles que precisam, e que neles se apoiam para conduzir seus devires.

É nesse sentido que também se acredita que por meio do uso, apropriação desses dispositivos urbanos se prestando a tornar mais democrático o espaço público na cidade, existe a possibilidade de que as pessoas passem a ter uma nova consciência de seus direitos e formas de ação, e que dirijam essa consciência para uma maior participação no planejamento e na gestão da cidade, por meio de processos de ativismo social e reivindicação coletiva.

Quanto à produção endógena de espaços, essa questão relaciona-se diretamente com a apropriação. As comunidades, ou melhor, as comunalidades – como dizem Michael Hardt e Antonio Negri (2006) –, transformam-se também em atores da produção do espaço urbano, principalmente devido às suas carências, dentre as quais está o próprio espaço urbano qualificado. Nesse sentido, a participação social da população na produção urbana torna, pode tornar tal produção territórios de cidadania, para usar as palavras de Dirce Koga (2003).

Trata-se, portanto, de observar que, se de um lado tem-se a carência de espaços públicos qualificados nas áreas periféricas da cidade, por outro, existe uma produção endógena desse espaço por parte dos moradores, os quais reverberam a busca por autonomia e emancipação social.

A produção endógena, autônoma do espaço urbano constitui-se, dentro do novo paradigma do saber, numa nova forma de se praticar e se desenvolver esse espaço, dotados das características do espaço público relativas ao domínio e à acessibilidade públicos, por meio da construção social do espaço e da espacialização das ações sociais.

Dessa forma, funciona como integradora do território por meio de relações de participação e apropriação para distintas práticas. Essa produção transforma seus espaços em dispositivos urbanos que contribuem para a democratização do espaço ao se converterem em uma

[...] oportunidad para una revalorización de los valores de uso en la organización del espacio urbano, un tema que en una época en la que el mercado, representado bajo formas tan míticas como irreales y convertido en 'figura' dominante y metafísica influyente, parece reservado tan solo a los grupos con las rentas más elevadas (SECCHI, 2003, p.100).

Esse tipo de produção normalmente está associado a formas sociais insurgentes – as quais quase sempre são heterogêneas e estão fora do estado –, e que nos termos de James Holston (1996) configuram a cidadania insurgente encontrada em manifestações organizadas de base e em práticas cotidianas.

Dessa maneira, as formas insurgentes da sociedade também reivindicam sua participação nos exercícios de cidadania e de democracia por meio da produção do espaço urbano de forma endógena – atentas às suas necessidades –, conferindo a

condição de membros do estado, situação que devido à dinâmica advinda da globalização e das ambições nacionais, nunca teve caráter estático.

### 3.2 OS DISPOSITIVOS URBANOS NO TERRITÓRIO DO BEM

Comunidade, apropriação e produção endógena. Esses elementos discutidos anteriormente configuram a formação de uma rede que tem como base os processos cotidianos, colocando os dispositivos urbanos como suporte para a democratização do espaço e busca pela qualidade de vida.

A articulação dos moradores, sejam jovens, adultos, mulheres casadas, idosos, grupos religiosos, entre outros, por si só já estabelece a superposição de diversas redes, as quais se unem em prol de interesses específicos. Um desses interesses, por exemplo, é a apropriação e a produção endógena de espaço pela comunidade, colocando seus moradores como agentes de transformação do espaço.

Nessa perspectiva, o Território do Bem se torna um exemplo, um parâmetro que permite visualizar essas questões e rebatê-las nos dispositivos urbanos, além de responder ao problema colocado inicialmente no trabalho: dentro desse novo paradigma do saber, qual é o papel dos dispositivos urbanos no espaço do saber?; e o que pode aprimorar ou potencializar essa relação entre o espaço urbano e o espaço do saber?

Para responder a essas perguntas a pesquisa no Território do Bem contou com entrevistas e confecção de mapas cognitivos por moradores. A respeito da metodologia utilizada, vale ressaltar o aspecto qualitativo da pesquisa, de maneira que contou com pessoas representativas envolvidas diretamente em ações e participantes ativas nos dispositivos urbanos (APÊNDICE A).

Na análise dos mapas cognitivos<sup>49</sup> é possível observar como os moradores observam a cidade, como se relacionam com ela e a que eles e seu grupo social dão importância, sendo, portanto, possível constatar como percebem a comunidade

---

<sup>49</sup> Os mapas cognitivos foram analisados de acordo com o método apresentado por Stanley Milgram (1992) no livro "The individual in a social world: essays and experiments".

e a apropriação dos espaços. Assim, são apresentados a seguir alguns mapas cognitivos.

Foi pedido aos moradores do Território do Bem que desenhasssem um mapa com os espaços em que eles achavam haver algum tipo de interação, conexão, aprendizado e inclusão (todos características dos dispositivos urbanos), troca no próprio Território do Bem e na cidade de Vitória de forma geral. Os critérios de análise dos mapas cognitivos consideram a ordem em que foram desenhados os elementos (fato observado no momento em que os entrevistados desenhavam), o tamanhos de cada elemento, denotando assim uma hierarquia entre eles, suas ênfases e distorções.

O mapa cognitivo de Alessandra<sup>50</sup> (figura 5), moradora da comunidade Jaburu, apresenta considerações importantes quanto à vivência e à apropriação dos espaços para fins de interação, troca, conexão, inclusão e aprendizado.

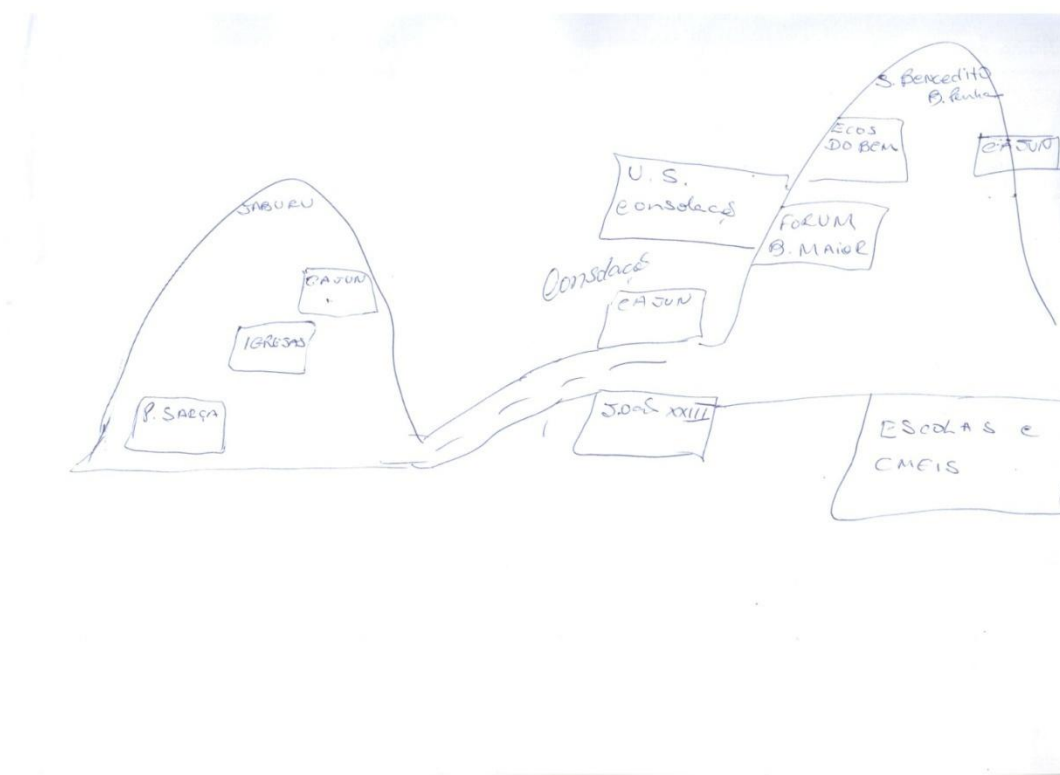


Figura 5: Mapa cognitivo de Alessandra, moradora do Jaburu.

No desenho de Alessandra, a primeira coisa a ser desenhada foram os morros de Jaburu e São Bedito e a rua que separa os dois. Em seguida, foi desenhada a

<sup>50</sup> ALESSANDRA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

unidade de saúde de Consolação, escolas e CMEIs, e demais elementos. Essa ordem no ato de desenhar reflete algumas questões importantes. Primeiramente o desenho dos morros e da rua denota a importância dada ao fato das comunidades integrarem um território – o Território do Bem –, que apesar de possuir distinções entre as comunidades que fazem parte dele, tentam ser-em-comum – para usar as expressões de Nancy –, e se atuajudarem. Conexão entre Jaburu e São Benedito por meio da rua presente em Consolação: ligação forte entre eles como forma de fortalecimento das questões sociais, da apropriação da cidade em conjunto.

A unidade de saúde não é somente o local *strictu sensu* destinado à saúde, é também o local das reuniões do Fórum do Bem. Este local foi escolhido devido à neutralidade social que possui no território, facilitando, assim, que todos os moradores das oito comunidades componentes do Território do Bem participem das reuniões. Aqui se podem observar questões relativas à apropriação para fins diversos daqueles propostos inicialmente para o equipamento e também questões relativas aos processos de participação política das comunidades.

Quanto à hierarquia de elementos presentes nos mapas, observa-se que alguns são maiores que outros, denotando a importância relacional que existe entre eles. Em ordem decrescente estão: os morros Jaburu e São Benedito, as escolas e CMEIs presentes na região, a rua que separa os dois morros, a unidade de saúde de Consolação, o Fórum Bem Maior, o Instituto João XXIII, o projeto Ecos do Bem<sup>51</sup>, CAJUNs, Projeto Sarça<sup>52</sup>, e por fim, igrejas (figura 6).

---

<sup>51</sup> O projeto Ecos do Bem é um projeto ambiental criado pelos moradores do Território do Bem em parceria com a organização não-governamental Ateliê de Ideias e com os Escritórios Locais do programa Terra Mais Igual e as unidades de saúde presentes na poligonal 1.

<sup>52</sup> O projeto Sarça é um programa socioeducativo da Igreja Presbiteriana.

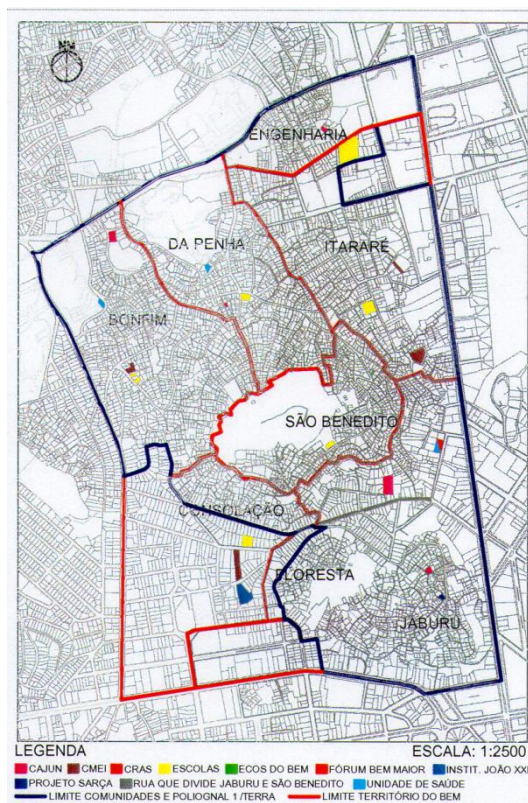


Figura 6: Localização dos elementos do mapa cognitivo de Alessandra no Território do Bem.

Vale dizer que o mapa se limita ao próprio Território do Bem, não mencionando qualquer elemento presente nas outras regiões da cidade que pudesse beneficiar a interação, a inclusão, a conexão e o aprendizado. E não apenas o mapa se limita ao Território do Bem como também se percebe a predominância de espaços socioculturais no desenho, refletindo a importância desses em detrimento dos espaços públicos abertos, como praças. Lembrando que os espaços socioculturais são, em sua maioria, da Prefeitura de Vitória ou de instituições filantrópicas próprios para atividades educacionais e de recreação para crianças e adolescentes.

Os mapas, com suas seletividades, ênfases, distorções, tornam-se projeções da vivência de quem os desenhou e expressam a emoção do participante. Nesse sentido, a análise do mapa cognitivo de Alessandra evidencia a importância dada aos equipamentos que promovem o bem estar, sobretudo, das crianças e adolescentes como aqueles passíveis de serem apropriados, ao Fórum do Bem na unidade de saúde de Consolação e ao senso de comunidade, evidenciado pelos morros de Jaburu e São Benedito. Marca também a localização topográfica de cada um dos bairros sem a dobra de continuidade (a relação entre os dois morros

configura-se como um anfiteatro) que efetivamente existe, mas dois montes divididos, distintos.

O mapa cognitivo de Abelhã<sup>53</sup> (figura 7), também morador da comunidade Jaburu, apresenta algumas questões relevantes à forma como estão dispostos os elementos. Existe, primeiramente, um senso de orientação no espaço da cidade. O cinema e a praia estão próximos um do outro, enquanto a FAFI se encontra no outro extremo do desenho. No meio, encontram-se o morro Jaburu, a rua, o SECRI, os bailes, e na lateral contrária ao morro Jaburu se encontra o CRJ – Centro de Referência da Juventude. Além disso, os elementos que constituem o mapa não estão delimitados em uma única área, fazendo crer que se apropria de distintas áreas da cidade.



Figura 7: Mapa cognitivo de Abelhã, morador do Jaburu.

<sup>53</sup> ABELHÃO. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.



Contudo, a hierarquia que se estabelece entre os elementos, considerando seu tamanho, os colocam em ordem decrescente da seguinte forma: morro Jaburu, *Hip Hop* e bailes, a rua, o SECRI, CRJ, praia, cinema e FAFI (figura 8).

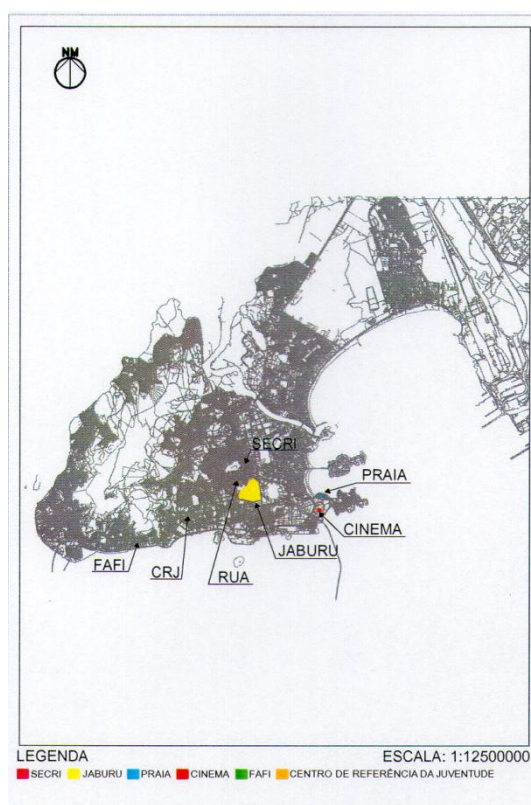


Figura 8: Localização dos elementos do mapa cognitivo de Abelhão.

Sendo assim, os elementos que compõem o mapa demonstram um estilo de vida que encontra nos espaços socioculturais – sobretudo os lugares onde pode haver interação, conexão, inclusão e aprendizado –, denotando importância com esse tipo de espaço. Esses espaços ora estão no Território do Bem, ora estão em outras partes da cidade, como a praia, o cinema, a FAFI e o CRJ. No entanto, o primeiro elemento a ser desenhado foi o morro Jaburu, denotando que é a própria comunidade o lugar primeiro em que pode haver conexão, interação, inclusão e aprendizado.

Já o mapa cognitivo de Giovana<sup>54</sup> (figura 9), moradora de São Benedito, demonstra a ênfase dada à sua própria comunidade. A hierarquia dos elementos desenhados

<sup>54</sup> GIOVANA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

mostra a praça de São Benedito, seguida da igreja, da lanchonete Guga, pizzaria em Itararé e bares de Vitória (figura 10).

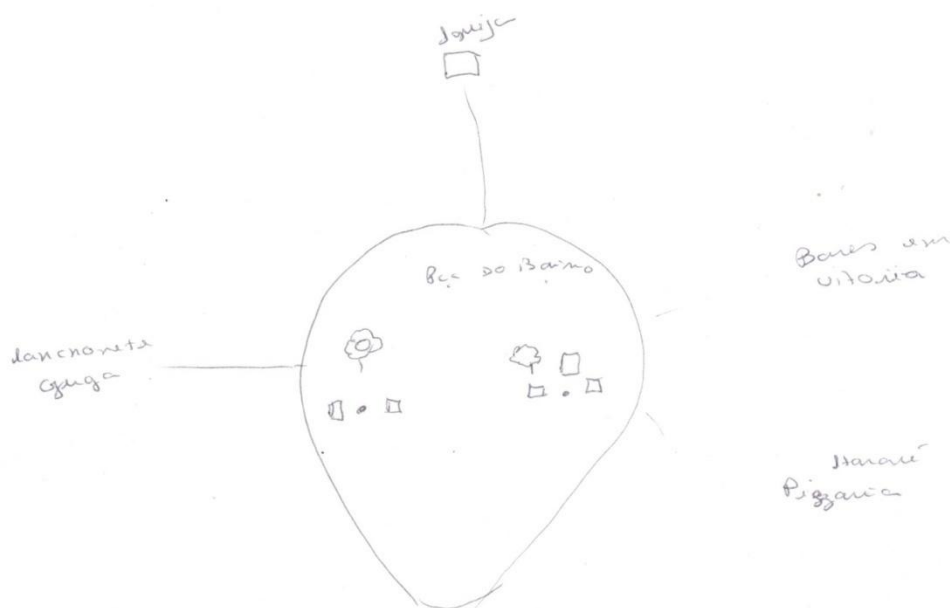


Figura 9: Mapa cognitivo de Giovana, moradora de São Benedito.



Figura 10: Localização dos elementos do mapa cognitivo de Giovana.

O mapa de Giovana apresenta uma questão interessante: a praça de São Benedito foi desenhada com certa semelhança na forma e também em tamanho desproporcional em relação aos ambientes citados e relacionados a ela: a lanchonete Guga e a igreja, as quais se localizam em seu entorno, formando um conjunto. Essa situação denota a importância dada a presença de um dos poucos espaços abertos presentes na comunidade (nota-se ainda a importância da arborização na praça) e ao desejo em possuí-los em meio às ruas e escadarias que ziguezagueiam o morro. Embora sua dimensão real seja mínima, ela passa a ser o ponto de encontro dos moradores, sua referência.

A pizzaria em Itararé e os bares de Vitória sequer possuem ligação com o resto do desenho, tornando-se difusos, parecendo lugares que não são frequentados assiduamente, enfatizando que seus espaços de face a face, corpo a corpo concentram-se em São Benedito.

Como projeção do estilo de vida, o mapa representa uma vida que se passa sobretudo na comunidade, em torno da praça, e de alguns elementos difusos externos, sendo que são os espaços abertos e espaços gastronômicos aqueles que possuem mais importância para a moradora.

O mapa cognitivo de Gesiledia<sup>55</sup> (figura 11), moradora da comunidade Floresta, reflete uma simplificação e escassez de meio que demonstrem compreensão dos espaços que podem incentivar a interação, a conexão, a inclusão e o aprendizado. Seu desenho retrata uma hierarquia que possui – em ordem decrescente – a área de reassentamento, a rua, o CMEI, o CEU e a igreja como os espaços que suscitam tais situações. No entanto, é importante observar que a área do reassentamento (em Floresta), o CMEI (em Jaburu e São Benedito) e o CEU (em Consolação) representam sonhos a serem realizados, tal como escrito no mapa, já que os três ainda não foram concretizados. Ressalta-se, ainda, a importância que parece representar a educação para a moradora, colocada como **um sonho a ser realizado**, denotando o quão importante podem ser os espaços e equipamentos que suscitam educação, aprendizado.

---

<sup>55</sup> GESILEDIA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

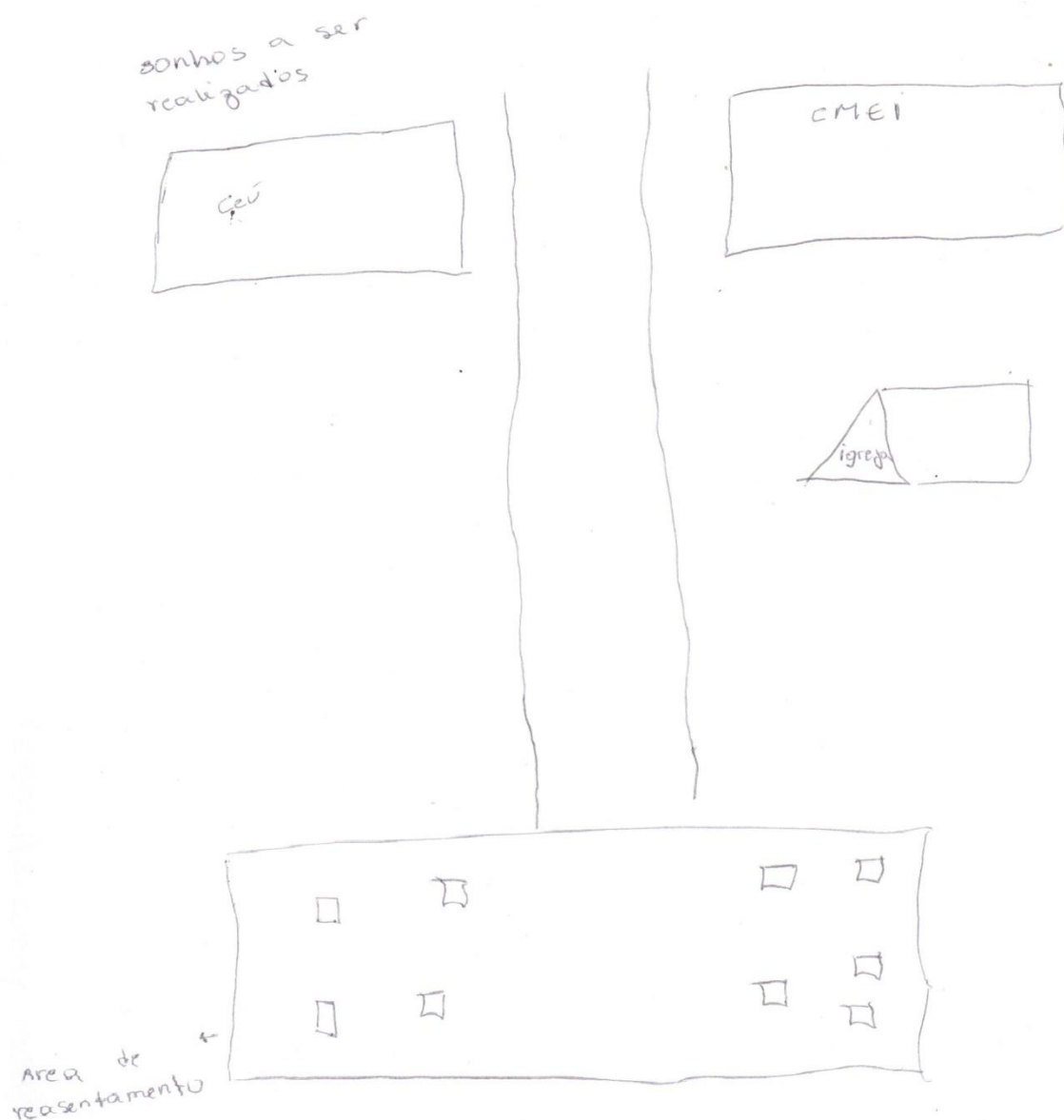


Figura 11: Mapa cognitivo de Gesiledia, moradora de Floresta.

Nesse sentido, o mapa se limita ao Território do Bem (figura 12). Fazendo uma leitura de caminhos, nota-se a conexão entre a área do reassentamento com o CEU e o CMEI, tendo a igreja no caminho. Isso pode mostrar a ideia de que as pessoas que se encontram no reassentamento podem encontrar interação, inclusão, conexão e aprendizado na rua, no CMEI e no CEU.

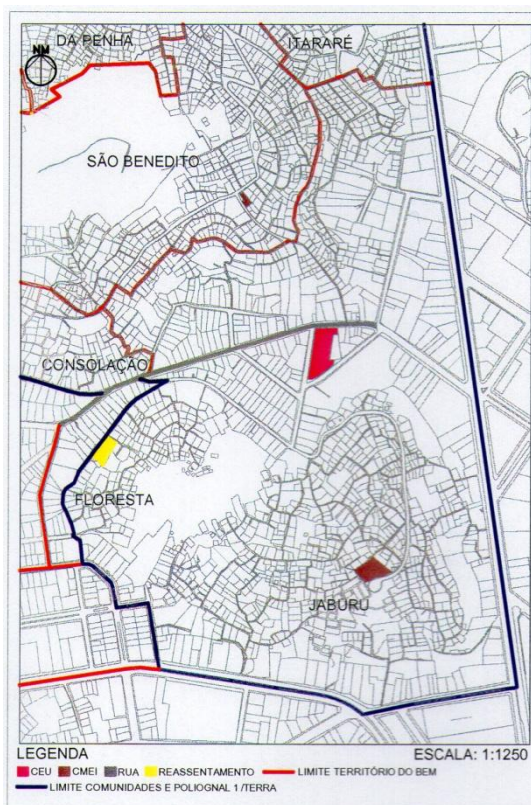


Figura 12: Localização dos elementos do mapa cognitivo de Gesiledia.

A configuração do mapa parece denotar uma importância dada aos equipamentos básicos, à apropriação do básico: a casa e a escola, implicando em ter o Território do Bem como toda a sua vida, sendo a cidade uma externalidade. A apropriação necessária, para a moradora, corresponde a ter direito ao que é elementar em sua vida. Essa questão remete ao que Stanley Milgram (1992) chama de locais medíocres: o reassentamento parece ser uma escolha que, diante da falta de outros espaços, é aquele onde as pessoas podem se conectar, interagir, se incluírem e aprender. Isso é interessante, já que, normalmente, para as comunidades, a rua em um papel importante na apropriação da cidade, uma vez que, a princípio, é aquele espaço que possui domínio e acessos públicos, irrestritos, além de complementar e ser o contraponto da casa (a questão da privacidade), como também afirma Carlos Nelson F. dos Santos (1985).

Assim, a partir da análise dos mapas cognitivos, é possível observar duas questões. A primeira é analisar a relação dos moradores entrevistados com o território de atuação, de apropriação, observando o quanto este se estende ou se limita à circunscrição da comunidade. A segunda questão é saber quais são os elementos

majoritários, ou aqueles que parecem exercer mais influência nos moradores enquanto espaços de conexão, interação, inclusão e aprendizado.

Em uma discussão a respeito da mudança de paradigma em relação à cidade, Massimo Cacciari (2010, p.54) em seu livro “A cidade” pergunta e responde ao leitor: “Aonde é que nós habitamos hoje? [...] Habitamos as cidades? Não, habitamos em territórios”. Esse questionamento introduz uma questão que coloca as cidades atuais como territórios indefinidos, onde as fronteiras são meramente artificiais, administrativas, não possuindo sentido geográfico, simbólico ou político, não correspondendo às vivências das pessoas. Segundo o autor está-se a viver na cidade-território (ou pós-metrópole), cujos limites são extrapolados e as funções da cidade são difundidas e disseminadas não mais segundo um desígnio urbanístico, a cidade-território baseia-se numa geografia de acontecimentos, onde ligações são ativadas.

Nessa perspectiva, é interessante observar o quão extenso é o território de ação, de apropriação dos entrevistados, ao entender que, baseado em Massimo Cacciari, a comunidade deveria atuar em termos de território, não se restringindo somente a ela. Deve extrapolar seus limites e se apropriar do espaço da cidade, ativar ligações (por meio dos dispositivos urbanos, por exemplo) que a beneficiem.

Dentre os entrevistados, somente o Abelhão possui a compreensão de um território de atuação que não se limita ao Território do Bem, às comunidades. Os outros entrevistados possuem um olhar que só visa o interior da comunidade, sendo que existe um extenso território a ser usufruído, apropriado.

Essa percepção do **tamanho do mundo ao alcance da apropriação** é evidenciada pelos mapas de localização dos elementos presentes nos mapas cognitivos dos entrevistados. Comparando esses mapas lado a lado (figura 13), percebe-se que, utilizando um mesmo tamanho de imagem, foram empregadas diferentes escalas, denotando o quão para Abelhão, por exemplo, o território é vasto, seus dispositivos urbanos ultrapassam os limites político-administrativos da poligonal 1, enquanto para Alessandra, Gesiledia mas, sobretudo, para Giovana, estes se limitam a São Benedito, ao Território do Bem. Assim, frente à cidade-território, com seus inúmeros

acontecimentos e dispositivos, observa-se que ainda há certa incompreensão das novas possibilidades de escalas de atuação.



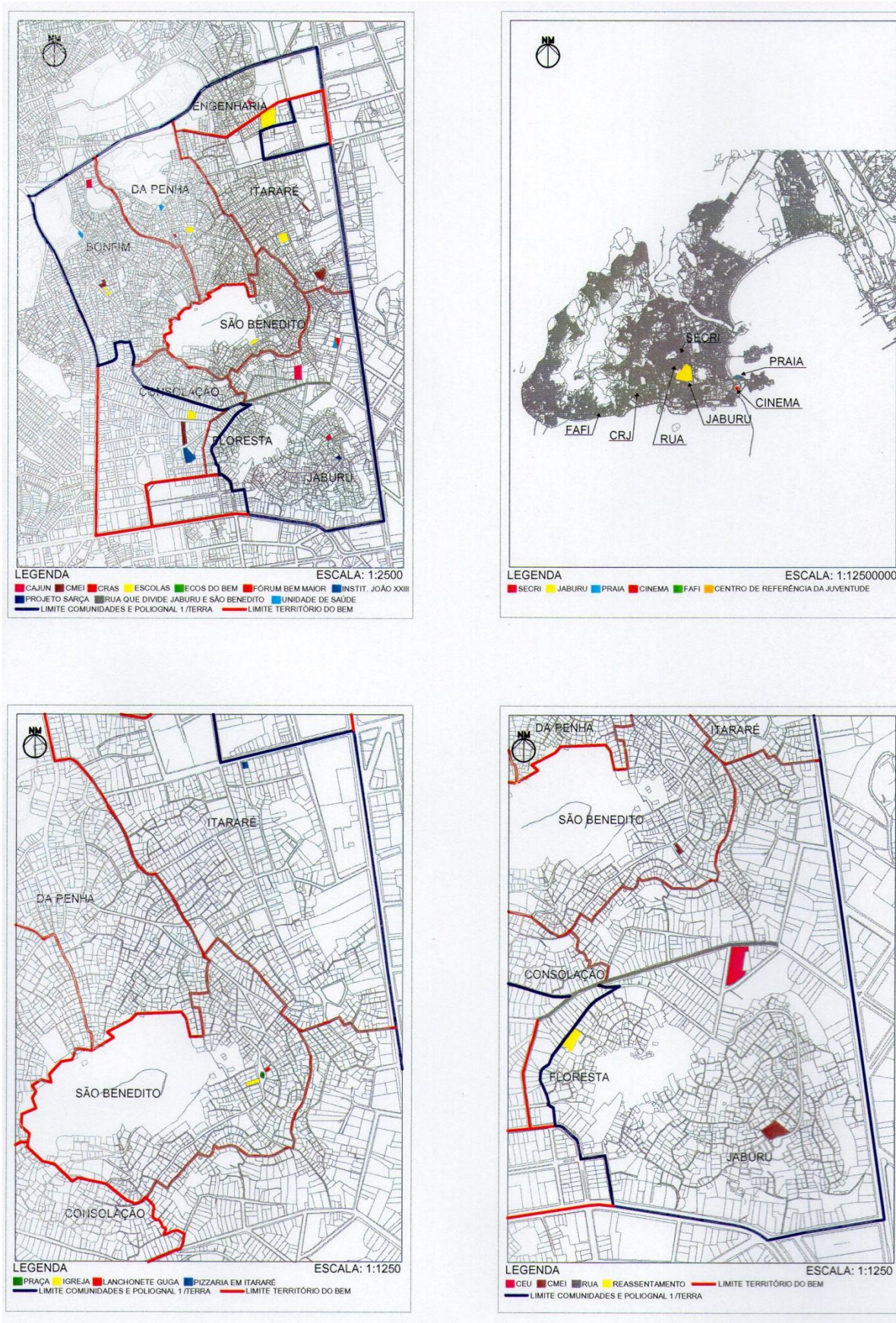


Figura 13: Comparação entre mapas de localização dos elementos citados pelos entrevistados.



Quanto à segunda questão, para a verificação dos elementos que mais influenciam os moradores, os dados foram traduzidos para um mapa de tipografias em negrito (figura 14), em que os elementos mais representativos são expressos em letras maiores, enquanto os menos representativos são expressos em letras menores. A relação entre os tamanhos das letras guarda a proporcionalidade entre eles.



Figura 14: Mapa de tipografias.

O mapa tipográfico revela que os elementos mais citados entre os moradores são, em primeiro lugar, as igrejas e a rua. Em segundo lugar estão as escolas e CMEIs, as instituições filantrópicas presentes no Território e os morros propriamente, ou seja, as comunidades. De forma esparsa encontram-se outros elementos, como CAJUN, *hip hop*, Fórum Bem Maior, unidade de saúde de Consolação, praça de São Benedito, entre outros, além de elementos – poucos – fora do Território do Bem.

De qualquer maneira, o que se observa é que os elementos que presidem o mapa tipográfico encontram-se dentro do Território do Bem, o que reforça a ideia de que grupos sociais com menor poder aquisitivo estruturam sua vida social e se apropriam de espaços próximos às suas residências. A mobilidade, em termos financeiros, se

transforma em mobilidade física, representado de forma incisiva nesse mapa tipográfico. Além disso, os dispositivos urbanos mais utilizados se encontram no próprio território.

Esse fato é confirmado pela pesquisa realizada no final de 2007 e início de 2008 com os moradores do Território do Bem, por meio de aliança entre o Ateliê de Idéias e o Fórum Bem Maior (BISCOTTO; MOREIRA, 2008), para posterior confecção do “Plano Bem Maior do Território do Bem”. Os dados revelam que as atividades socioculturais e de lazer mais utilizadas pelos entrevistados e seus familiares foram os seguintes: festas na igreja (68,2%), praia (37,2%), parque/Horto (24,2%), futebol no bairro (16,3%), bares e botequins (10,5%), bailes na comunidade (8,9%), cinema (7,5%), teatro (3,8%), nenhuma (3,1%), outro (5,4%). Importante ressaltar que os entrevistados tiveram a oportunidade de responder a mais de um item.

Observa-se, portanto, uma polarização nas festividades de igrejas como opções socioculturais e de lazer na comunidade. Esses dados mostram a soma da baixa mobilidade física e financeira aliada à ampla disseminação das igrejas pelo território, o que as tornam referências físicas estáveis presentes no Território do Bem. Por outro lado, a praia mostra-se como o equipamento social fora da comunidade que consegue agregar um maior número de pessoas, e que na pesquisa realizada é o segundo percentual mais alto. Essa evidência parece denotar que a praia é um local importante para a interação e pode tornar-se sociocultural, dependendo da programação e das práticas, ou seja, pode tornar-se um dispositivo urbano.

Enfim, uma vida urbana que se resume à igreja e à praia, de forma geral – restrita para um metrópole. Que vida urbana é essa? É a vida urbana de cerca de 61% da população que tem idade entre 16 e 55 anos, e que por isso não conta com equipamentos socioculturais para sua idade no próprio Território, somado ainda à falta de espaços abertos, e que também não possui incentivos para buscar outros espaços da cidade que não sejam aqueles que instigam o simples consumo.

A arquiteta Melissa Passamani Boni, da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, por exemplo, diz que “Não há um desejo de cultura”<sup>56</sup>, quando fala a respeito das faixas sociais com renda baixa. Entretanto, assinala que apesar desse desinteresse geral, o Programa Circuito Cultural é abraçado pelas comunidades como uma das poucas formas de lazer, diversão que existem e que não precisam de recursos monetários. Esse programa leva apresentações de dança, música, teatro, entre outros aos bairros e comunidades. Dessa forma, pode-se fazer a constatação de que, talvez, a questão seja o incentivo à cultura, o incentivo ao lazer e ao esporte, que também não é realizado de forma contundente pela Secretaria de Esporte e Lazer<sup>57</sup>.

No Território do Bem, essa possível falta de incentivo à cultura e a determinados tipos de lazer pode ser somada ao fato de 71% da população considerar o lazer como péssimo ou ruim (BISCOTTO; MOREIRA, 2008) e possuir como um dos objetivos do “Plano Bem Maior do Território do Bem” o resgate, o compartilhamento e a divulgação da multiculturalidade e diversidade presentes no território, por meio do mapeamento, apoio e divulgação dos grupos e projetos culturais existentes, demonstrando que há sim um desejo de cultura.

Assim, a questão pode ser guiada por três pontos: o fato de se possuir (ou não) os equipamentos, a sua programação (lonas culturais, cinema na rua, etc.), e ainda o que se denomina cultura.

Em virtude da falta de espaços de lazer e cultura e da avaliação dos moradores ter sido considerada péssima, dentro do próprio Território do Bem, as igrejas são as opções existentes para uma camada da população. Entretanto é importante fazer a ressalva de que a rede da igreja é diferente da rede da comunidade, podendo extrapolar a comunidade. Fora do Território do Bem, a praia é o espaço em que os moradores possuem acesso e domínio, fato somado ainda à própria cultura da cidade costeira.

---

<sup>56</sup> BONI, Melissa Passamani. **Os programas e equipamentos da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 10 de maio de 2011.

<sup>57</sup> Os programas, ações e plano das secretarias da Prefeitura Municipal de Vitória que contribuem para o novo paradigma do saber e para os dispositivos urbanos serão analisados detalhadamente no subcapítulo 3.4.

Voltando aos dados dos mapas cognitivos, poucas foram as menções a outros espaços externos ao Território, evidenciando a dificuldade em interagir em espaços diferentes daqueles próximos à sua realidade. Assim, a questão que se coloca é a dificuldade de interação entre diversos grupos sociais – acrescido de questões religiosas, em que frequentemente se registram conflitos entre evangélicos e outros grupos, assim como ocorre em outros lugares, como nos bares da Gávea e da Lapa, no Rio de Janeiro, motivados por música alta e certos tipos de comportamento, mas que em alguns níveis podem ser negociados – ocasionadas pela distinção radical entre as práticas espaciais e a sociabilidade de cada um deles, inibindo, dessa forma, a coexistência no espaço, a convivência garantida pela interação.

Além disso, observa-se o fato de que os espaços que se constituem como dispositivos urbanos para eles se encontram no próprio território. A influência da presença de determinados equipamentos sociais e comunitários da prefeitura, instituições filantrópicas, o Fórum Bem Maior – canal de comunicação e organização das comunidades –, as comunidades em si, igrejas denotam quais são os dispositivos por eles utilizados, potencializados ainda pela falta de espaço público aberto.

Nas entrevistas realizadas com os moradores do Território do Bem se pode comprovar o que os mapas cognitivos já denotavam. A respeito da importância da comunidade, Cosme Santos de Jesus, morador da comunidade de Jaburu, presidente da Associação de Moradores de Jaburu e do Grupo Nação, técnico incubador da organização não-governamental Ateliê de Ideias (cuja função é trabalhar para ajudar o desenvolvimento das comunidades em relação a questões políticas, econômicas e sociais; um articulador) e participante do Fórum Bem Maior denota o grau de importância que dá à comunidade e ao Território do Bem e sua preocupação em resolver os problemas a ela atrelados:

Agnes – Fale qual é o lugar mais importante para você, fora a sua casa.

Cosme – A comunidade.

Agnes – E com que frequência você está na comunidade?

Cosme – Quase sempre. Principalmente agora no Ateliê né, que agora não é mais a minha comunidade, não é uma comunidade, a gente atua nas comunidades, então assim, se eu não estiver em casa geralmente eu tô em algum ponto da comunidade, em algum ponto do Território do Bem.

[...] (Entrevista).<sup>58</sup>

Entender a comunidade como o lugar mais importante fora a sua casa, pressupõe ter aquele espaço social, com todos os seus signos, simbolismos, formas de apropriação, coesão social como condição de existência. Está relacionado com o -viver-junto, com a co-presença pressupondo uma parte de vida comum, o que faz com que interesses mais amplos e coletivos abarquem suas vidas. Esses interesses levam à busca pela melhoria daquela comunidade por meio da ação comunitária, por meio de um esforço de cooperação e ajuda mútua.

Para Cosme, essa ação comunitária é indispensável. As transformações positivas são necessárias, mesmo porque os problemas existem, são complexos e vinculam-se diretamente à forma como a comunidade conduz seu cotidiano e relações sociais dentro do seu espaço social e fora dele. Problemas relativos às drogas e à violência, por exemplo, não deixam de ser citados pelo entrevistado como uma dificuldade, em que crianças logo cedo se envolvem com o tráfico de drogas, muitas vezes por falta de opção, de futuro, de horizonte. Esses problemas também são vistos por outros grupos sociais como um impedimento para relações fluidas entre diferentes espaços sociais.

Assim, compreender a importância dada à comunidade por um de seus moradores relaciona-se a esse viver-junto e ao auto-reconhecimento de si na comunidade quanto às formas de produção e reprodução não só materiais, mas também imateriais, e que devido aos seus condicionamentos sócio-históricos transformam aquela base territorial em seu dispositivo urbano.

No Território do Bem, poder-se-ia dizer que o bar do Bigode, em Jaburu, é o local onde os homens se reúnem para conversar, ou a casa da dona Jandira, que se torna escola de alfabetização quando esta decide ensinar aos adultos e idosos da sua comunidade a ler e escrever, ou ainda a casa de um morador que se transforma em cinema comunitário, e a própria rua, que dá lugar, além das feiras livres com dias pré-determinados pela prefeitura, as feiras de produtos locais, com artesanatos,

---

<sup>58</sup> JESUS, Cosme Santos de. **Os espaços no Território do Bem**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 27 nov. 2010.

alimentos e diversão (grupos de *rap* pagode, entre outros se apresentam), baseadas no conceito de economia solidária<sup>59</sup>.

As pessoas se reúnem nas ruas, becos e escadarias, nos equipamentos dispostos pela prefeitura (sobretudo as crianças, nas escolas, CAJUNs, CRAS, Odomodê, etc.), nas igrejas e instituições filantrópicas, como o SECRI, Instituto João XXIII, Projeto Sarça; nos fins de semana, nos bares. Reclamam por áreas abertas destinadas ao lazer, ao ócio, que devido à morfologia urbana nos morros, há dificuldade em criar. Mas também não aceitam qualquer área instituída pela prefeitura como aquela que deverá atender às suas necessidades coletivas, por vezes, devido a problemas de localização e possíveis disputas entre subgrupos ligados ao tráfico de drogas.

Para Abelhão, em entrevista, o lugar mais importante fora sua casa é o Centro de Referência da Juventude. Quando perguntado sobre a sua frequência ao Centro de Referência da Juventude, sua resposta foi:

Abelhão: - Umas... cinco vezes por semana e... Quase todas as noites também eu to lá né, pq lá é aonde eu encontro a galera e a gente fala de vários projetos que a gente tá fazendo né, tá desenvolvendo, a gente fala de ações futuras que a gente vai fazer e tal... É um QG mesmo de estratégia. (Entrevista).<sup>60</sup>

Essa fala do Abelhão é contundente ao mostrar um dispositivo urbano. O Centro de Referência da Juventude é considerado por ele e por outros jovens como o espaço da fala.

Interessante ressaltar que muitos dos dispositivos urbanos, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Caminhando Juntos (CAJUNs), Núcleos Afro-Odomodê, etc., só existem em comunidades de bairros periféricos. Os bairros de classe média do município não contam com os mesmos serviços, possuindo apenas as academias populares e em alguns pontos o Centro de Convivência da Terceira Idade – como em Jardim Camburi e Jardim da Penha, que concentram

---

<sup>59</sup> Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza baseada na valorização do trabalho humano e não no capital, incentivando, assim, um processo de democratização econômica. Sua organização é baseada em associações e cooperativas autogeridas, que baseiam seus comércios e serviços na troca.

<sup>60</sup> ABELHÃO. **Os espaços no Território do Bem**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 30 set. 2010.

moradores de suas regiões. Essa espacialização dos dispositivos urbanos que advêm de equipamentos sob a responsabilidade da prefeitura reitera uma questão que já havia sido colocado no município de São Paulo quando, por exemplo, da criação dos Centros de Educação Unificada (CEUs).

Os CEUs foram criados a partir do Mapa da Exclusão/ Inclusão Social<sup>61</sup>, o qual por meio da técnica de geoprocessamento mostrava aos gestores públicos as áreas a serem priorizadas no enfrentamento da exclusão social. Desse modo, esses complexos socioeducativos e culturais que são os CEUs tornam-se um contraponto aos centros socioculturais do Serviço Social do Comércio (SESC) e diversos teatros e equipamentos culturais privados presentes em bairros considerados mais nobres. Nesse sentido, a questão a ser colocada a respeito da espacialização dos equipamentos é que o município de Vitória, ao contrário de São Paulo, não possui diversidade de equipamentos e espaços de lazer e socioculturais que possam se tornar contraponto aos que existem nas comunidades, evidenciando uma carência generalizada desse tipo de dispositivos.

Voltando à entrevista de Abelhão, sobre os espaços de interação, conexão, inclusão e aprendizado, e também de cultura e lazer sua resposta foi:

Abelhão: - No Território?... Aqui o mirante, o mirante de Jaburu, é onde a galera se encontra pra trocar uma ideia, bater papo, pra ouvir música, hãã... Tem também... O Secri<sup>62</sup> lá no São Benedito, o Secri, o Creio com as Mãos, é um projeto bacana... É onde atende bastante jovens, tem um grupo de teatro, hãã... Deixa eu ver... Acho que (risos)... é só.

[...]

Abelhão: - Fórum Bem Maior. É onde as oitos comunidade se encontra e se reúne e discute né, as problemática que tem no bairro e como vai soluci... solucionar isso. Acho que é aonde a galera se encontra mesmo e sabe o que tá acontecendo no Território do Bem, o que planeja, vai né. Até inclusive tem planejamento estratégico do Território do Bem né, foi feito dentro lá do Fórum Bem Maior. (Entrevista).<sup>63</sup>

O Fórum Bem Maior também foi destacado por outros entrevistados, como Alessandra e Cosme.

---

<sup>61</sup> Ver nota 43.

<sup>62</sup> O Secri é um programa socioeducativo da Igreja Católica, Paróquia Santa Rita de Cássia.

<sup>63</sup> Idem nota 60.

As praças presentes nas comunidades e a igreja também foram citadas por alguns moradores como aqueles lugares que provocam interação, conexão, inclusão, fazendo parte também do seu lazer e de seus locais de encontro.

A questão da igreja é vista pelos moradores como uma alternativa à falta de outros tipos de espaços que sejam abertos e públicos no Território, no sentido de serem acessíveis a todos.

Os equipamentos socioculturais, como a sede do Odomodê, SECRI, Instituto João XXIII, Projeto Sarça, entre outros, são vistos como espaços que ajudam na promoção da cidadania, principalmente devido ao fato de muitas crianças e jovens se envolverem cedo com a violência e o narcotráfico na região.

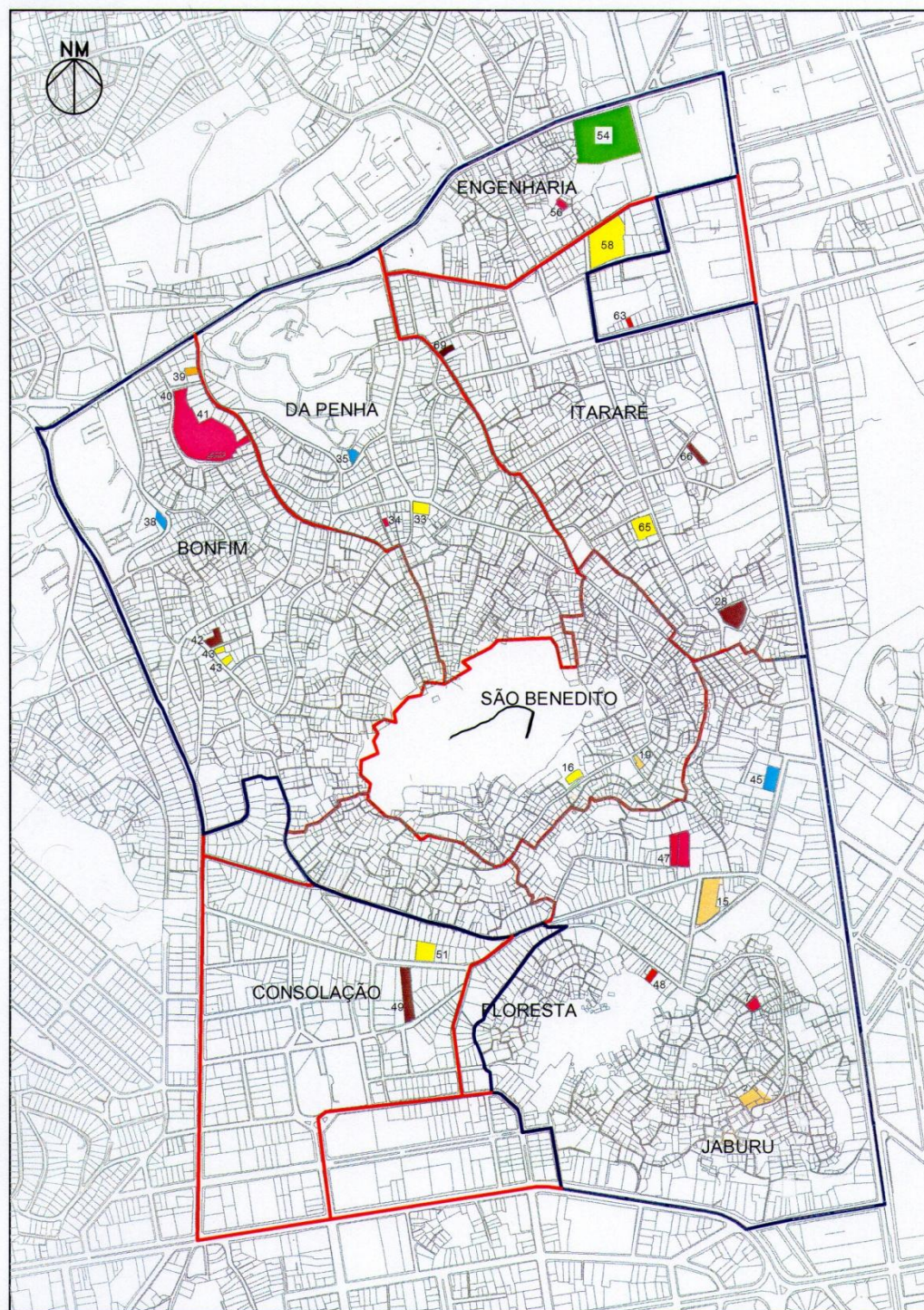
Dessa forma, observa-se a seguinte constatação: a falta de espaços livres, abertos no Território do Bem provoca a procura por igrejas como aqueles espaços que propiciam interação, encontro, inclusão, conexão. Os equipamentos socioculturais são responsáveis pela promoção de cidadania, aprendizado, autonomia e emancipação, tornando-se, muitas vezes, um QG (quartel general) de estratégia – para usar as palavras de Abelhão. O Fórum Bem Maior é onde se concentra melhor a diversidade do Território para fins de planejamento, programação, gestão, interação, entre outros. Todos esses espaços e equipamentos são dispositivos urbanos nas mãos dos moradores do Território do Bem – lembrando que os dispositivos são mecanismos que contribuem para o funcionamento, o desenvolvimento da vida urbana e da qualidade de vida da sociedade. Conformando bases operativas, os dispositivos urbanos permitem que seus usuários sejam transformados em planejadores/ programadores, gestores da cidade, ao conduzirem os dispositivos como palco para as suas reivindicações e questões, permitindo que sejam participantes ativos das questões urbanas, não deixando somente a cabo do Estado e das suas políticas neo-liberais as decisões e programações acerca da cidade. Corroborando com essa questão, Arlete Moisés Rodrigues (apud KOGA, 2003, p.232) diz que se trata de admitir, por meio das reivindicações (e juntamente com elas os dispositivos urbanos),

[...] uma melhoria da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, promover a participação dos cidadãos. Essa é a questão vital da construção democrática: a participação da sociedade civil na condução dos programas



e políticas urbanas e na intermediação dos conflitos que permitam a obtenção da urbanidade para os que dela estão excluídos.

A fim de averiguar como esses dispositivos se espacializam no Território do Bem, foi realizado um mapeamento na poligonal (figura 15), onde se observa o número acentuado de equipamentos socioculturais mantidos pela Prefeitura Municipal de Vitória, como: programas sociais assistenciais para as crianças e suas famílias (CAJUNs, CRAS), Odomodê (centro de cultura afro), escolas, centros de educação infantil, telecentros. A figura 16 mostra o mapeamento de instituições não-governamentais, como: Projeto Sarça (instituição filantrópica pertencente à Igreja Presbiteriana), Instituto João XXIII (instituição filantrópica organizada por um grupo de católicos), SECRI (instituição filantrópica pertencente à Igreja Católica – Paróquia Santa Rita de Cássia), além das Missionárias da Caridade, Casa Social Bethel (ligada à Igreja Assembléia de Deus), Ateliê de Ideias. A figura 17 mostra os parques e praças existentes na região e o que ainda está por vir. Mas a pergunta é: será que esses espaços se prestam ao lazer, à cultura, ao aprendizado e ao suporte das reivindicações coletivas? Eles constituem dispositivos urbanos plenos para os moradores do Território do Bem?



### LEGENDA

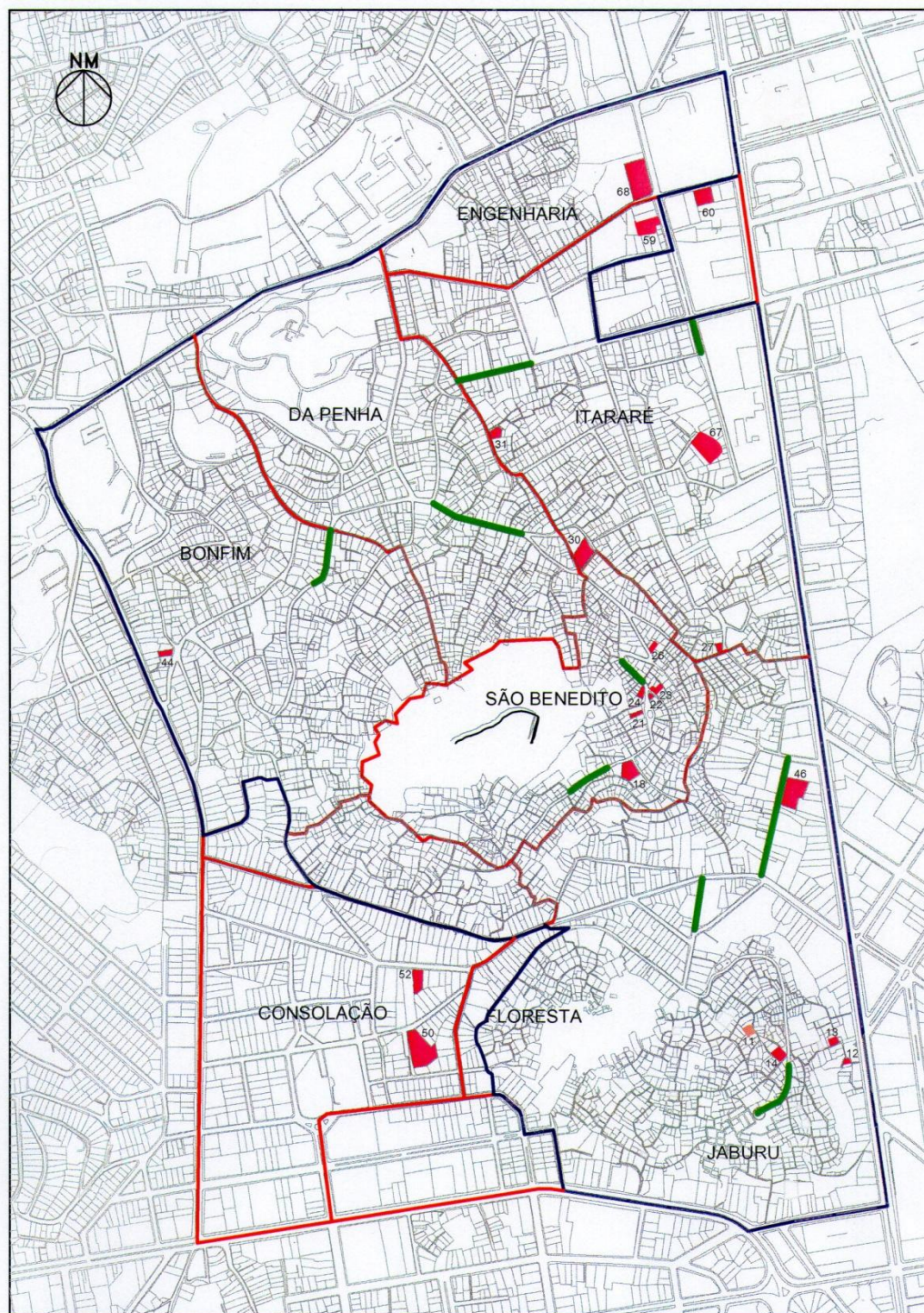
ESCALA 1: 12500

- ESCOLAS
  CMEI
  CRAS
  CAJUN
  ODOMODÊ
  UNID. SAÚDE
  NOVOS EQUIP. PREFEITURA
- CASA BRASIL
  CASA DO CIDADÃO
- LIMITE POLIGONAL 1 / TERRA
  LIMITE COMUNIDADES E POLIGONAL 1/ TERRITÓRIO DO BEM

1 - MIRANTE 2 - FUTURO CMEI 3- FUTURA PRAÇA 4- PRAÇA EXISTENTE 5- QUADRA EXISTENTE 6- FUTURA PRAÇA 7- CAJUN JABURU 8- PEDIDO DE PRAÇA  
 9- REFORMA PORTAL JABURU LEITÃO DA SILVA 10- LARGO ENTRADA JABURU 11- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JABURU 12- PROJETO SARÇA 13- IGREJA  
 BATISTA EL SHADAI 14- IGREJA PRESBITERIANA 15- FUTURO CEU 16- EMEF PAULO ROBERTO 17- CINEMA VIELA 18- SECRI/ BRINCARTE 19- FUTURO CMEI  
 20- PRAÇA EXISTENTE 21- ÁREA VIVÊNCIA EM CONSTRUÇÃO (SENEMAU) 22- BAZAR- SECRI 23- SECRI 24- BIBLIOTECA SECRI 25- TERRENO SECRI - FUTURA  
 QUADRA 26- ATELÊ DE IDEIAS/ BANCO BEM 27- IGREJA CATÓLICA SÃO MIGUEL 28- CMEI 29- TERRENO IGREJA SÃO MIGUEL 30- IGREJA BATISTA NO BAIRRO DA  
 PENHA 31- CASA SOCIAL BETHEL 32- PRAÇA EXISTENTE 33- EMEF ZILDA ANDRADE 34 - CAJUN BAIRRO DA PENHA 35- US DO BAIRRO DA PENHA 36- HORTO DE  
 MARUÍPE 37- CAMPUS UFES - MARUÍPE 38 - US BONFIM 39- ODOMODÊ 40 - CAJUN BONFIM 41 - CAMPO DE FUTEBOL PRÓXIMO CAJUN 42- CMEI OEDRO FEU  
 ROSA 43- EMEF PREZIDEU AMORIM 44- IGREJA BATISTA BONFIM 45- US CONSOLAÇÃO 46- MISSIONÁRIAS 47- CAJUN CONSOLAÇÃO 48- CRAS CONSOLAÇÃO  
 49- CMEI LAURENTINA 50 - INSTITUTO JOÃO XXIII 51- EMEF JOÃO BANDEIRA 52- ESCOLA DE SAMBA PEGA NO SAMBA 53- CAMPO DO CAXIAS 54- CASA DO CIDADÃO  
 55- SECRETARIA MUNIPAL DE EDUCAÇÃO 56- CAJUN ENGENHARIA E ÍTARARÉ 57- PRAÇA DE ENGENHARIA 58- EMEF CECILIANO ABEL DE ALMEIDA 59- ANEXO  
 INSTITUTO JOÃO XXIII 60- AMARIVE 61- CAMPO DE FUTEBOL DE ÍTARARÉ 62- ANTIGA EMEF CECILIANO E FUTURA PRAÇA 63- CRAS ÍTARARÉ 64- CAMPO DE  
 FUTEBOL BATE-BOLA 65- EMEF OTTO EWALD JUNIOR 66- CMEI SANTA RITA DE CÁSSIA 67- IGREJA CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO 68- CDI INCLUSÃO DIGITAL  
 69 - CASA BRASIL 70 - PRAÇA EM JABURU/ MUTIRÃO DO BEM 71 - PRAÇA EM FLORESTA/ MUTIRÃO DO BEM

Figura 15: Mapeamento dos equipamentos socioculturais da Prefeitura.





## LEGENDA

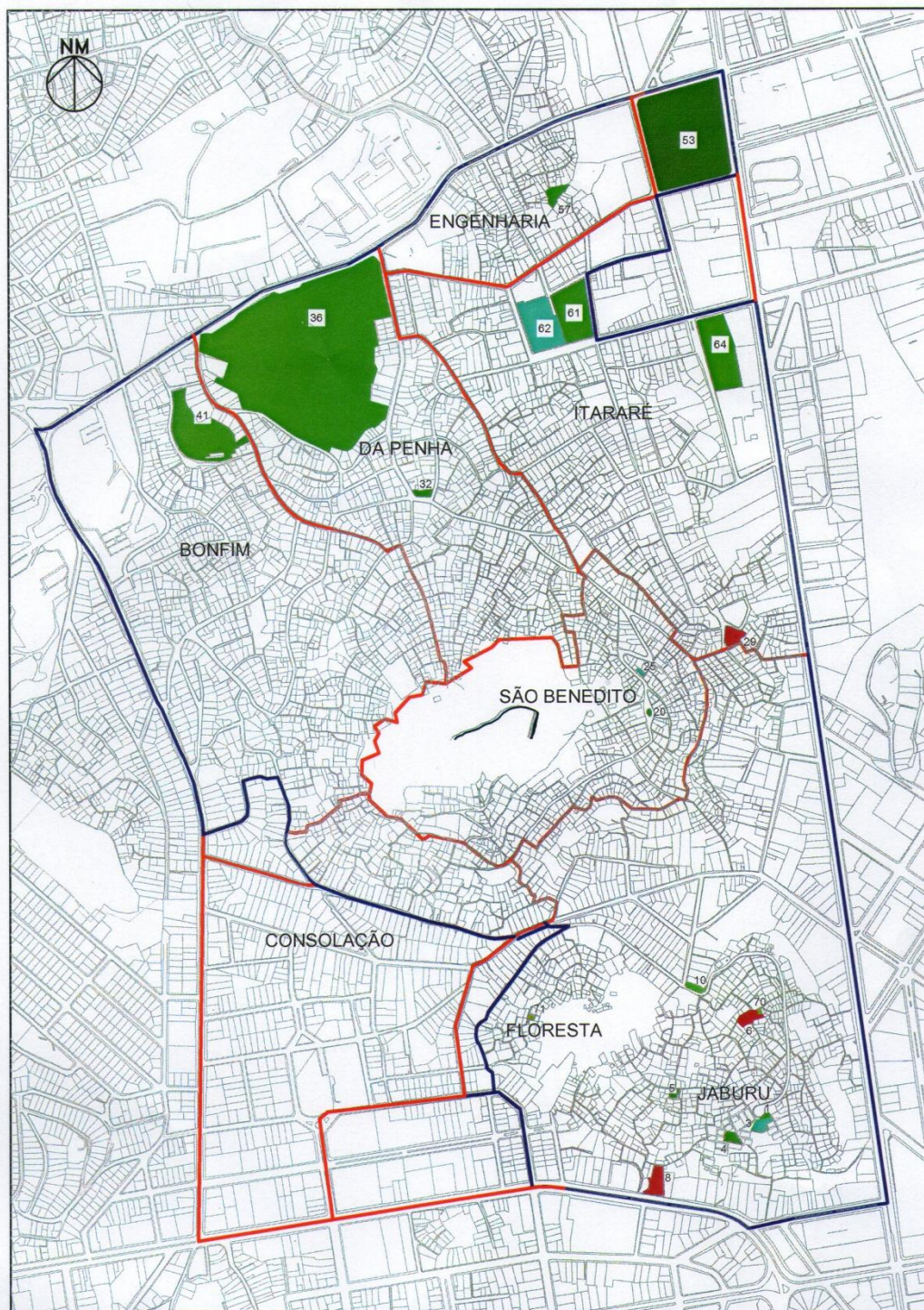
ESCALA 1: 12500

- INSTITUIÇÕES, ENTIDADES, ONG's, IGREJAS
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE JABURU
- RUAS UTILIZADAS PELOS MORADORES
- LIMITE POLIGONAL 1 / TERRA
- LIMITE COMUNIDADES E POLIGONAL 1/ TERRITÓRIO DO BEM

1 - MIRANTE 2 - FUTURO CMEI 3- FUTURA PRAÇA 4- PRAÇA EXISTENTE 5- QUADRA EXISTENTE 6- FUTURA PRAÇA 7- CAJUN JABURU 8- PEDIDO DE PRAÇA 9- REFORMA PORTAL JABURU LEITÃO DA SILVA 10- LARGO ENTRADA JABURU 11- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JABURU 12- PROJETO SARÇA 13- IGREJA BATISTA EL SHADAI 14- IGREJA PRESBITERIANA 15- FUTURO CEU 16- EMEF PAULO ROBERTO 17- CINEMA VIELA 18- SECR/ BRINCARTE 19- FUTURO CMEI 20- PRAÇA EXISTENTE 21- ÁREA VIVÊNCIA EM CONSTRUÇÃO (SENEMAU) 22- BAZAR- SECR 23- SECR 24- BIBLIOTECA SECR 25- TERRENO SECR 26- QUADRA 26- ATELÊ DE IDEIAS/ BANCO BEM 27- IGREJA CATÓLICA SÃO MIGUEL 28- CMEI 29- TERRENO IGREJA SÃO MIGUEL 30- IGREJA BATISTA NO BAIRRO DA PENHA 31- CASA SOCIAL BETHEL 32- PRAÇA EXISTENTE 33- EMEF ZILDA ANDRADE 34 - CAJUN BAIRRO DA PENHA 35- US DO BAIRRO DA PENHA 36- HORTO DE MARUIPE 37- CAMUPUS UFES - MARUIPE 38 - US BONFIM 39- ODOMODÉ 40 - CAJUN BONFIM 41 - CAMPO DE FUTEBOL PRÓXIMO CAJUN 42- CMEI OEDRO FEU ROSA 43- EMEF PREZIDEU AMORIM 44- IGREJA BATISTA BONFIM 45- US CONSOLAÇÃO 46- MISSIONÁRIAS 47- CAJUN CONSOLAÇÃO 48- CRAS CONSOLAÇÃO 49- CMEI LAURENTINA 50 - INSTITUTO JOÃO XXIII 51- EMEF JOÃO BANDEIRA 52- ESCOLA DE SAMBA PEGA NO SAMBA 53- CAMPO DO CAXIAS 54- CASA DO CIDADÃO 55- SECRETARIA MUNIPAL DE EDUCAÇÃO 56- CAJUN ENGENHARIA E ITARARÉ 57- PRAÇA DE ENGENHARIA 58- EMEF CECILIANO ABEL DE ALMEIDA 59- ANEXO INSTITUTO JOÃO XXIII 60- AMARIVE 61- CAMPO DE FUTEBOL DE ITARARÉ 62- ANTIGA EMEF CECILIANO E FUTURA PRAÇA 63- CRAS ITARARÉ 64- CAMPO DE FUTEBOL BATE-BOLA 65- EMEF OTTO EWALD JUNIOR 66- CMEI SANTA RITA DE CÁSSIA 67- IGREJA CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO 68- CDI INCLUSÃO DIGITAL 69 - CASA BRASIL 70 - PRAÇA EM JABURU/ MUTIRÃO DO BEM 71 - PRAÇA EM FLORESTA/ MUTIRÃO DO BEM

Figura 16: Mapeamento das instituições não-governamentais.





### LEGENDA

ESCALA 1: 12500

- PEDIDO DE PRAÇA REFORMA PORTAL NOVOS EQUIPAMENTOS PREFEITURA
- CAMPO PRIVADO
- FUTURA PRAÇA
- LARGO
- PRAÇA EXISTENTE
- PRAÇA CONSTRUÍDA NO MUTIRÃO DO BEM
- LIMITE COMUNIDADES E POLIGONAL 1/ TERRITÓRIO DO BEM
- LIMITE POLIGONAL 1/ TERRA

1 - MIRANTE 2 - FUTURO CMEI 3- FUTURA PRAÇA 4- PRAÇA EXISTENTE 5- QUADRA EXISTENTE 6- FUTURA PRAÇA 7- CAJUN JABURU 8- PEDIDO DE PRAÇA 9- REFORMA PORTAL JABURU LEITÃO DA SILVA 10- LARGO ENTRADA JABURU 11- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JABURU 12- PROJETO SARÇA 13- IGREJA BATISTA EL SHADAI 14- IGREJA PRESBITERIANA 15- FUTURO CEU 16- EMEF PAULO ROBERTO 17- CINEMA VIELA 18- SECR/ BRINCARTE 19- FUTURO CMEI 20- PRAÇA EXISTENTE 21- ÁREA VIVÊNCIA EM CONSTRUÇÃO (SENEMAU) 22- BAZAR- SECR 23- SECR 24- BIBLIOTECA SECR 25- TERRENO SECR - FUTURA QUADRA 26- ATELIE DE IDEIAS/ BANCO BEM 27- IGREJA CATÓLICA SÃO MIGUEL 28- CMEI 29- TERRENO IGREJA SÃO MIGUEL 30- IGREJA BATISTA NO BAIRRO DA PENHA 31- CASA SOCIAL BETHEL 32- PRAÇA EXISTENTE 33- EMEF ZILDA ANDRADE 34 - CAJUN BAIRRO DA PENHA 35- US DO BAIRRO DA PENHA 36- HORTO DE MARUIPE 37- CAMPUS UFES - MARUIPE 38 - US BONFIM 39- ODOMODÉ 40 - CAJUN BONFIM 41 - CAMPO DE FUTEBOL PRÓXIMO CAJUN 42- CMEI OEDRO FEU ROSA 43- EMEF PREZIDEU AMORIM 44- IGREJA BATISTA BONFIM 45- US CONSOLAÇÃO 46- MISSIONÁRIAS 47- CAJUN CONSOLAÇÃO 48- CRAS CONSOLAÇÃO 49- CMEI LAURENTINA 50 - INSTITUTO JOÃO XXIII 51- EMEF JOÃO BANDEIRA 52- ESCOLA DE SAMBA PEGA NO SAMBA 53- CAMPO DO CAXIAS 54- CASA DO CIDADÃO 55- SECRETARIA MUNIIPAL DE EDUCAÇÃO 56- CAJUN ENGENHARIA E ITARARÉ 57- PRAÇA DE ENGENHARIA 58- EMEF CECILIANO ABEL DE ALMEIDA 59- ANEXO INSTITUTO JOÃO XXIII 60- AMARIVE 61- CAMPO DE FUTEBOL DE ITARARÉ 62- ANTIGA EMEF CECILIANO E FUTURA PRAÇA 63- CRAS ITARARÉ 64- CAMPO DE FUTEBOL BATE-BOLA 65- EMEF OTTO EWALD JUNIOR 66- CMEI SANTA RITA DE CÁSSIA 67- IGREJA CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO 68- CDI INCLUSÃO DIGITAL 69 - CASA BRASIL 70 - PRAÇA EM JABURU/ MUTIRÃO DO BEM 71 - PRAÇA EM FLORESTA/ MUTIRÃO DO BEM

Figura 17: Mapeamento de praças e parques existentes.

Na avaliação realizada para a confecção do Plano Bem Maior do Território do Bem (BISCOTTO; MOREIRA, 2008) dentre os serviços básicos oferecidos, o lazer é avaliado como péssimo e ruim, assegurando 71% da avaliação. Somente 20% dos entrevistados o consideraram ótimo e bom, e 9% não souberam responder.

Essa situação demonstra, por exemplo, que os poucos equipamentos de médio e grande porte que o município de Vitória possui – e Vitória concentra a maioria dos equipamentos – não são referências para a comunidade, estão fora de seu espaço social. São eles: Estação Porto (cuja programação é sazonal), Casa Porto de Belas Artes (que está fechada), Espaço Vitória Design (que também não possui muitas programações e é pouco divulgado), Teatro Carlos Gomes, Teatro Universitário, Teatro do Sesi (todos com atividades pagas), Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, Biblioteca Estadual, Museu de Arte do Espírito Santo (este possui atividades e programações com a comunidade do Morro do Alagoano), Mercado São Sebastião, Museu Municipal de Biologia e História, Parque Trancredo Neves, etc.

Cabe ressaltar que essa questão da pouca existência de equipamentos socioculturais não ocorre somente em Vitória. Nos municípios do entorno há menos ainda. Em Cariacica há a Biblioteca Municipal e o Centro Cultural Histórico de Cariacica, em Cariacica-Sede, e o Centro Cultural Frei Civitella Di Tronco em Campo Grande. Em Vila Velha há a Biblioteca Municipal, o Teatro Municipal, o Centro Cultural São Francisco Xavier da Barra (no 38º Batalhão de Infantaria do Exército no Sítio Histórico da Prainha, mas que é apenas um local de visitação), a Academia de Letras Humberto de Campos (que abriu suas portas para a comunidade e para os artistas consolidando-se como um espaço cultural devido ao pouco investimento da Prefeitura Municipal de Vila Velha em cultura), Casa de Cultura e o Museu Vale. Na Serra há apenas a Casa de Congo Mestre Antônio Rosa, o Museu-residência Histórico da Serra, Cine Clube Serra (no edifício do Museu) e o Parque da Cidade. Cabe ressaltar que cinemas como o Cine Metrópolis, na UFES, e o Cine Jardins, no Jardim da Penha, possuem algumas atividades gratuitas para escolas.

Esse mapeamento demonstra a pouca importância dada pelos gestores públicos aos equipamentos socioculturais como parte do processo de desenvolvimento das pessoas e da cidade e sua utilização como dispositivos urbanos, privilegiando outras



áreas afins, sobretudo aquelas que possuem viés econômico. Entretanto, há um equipamento que é referência: a escola de arte e dança FAFI, no município de Vitória, que agrega pessoas da Grande Vitória e se confirma como um equipamento conector, e que devido a isso a Prefeitura possui pretensões de expandi-lo fisicamente, agregando o edifício da escola municipal São Vicente de Paula. Na realidade, percebe-se a presença de alguns dispositivos urbanos próximos utilizados pelas comunidades do Território do Bem, como a biblioteca da Faculdade Faesa, a escola polivalente Paes Barreto, o Centro de Referência da Juventude, a quadra poliesportiva de futebol do bairro de Lourdes (figura 18). Interessante mencionar que esses equipamentos localizados nas bordas do Território do Bem são aqueles em que se evidencia de forma mais nítida os conflitos entre diferentes espaços sociais. A quadra poliesportiva do bairro de Lourdes é exemplar: moradores do bairro são contra o uso da quadra por moradores do Território do Bem devido ao medo dos traficantes (lembrando que estes são a minoria). Os traficantes, por sua vez, inibem, o uso tanto de moradores do bairro de Lourdes, quanto de moradores do Território do Bem.

Sobre a distribuição dos equipamentos socioculturais mapeados presentes no Território do Bem, observa-se que há uma maior concentração desses equipamentos nas comunidades de Consolação, São Benedito, Bairro da Penha e Itararé.

As comunidades de Jaburu, Floresta, Bonfim e Engenharia são as que menos possuem equipamentos. Essa espacialização dos equipamentos leva a considerar duas questões. A primeira é que há uma dificuldade em relação à topografia e à presença (ou falta) de espaços vazios para a instalação desses equipamentos. Exemplo disso é o fato de Jaburu possuir acesso viário (apenas uma rua na comunidade) há poucos anos. A topografia acidentada possui ainda outro fator determinante – o financeiro, pois os procedimentos técnicos para se trabalhar em encostas, por exemplo, é extremamente caro, considerado-o em relação a áreas planas.

A segunda questão é que essa espacialização dos equipamentos e seu consequente uso para reivindicações coletivas encontram obstáculos referentes

àquilo que Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues (2004) consideram como entraves à participação das comunidades em torno do comum: as divergências entre determinados grupos de diferentes comunidades e o tráfico de drogas. Os grupos de narcotráfico tornam-se presença hostil nas comunidades, criando um poder paralelo agressivo que ocupa um papel dividido na direção, dificultando o exercício da cidadania e a participação dentro de uma coletividade maior. Essa é uma questão geral nas cidades brasileiras, e é importante e interessante que haja um fórum que fortaleça as comunidades tornando, cada uma, particularizada, menos vulnerável. Felizmente, o Fórum Bem Maior tem conseguido expandir esse processo, ainda que de forma lenta e com claros momentos de crise devido a esses processos.

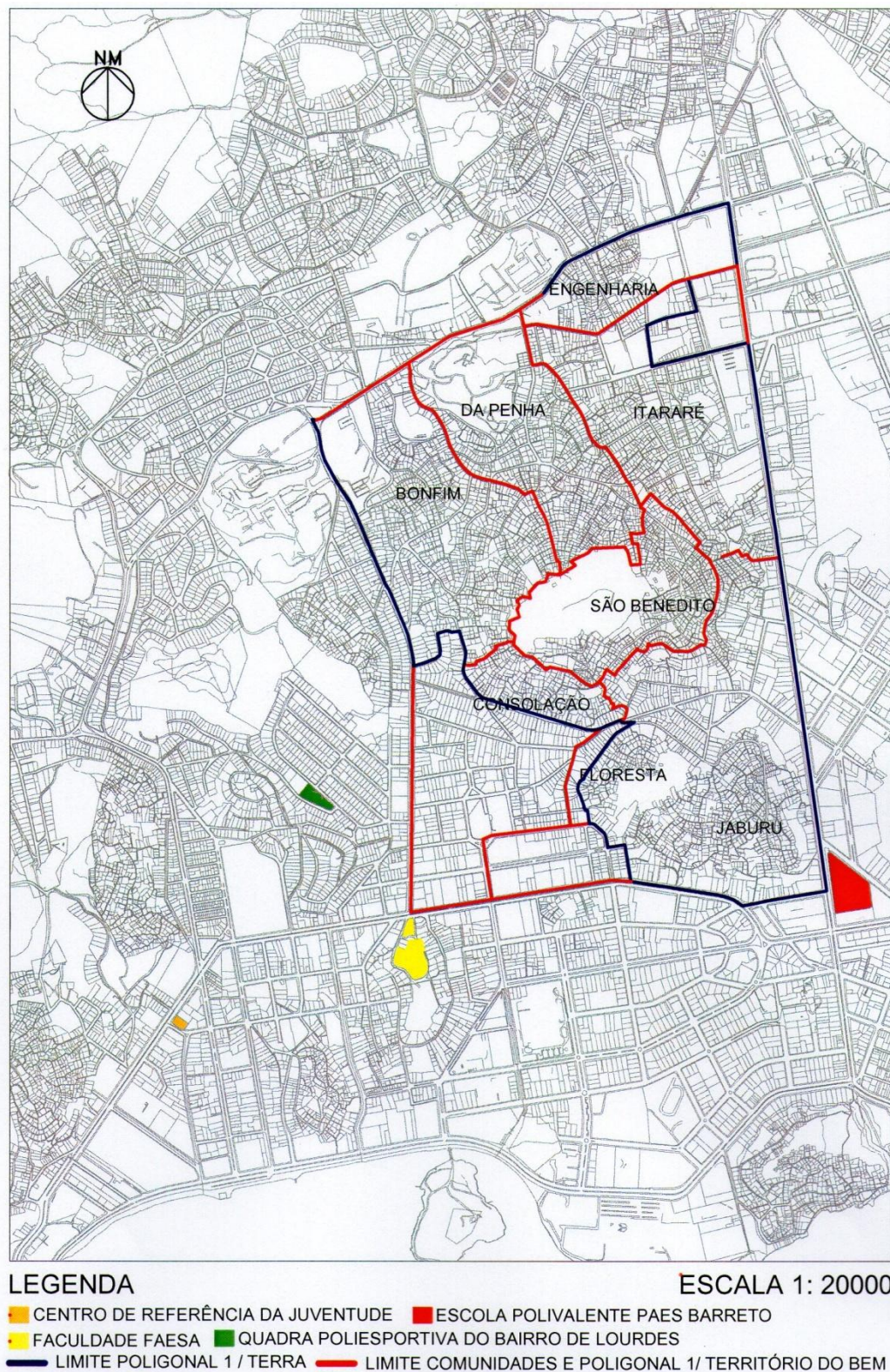


Figura 18: Dispositivos próximos ao Território do Bem.

Nos momentos de crise, os moradores de todas as comunidades, por vezes, têm medo de se reunirem para discutir suas questões coletivas, pois ainda há um acirramento entre os diversos grupos do tráfico de drogas presentes nas



comunidades, fazendo dessas um campo de batalha entre si, e muitas vezes, dentro de uma própria comunidade.

Além disso, segundo a entrevista realizada para a confecção do Plano Bem Maior do Território do Bem, a maior parte desses equipamentos destina-se a crianças de 07-17 anos, correspondendo a cerca de 21% dos entrevistados, sendo que 38,1% dos entrevistados encontram-se entre 25 e 55 anos, quando já não há opções de lazer em quantidade e em dias e horários compatíveis com essa faixa etária, uma vez que os equipamentos socioculturais da Prefeitura (à exceção das escolas) funcionam de segunda à sexta-feira, no período diurno.

Dessa forma, como já discutido anteriormente, observa-se que a falta de equipamentos destinados aos adultos também é uma das explicações para a igreja ser o espaço de encontro das pessoas (ainda que a rede constituída pelas igrejas extrapole a questão da presença física dos equipamentos, indo além do espaço gregário e com um fortalecimento que independe, em certa medida, da presença dos moradores) e também responde à pergunta realizada anteriormente: os equipamentos existentes não se prestam ao lazer, à cultura, ao aprendizado e à espacialização das reivindicações coletivas, pois não agregam grande parte dos moradores. O que se observa é que existem espaços potenciais para serem dispositivos urbanos, levando-se em consideração o acesso e o domínio públicos destes pelos moradores do Território do Bem. Entretanto, para aqueles que possuem acesso, esses se tornam dispositivos urbanos. Dessa forma, observa-se também que o bar e a rua são os locais de encontro das pessoas.

Mas como forma de contornar os problemas oriundos da falta de espaços, sobremaneira, para adultos, e também como forma de colocar em prática as características dos dispositivos urbanos – interação, conexão, inclusão e aprendizado –, e também a molecularidade, heterogeneidade e horizontalidade do novo paradigma do saber, tem-se ainda a produção endógena de dispositivos urbanos, a qual se insere numa prática política de discussão e transformação dos espaços. Exemplos desse tipo são os espaços criados no Território do Bem durante o Seminário Nacional dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo

(SENEMAU), ocorrido em julho de 2010, e durante do Mutirão do Bem, ocorrido em janeiro de 2011.

Durante o SENEMAU, que contou com a participação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo de todo o Brasil, foram criados dois espaços no Território. Em São Benedito iniciou-se o processo de construção coletiva de uma associação de moradores (figura 19). Em Jaburu reformou-se uma edificação doada por uma igreja para a criação da sede da associação de moradores (figura 20), que tem por objetivo sediar uma biblioteca comunitária, espaço para atividades lúdicas e educativas, entre outros.

Durante o Mutirão do Bem, ocorrido em janeiro de 2011, a reivindicação das comunidades era por espaços de lazer e socialização, os quais são escassos na região, haja vista a morfologia urbana dos morros. Foram criados dois espaços: um em Jaburu, próximo à futura associação de moradores (figuras 21 e 22) e outro em Floresta (figura 23), que não possui nenhum espaço qualificado dessa forma.



Figura 19: Construção em mutirão de parte do futuro Centro Comunitário de São Benedito durante o SENEMAU 2010, em Vitória.



Figura 20: Reforma em mutirão de edificação para futura sede da Associação de Moradores de Jaburu durante o SENEMAU 2010, em Vitória.



Figura 21: Espaço de lazer criado em Jaburu durante o Mutirão do Bem, em janeiro de 2011, em Vitória. Fonte: foto de Bruno Bowen Vilas Novas, 2011.





Figura 22: Espaço de lazer após intervenções com parceria da Arcelor Mittal. Fonte: foto de Clara Luiza Miranda, 2011.



Figura 23: Espaço de lazer criado em Floresta durante o Mutirão do Bem, em janeiro de 2011, em Vitória. Fonte: foto de Bruno Bowen Vilas Novas, 2011.

Essas são formas de práticas espaciais que revelam o direito à cidade, um direito a mudar a cidade de acordo com as necessidades pessoais e coletivas, sendo um exercício de decisão e ação direta sobre o espaço urbano da coexistência e interação cotidianas. Para essas mudanças, as comunidades realizam parcerias,

sejam com ONGs, seja com a Universidade ou com empresas privadas, mobilizando-se em busca de suas necessidades.

Não obstante, vale dizer que o engajamento na produção do espaço urbano, relacionado diretamente à capacidade de organização, discussão e transformação autônoma e coletiva é condicionado por características intrínsecas de cada contexto, e que no caso do Território do Bem, está associado à sua organização em torno do Fórum Bem Maior, do Ateliê de Ideias e das organizações comunitárias e de determinados grupos existentes.

O que se coloca, portanto, independentemente de quem tenha produzido diretamente aquele espaço (poder público, moradores, instituições, entre outros), denotando a molecularidade, heterogeneidade e horizontalidade do novo paradigma do saber, é a funcionalidade dos equipamentos como dispositivos urbanos, numa combinação de atividades sociais, mentais, físicas, um fluxo de fenômeno. A sua ausência pode ser vista como um problema para a interação de pessoas, e consequentemente para a inclusão e a participação da população nos processos urbanos.

Contudo, essa coesão entre processos de mobilização, interação, inclusão, participação, aprendizado e os dispositivos propriamente deve ocorrer dentro do universo do espaço público, ou seja, dotado de acessibilidade e domínio públicos, a fim de possibilitar a busca de autonomia e emancipação social, do exercício de cidadania.

Assim, respondendo à pergunta de qual seria o papel dos dispositivos urbanos no espaço do saber, pode-se dizer que eles levam as pessoas a interagirem, a conectar e se conectarem, enfim, a aprender com e por meio deles. Dessa forma, eles reordenam o território por meio das relações de participação e apropriação do conhecimento, conferindo novas configurações (inclusive físicas) e significados. Dessa forma, constituindo bases operativas que servem para o desenvolvimento da vida urbana e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Ter essa noção em mente é importante porque ajuda a perceber como de fato alguns processos urbanos contemporâneos ocorrem, como a cidade tem sido

construída, apropriada, utilizada sob determinados aspectos. O Território do Bem tem mostrado algumas facetas desses novos processos, e demonstrado que é possível, por meio da associação comunidade / apropriação e produção endógena usufruir dos benefícios dos dispositivos para a busca de autonomia e emancipação social.

Entretanto outra pergunta se faz pertinente: como aprimorar essa relação entre espaço da cidade e espaço do saber? Uma das possíveis respostas seria pela possibilidade de existência de espaços que sejam apropriados e produzidos conforme suas necessidades, o que inclui a participação, de alguma forma, da população nos processos de construção. Essa construção pode ser endógena, pode ser através de parceria com o poder público, ou outras instituições. Além disso, a programação dos espaços contribui para sua operação, de maneira a incitar a participação das pessoas, e com isso contribuir com novos mecanismos de produção de saber.

No Território do Bem, as apresentações dos grupos como o Virtude Periférica, o Odomodê, a presença de festivais como o Agito Cultural (figura 24), o cinema caseiro Viela Filmes representam formas de operar o espaço que aprimoram essa relação entre o espaço da cidade e o espaço do saber.



Figura 24: Apresentação do grupo Odomodê no Agito Cultural em São Benedito. Fonte: Ateliê de Idéias, 2010.

### 3.3 BALANÇO DOS DISPOSITIVOS URBANOS NO QUADRO DE 13 ANOS DE POLIGONAL 1 E PROGRAMA TERRA

Diante do que foi apresentado até o momento, é possível realizar um balanço dos dispositivos urbanos no quadro de 13 anos do Programa Terra na poligonal 1.

Segundo a assistente social Valéria Andrade Latavanha<sup>64</sup>, antes do programa ser lançado durante a primeira gestão do então prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (1997-2000), todas as carências das comunidades eram levadas para as reuniões do orçamento participativo. E desde aquela época existia uma hierarquização das carências que não colocava os equipamentos socioeducativos e de lazer como prioridades pelas comunidades.

Com a instituição do Projeto Terra – Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas áreas Ocupadas por População de Baixa Renda –, a pauta de prioridades continuou a priorizar projetos de infraestrutura, contenção de encostas, pavimentação, saúde, educação, chegando finalmente aos equipamentos de lazer e praças.

Essa questão também está ligada à metodologia do programa, que tem se aperfeiçoado desde o início. Se no início os técnicos da prefeitura, dentre eles arquitetos urbanistas e engenheiros, levavam à população as decisões já tomadas quanto aos projetos, desde 2004 o processo tem se modificado, mesmo porque atualmente a mobilização da comunidade e o processo de construção da crítica tem aumentado, incitando a formação de novas lideranças e participação dos moradores por meio do fórum. Segundo Valéria, Cosme, presidente da Associação de Moradores de Jaburu e técnico incubador da Associação Ateliê de Ideias, atualmente diz: “Lá atrás ele ficava calado. Hoje ele é crítico e faz proposições. Ele fala: vocês capacitam a gente para cobrar de vocês”.

Essa situação levou a uma inversão de situações, em que os técnicos já não podem mais impor os projetos às comunidades, mas têm que discutir as ideias com elas, para, finalmente, propor sua versão final. Essa discussão de ideias também

---

<sup>64</sup> Idem nota 24.



considera as próprias formas de apresentação. Sobre esse fato, é registrado pela assistente social que na primeira apresentação dos projetos da poligonal 1 às comunidades, eles aceitaram praticamente todas as ideias, não acatando somente uma: que o campinho de Itararé fosse utilizado para remanejar moradores do alto do São Benedito por meio dos projetos habitacionais. Essa decisão, sem discussão provocou desentendimentos entre as comunidades e os arquitetos e engenheiros da Prefeitura, pois aquele era um dos poucos espaços de lazer que eles possuíam, e que por sinal até hoje é muito utilizado.

Esse fato abre a discussão sobre o balanço dos dispositivos urbanos na poligonal 1, pois ressalta, sobretudo os equipamentos de lazer e recreação. Unidades de saúde e escolas sempre estiveram entre as prioridades das comunidades, e também da Prefeitura. Os CAJUNs, não todos ao mesmo tempo, foram implantados no início do programa. Os CRAS chegaram algum tempo depois. Contudo, esses espaços atendem somente uma parcela da população, principalmente, crianças e jovens. Os espaços abertos de lazer e recreação ainda são poucos. Valéria coloca inclusive que não vê evolução nos treze anos do programa nesse sentido.

Há ainda outra questão: alguns espaços existentes na região são objeto de discussão entre grupos dentro da mesma comunidade. É o caso da quadra de esporte ao lado Igreja Nossa Senhora da Guia, em Jaburu, a qual, ao invés de se transformar em um espaço de encontro, é um local que incomoda, pois é palco dos bailes *Funk*, território de grupos ligados ao tráfico e também de punição contra o tráfico de drogas. Por esses motivos a quadra está sempre depredada, pois é a forma que os grupos do narcotráfico encontraram de impedir o uso irrestrito do espaço (figura 25).



Figura 25: Quadra poliesportiva ao lado da Igreja Nossa Senhora da Guia.

Ainda segundo Valéria há ainda outra questão, relacionada às dificuldades topográficas e de recursos. Esse segundo problema relaciona-se diretamente com a hierarquização de prioridades realizada anteriormente, e sua vinculação aos recursos disponíveis. No caso de Jaburu e Floresta, cujo escritório local do programa é um só para as duas comunidades, estas prioridades foram as linhas de crédito habitacional, construção de CAJUN em Jaburu, uma praça em Floresta (que atualmente só possui aquela realizada durante o Mutirão do Bem, em janeiro de 2011), e a construção de seis casas para a remoção de outras na encosta. Os recursos são específicos para cada projeto, não podendo ser utilizados para outros fins, desta forma, os espaços de lazer e recreação devem entrar na lista para outros recursos, além do que as carências habitacionais são prioritárias no programa.

As questões topográficas também dificultam a realização desses espaços, pois o terreno acidentado inviabiliza tecnicamente diversos pedidos e projetos. Essa situação leva a se tentar criar pequenos espaços onde seja possível atender às solicitações.



Já para a assistente social Priscilla Yumi Junqueira Gondo Falcon<sup>65</sup>, em relação aos espaços de lazer e recreação não houve evolução. Ao contrário, tem até piorado, pois, segundo ela, “[...] existe uma mania dos moradores quererem colocar todos os equipamentos dentro de suas comunidades”. Essa questão (de ser mania ou não) está relacionada, por um lado, ao fato de eles não quererem se apropriar e de acharem que não podem se apropriar de toda a cidade, devendo ficar somente dentro de seus bairros. Corroborando neste ponto os mapas mentais de Giovana, Gesiledia e Alessandra, as quais não vislumbraram espaços de apropriação na cidade fora do Território do Bem. Por outro lado, existe a questão de ser ter acesso facilitado aos equipamentos, pois ao deslocá-los para outras partes da cidade, outras implicações encobrem sua apropriação, como mobilidade urbana, por exemplo.

Diante disso, o balanço dos dispositivos urbanos aponta para um avanço e uma estagnação. A estagnação se encontra no fato de não se ter muitos espaços abertos dentro do território; devido a questões topográficas ligadas à intensa ocupação, conformando uma configuração de figura-fundo em que existe pouco fundo em relação à figura; e também devido ao orçamento. O avanço se encontra na existência de espaços *in door*, fechados, como os CAJUNs, CRAS, escolas, unidades de saúde, mas que atende somente a uma parcela da população.

Dessa forma, as comunidades tentam encontrar nos dispositivos urbanos existentes formas de utilizá-los que não sejam aqueles apenas ditados pelas regras, principalmente da Prefeitura, tentam se utilizar de outros espaços, como ruas, espaços abertos e vazios, como no Mutirão do Bem, para configurar outros dispositivos urbanos. A esse respeito, Dirce Koga (2003, p.245) diz que

Está mais do que provada a incrível capacidade inventiva, a resistência dessa população, apesar de todas as destituições que lhe são impostas – materiais e imateriais, pois ainda carrega o estigma da condição material que a considera composta por seres inferiorizados em relação aos demais. A potência dessas pessoas é muito real, tanto que é constantemente acionada, a cada necessidade de sobrevivência, de luta.

Assim, os dispositivos urbanos se encontram dessa maneira na poligonal 1: alguns estagnam, outros avançam, e há ainda aqueles que acontecem em função da

---

<sup>65</sup> Idem nota 24.

capacidade inventiva das comunidades, de sua potência para criar plataformas de ação.

### 3.4 ENTRE POLÍTICAS PLANOS E PROGRAMAS DENTRO DO NOVO PARADIGMA DO SABER: ATUAÇÃO DO ESTADO

As temáticas relativas às políticas urbanas e seus desdobramentos têm crescido dentro do cenário político e das discussões acadêmicas, uma vez que oitenta e quatro por cento da população brasileira<sup>66</sup> reside em cidades. Isso é potencializado ainda pelo fato de que uma parcela considerável desse percentual se encontra em condições precárias de subsistência nas cidades em diversos aspectos: econômico, social, educacional, de saúde. Nesse sentido, observa-se atualmente nas cidades brasileiras certo esforço em sistematizar as políticas urbanas, inclusive as formas de sua avaliação, de maneira a estabelecer critérios que possibilitem averiguar em que medida essas políticas se efetivam em planos, programas, projetos e ações, e de que forma estes contribuem para o desenvolvimento salutar do ambiente construído.

Vale salientar que não é objetivo deste trabalho avaliar se as políticas urbanas para o município de Vitória têm sido implementadas de forma a confirmar o novo paradigma do saber e a proposição de dispositivos urbanos, mas sim analisar quais são os programas e ações das diversas secretarias que contribuem para a potencialização do novo paradigma do saber e para a possibilidade de criação de dispositivos urbanos. Mesmo porque para avaliar é necessário possuir indicadores de desempenho, estratégias de análise, metodologias de avaliação que tenham condições de acompanhar os programas, projetos, ações em sua implementação e em seu desenvolvimento, do início ao fim. Assim sendo, para iniciar o processo de análise dos programas e ações da Prefeitura Municipal de Vitória, faz-se necessário saber o que se entende por políticas urbanas.

Segundo Angélica T. Benatti, Luiz Guilherme R. de Castro e Silvana Zioni (2010, p.13), por políticas urbanas entende-se

---

<sup>66</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: sinopse do censo e resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2012.

[...] um conjunto de metas, objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam a ação do poder público em relação a um conjunto de relações, necessidades ou demandas sociais, expresso ou latente nos aglomerados urbanos. Assim, as políticas urbanas podem ser caracterizadas, de modo geral, como políticas públicas que têm por objeto as demandas e práticas sociais que se expressam e ocorrem, sobretudo, no nível das questões locais que afetam a vida cotidiana da população.

Nesse sentido, se dizem respeito a metas, objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam o desenvolvimento urbano, dizem respeito à organização e ordenação do território, à produção dos espaços, infraestrutura e equipamentos, entre outros, levando a deduzir que também podem informar sobre a formação de dispositivos urbanos, considerando as relações e implicação/ multiplicação entre espaço do saber e espaço urbano.

Perceber se essas políticas, por meio de seus planos, programas e ações permitem a criação desses dispositivos sugere que se intenta a autonomia e a emancipação social também por meio destes, e conseqüentemente, a qualidade de vida.

Dessa maneira, pretende-se nesse capítulo analisar o Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura Municipal da Vitória correspondente ao quadriênio 2010/2013, tendo em vista o incentivo à formação de dispositivos urbanos. Objetivamente, almeja-se observar se existem ações, programas que facilitam processos de produção e apropriação do ambiente construído que conformem dispositivos urbanos.

É importante ressaltar que se devem analisar as ações e os programas do Plano Plurianual tendo em vista os eixos nele contido, bem como a articulação entre os setores, secretarias envolvidas, pois implicam em inúmeras interfaces e interferências, que podem ser positivas ou negativas, influenciando, dessa forma, nos resultados que se aspiram.

Para analisar como o Plano Plurianual 2010/2013 (VITÓRIA, 2009) articula suas ações e programas entre as secretarias de forma a possibilitar a criação de dispositivos urbanos dentro do novo paradigma do saber, são analisados como as ações e programas que estimulam essa formação se distribuem pela cidade, destacando aqueles que se encontram na poligonal 1 de Vitória.

### 3.4.1 Considerações acerca do Plano Plurianual 2010/2013 e seus dispositivos urbanos

Antes de se analisar os dados contidos no Plano Plurianual 2010/2013 (PREFEITURA, 2009) que contribuem para a formulação dos dispositivos urbanos, é necessário entender como este se organiza, de forma a entender como as políticas urbanas se mostram entre os programas e ações das diversas secretarias.

Conforme consta no documento do Plano Plurianual 2010/2013 (VITÓRIA, 2009), a sua elaboração foi norteadada pela análise do então plano vigente à época da elaboração desse, pelas diretrizes e ações propostas pela Agenda Vitória 2008/2028<sup>67</sup> e pelas diretrizes gerais de governo, as quais dizem respeito a:

[...] promoção e fomento ao desenvolvimento econômico com inclusão social; implementação de políticas públicas em defesa da vida e do respeito aos direitos humanos e de modos de gestão que consolidem processos democráticos e de transparência na administração municipal (VITÓRIA, 2009, p.3).

Assim, o atual Plano Plurianual se coloca, enquanto projeto de uma determinada gestão, dentro de um sistema de políticas públicas que tenta integrar as diversas secretarias, de forma que o desenvolvimento nas diversas áreas ocorra de maneira equilibrada, inclusiva, humanizada e com qualidade de vida para os cidadãos.

Nessa perspectiva, o Plano Plurianual organiza-se dentro de três eixos temáticos estratégicos: defesa da vida e respeito aos direitos humanos; democratização da gestão pública; desenvolvimento sustentável com inclusão social. É possível perceber pela designação dos eixos que os mesmos refletem as próprias diretrizes gerais de governo, dando um indício de como as políticas públicas se colocam.

---

<sup>67</sup> A Agenda Vitória 2008/2028 é um projeto idealizado pela Prefeitura Municipal de Vitória que teve como objetivo elaborar um plano estratégico de desenvolvimento da cidade em diversos âmbitos – urbano, econômico, social e cultural – dentro de uma perspectiva de vinte anos. Contando com a participação de diversos segmentos da sociedade, como universidades, especialistas, igrejas, lideranças de entidades públicas e privadas, a Agenda Vitória identificou as condições necessárias para o crescimento e desenvolvimento da cidade e formulou um plano estratégico estruturado em três eixos temáticos – econômico, urbano-ambiental e sócio-cultural – norteando, dessa forma, análises e propostas. Ver AGENDA Vitória: o projeto. c2008. Disponível em: <<http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/agendavitoria/#projeto.php>>. Acesso em 03 jan. 2012.

As políticas urbanas contidas no Plano Plurianual 2010/2013 que dizem respeito à criação de infraestrutura, equipamentos estão contempladas, sobretudo, no eixo desenvolvimento sustentável com inclusão social, tendo a Secretaria de Obras (SEMOB) e a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) como aquelas que coordenam a maior parte dos trabalhos.

No entanto, observa-se que a participação de outras secretarias, como Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Educação (SEME), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMESP) e Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) são fundamentais para as políticas urbanas dentro do novo paradigma do saber, pois nesse contexto o movimento de implicação/ multiplicação entre espaço do saber e espaço da cidade soma-se ao fato de que os dispositivos urbanos configuram-se como bases operativas, que associados a determinadas programações são capazes de estruturar reações que acabam por produzir subjetivações, ora coletivas, ora individuais, atuando como mecanismos de instrução. Cada uma dessas partes – dispositivos, programação, entre outros – pode estar vinculada a uma secretaria, denotando o novo paradigma do saber.

Nesse contexto, o eixo defesa da vida e respeito aos direitos humanos torna-se basilar para a análise dos programas e ações do PPA 2010/2013, já que é nele que se encontram as atividades destas secretarias, sendo, portanto, importante para as políticas urbanas contidas no plano.

Interessante observar como o eixo nomeado defesa da vida e respeito aos direitos humanos está diretamente atrelado a políticas urbanas que suscitam dispositivos urbanos no novo paradigma do saber. Apesar dos nomes genéricos dos eixos, trata-se justamente de considerar o próprio processo de implicação/ multiplicação entre espaço do saber – contido nas diversas áreas das diversas secretarias – no espaço da cidade – como as ações e programas se convertem em ambientes ou atividades/ dispositivos urbanos.

A verificação da existência de dispositivos urbanos no PPA 2010/2013 ocorre por meio da análise do próprio plano, de maneira a rastrear quais as ações e programas das diversas secretarias da Prefeitura de Vitória que contribuem para sua formação, sendo que esses dispositivos podem ou não possuir espaço físico.

Ao todo existem 349 ações agrupadas em 48 programas presentes no plano plurianual. Desse montante, 14 programas possuem potencial para dispositivos urbanos (APÊNDICE B), assim como 42 ações também possuem potencial para dispositivos urbanos (APÊNDICE C). Ou seja, dentro do Plano Plurianual 2010/2013, 29,16% dos programas possuem potencial para dispor dispositivos urbanos e 12,03% das ações também configuram o mesmo. Dessa forma, pode-se considerar baixo o número, sobretudo, de ações que se prestam a ser dispositivos urbanos, já que o intuito do plano é garantir o desenvolvimento da cidade de maneira mais igual, inclusiva, humanizada e com qualidade de vida, sugerindo certa autonomia e emancipação social; e nesse sentido os dispositivos são uma das maneiras.

Dos 14 programas e 42 ações potenciais para dispositivos urbanos contidas no PPA 2010/2013, 11 programas (APÊNDICE D) e 27 ações (APÊNDICE E) encontram-se na poligonal 1. A maioria das ações pertence à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Interessante ressaltar também que das 42 ações presentes, de forma geral, em Vitória, e das 27 ações presentes na poligonal 1, 29 e 17, respectivamente, são potenciais dispositivos urbanos que possuem espaço físico (APÊNDICES F) e (APÊNDICE G).

Além dos simples números, o APÊNDICE F e APÊNDICE G, sobretudo, mostram que os espaços físicos que se mostram como dispositivos urbanos são, em sua maioria, espaços fechados, confinados, como centros de referência, museus, bibliotecas, as próprias escolas, entre outros, sendo que esta leitura é mais visível na poligonal 1, refletindo a própria falta de espaços amplos e abertos na região, o que contrasta com as urbanizações, requalificações e intervenções urbanas em outras áreas da cidade, como as orlas, o Centro, etc.

Por outro lado, o fato de grande parte das ações que se prestam como dispositivos urbanos serem da Secretaria de Ação Social denota a preocupação com as áreas menos favorecidas da cidade, pois é nelas que se concentram a maior parte dos serviços prestados por esta secretaria, configurando uma espécie de justiça tributária na distribuição dos bens culturais.

Essa observação tem seu lado positivo e negativo. Positivo porque demonstra o interesse da Prefeitura em propiciar caminhos para que a população que vive em

regiões periféricas da cidade tenha condições de conquistar sua autonomia e emancipação social – ainda que algumas questões no interior desse objetivo sejam questionáveis, como por exemplo, o conteúdo dos cursos profissionalizantes que são propostos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e sua forma de implementação. A população que desfruta desses cursos muitas vezes coloca que os cursos que são oferecidos, como confecção de bolo, artesanato, etc., não são capazes de ser o suporte para a mudança social que se espera que ter. Corroborando com a visão dos moradores, observa-se que algumas dessas propostas, de fato, podem não representar o desenvolvimento sustentável com inclusão social – que por sinal, é um dos eixos temáticos do PPA 2010/2013.

Essa questão leva a considerar o que Dirce Koga (2003) coloca com a necessidade das políticas públicas serem territorializadas, ou seja, que elas sejam pensadas com base em cada território, levando em consideração o que a população daquele bairro, ou comunidade, precisa e pretende para si. Sem isto, não há como uma política dar certo. Muito dos cursos oferecidos não representam a realidade das comunidades, que devido ao maior ou menor grau de mobilização e conscientização, priorizam cursos de informática, línguas estrangeiras, sobretudo entre os jovens. Talvez um caminho para potencializar esse lado positivo seja um diálogo aberto com a população para a implementação desses cursos.

O lado negativo da maioria das ações se encontrarem sob responsabilidade da Secretaria de Ação Social e em regiões periféricas da cidade é que ao se tentar distribuir as ações contidas no Plano Plurianual pelo território do município de Vitória, ou seja, as 42 ações rastreadas (APÊNDICE C), verá que o município, de maneira geral, é precário quanto às possibilidades de dispositivos urbanos, sejam físicos ou não. Esse fato demonstra outra situação: as partes consideradas nobres na cidade não dispõem de ações, programas com potenciais para dispositivos urbanos que se destinem ao lazer, à cultura, e que sejam gratuitos, contrariamente ao que ocorre nas outras regiões da cidade. O mapa de Vitória com seus equipamentos (figura 26) demonstra essa questão. A maior parte dos equipamentos socioeducativos e de lazer se encontram em regiões consideradas de interesse social. Segundo Dirce Koga (2003, p.244), para as políticas públicas,

Os parâmetros da exclusão social são determinados por um rol de caracterizações destituídas. Trabalha-se com a visão de inclusão mais como sinônimo de poder aquisitivo ou riqueza simplesmente capaz de adquirir serviços no mercado: educação, saúde, habitação, lazer etc. Ou de auto-suprimento de condições de vida, independentemente do Estado, e, portanto, que não necessita dos seus serviços.

O referencial da inclusão está mais relacionado ao mercado e não ao Estado garantidor dos direitos básicos de cidadania.

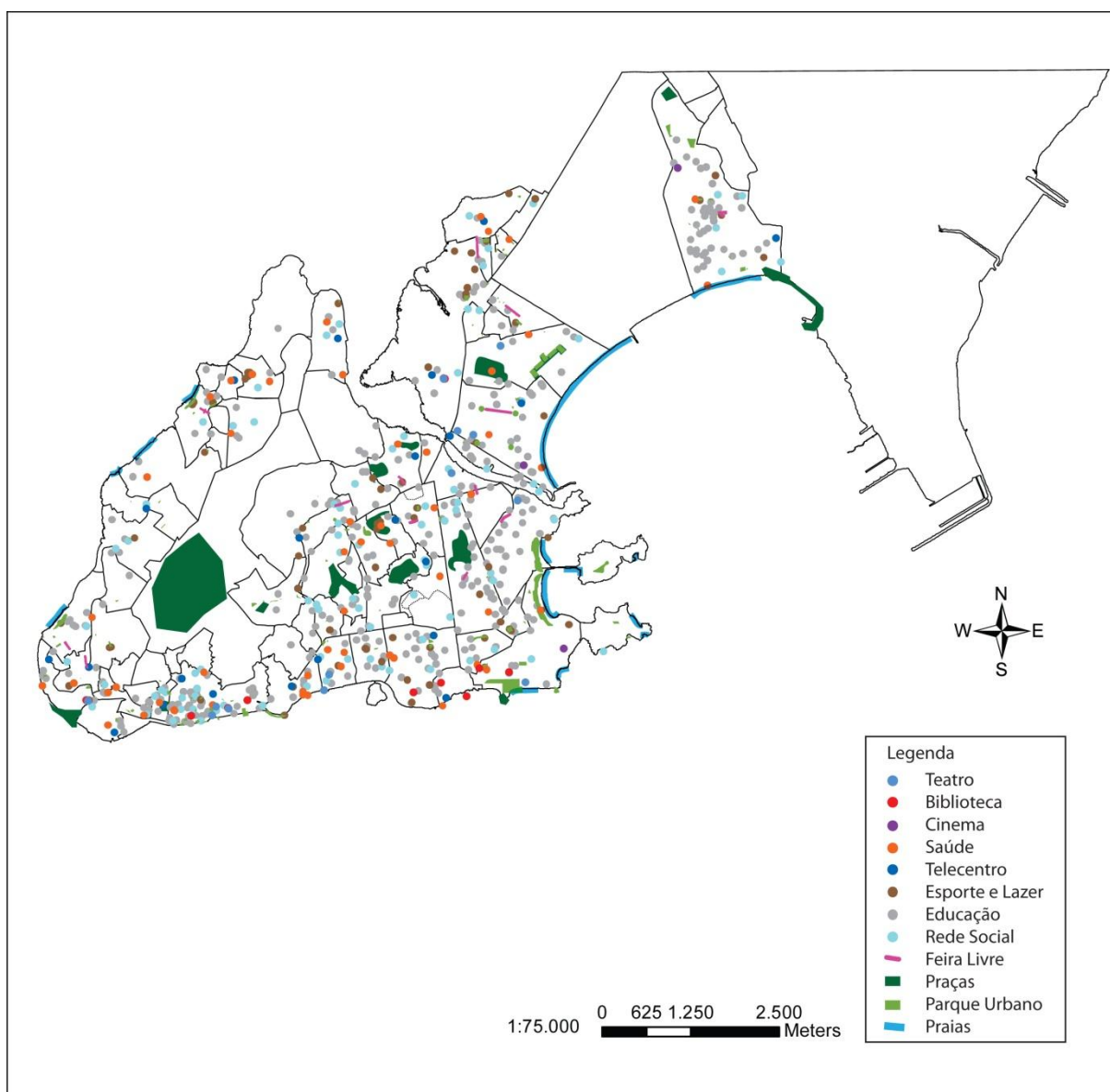


Figura 26: Mapa de Vitória com seus equipamentos.

Ações como Escola Aberta, serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, Núcleos Afro-Odomodê, por exemplo, ocorrem, majoritariamente, nas regiões periféricas. Programas como o Tempo Integral e o Juventude Ativa ocorrem, da mesma forma, nessas regiões. Isso denota que se por um lado a prefeitura tenta equilibrar o desenvolvimento social de sua população, por outro priva parte dela de



suas ações e programas, levando a pensar se essas ações não seriam compensatórias para os bairros populares. Parte-se do princípio de que nas áreas nobres os moradores teriam condições de mobilizar outros recursos (inclusive simbólicos) para o estabelecimento de parcerias, por exemplo. E ainda, a maior parte das ações existentes dentro dos programas destinam-se às crianças e aos adolescentes. As outras faixas etárias não possuem muitas opções. Essa situação mostra uma carência de espaços socioeducativos e de lazer, inclusive *in door*, na cidade para todas as faixas etárias.

Se comparado com outros programas em outras cidades, em Bogotá, na Colômbia, por exemplo, o sistema de bibliotecas criado pelo governo dista profundamente do que acontece em Vitória. Ou ainda em São Paulo, cujos Centros de Educação Unificada têm como proposta qualificar a cidade; o sistema de bibliotecas por bairro em Barcelona, Espanha; e ainda a Biblioteca de Seattle, nos Estados Unidos, que é referência na cidade tanto para seus moradores, quanto para turistas, no que diz respeito a lazer e recreação, configurada dentro de um novo conceito de biblioteca, que mistura diversas mídias e diversos ambientes.

Segundo Domenico Di Siena (2009), os espaços públicos, de maneira geral, são importantes porque é onde se manifestam as crises da cidade e da urbanidade, sendo portanto um ponto necessário para se tratar e se pensar em praticar políticas de fazer cidade na cidade. Dessa forma, pensar a necessidade de espaços públicos, abertos ou fechados, por toda a cidade é uma forma de tratar da relação existente entre configuração física e o exercício de cidadania, mesmo porque esses espaços são lugares fundadores da experiência urbana.

Esse imperativo em se pensar o espaço público como uma necessidade para a ágora, como um espaço de acontecimentos que permite que haja interação entre as pessoas. Nesse sentido, o APÊNDICE F, que mostra ações contidas no PPA 2010/2013 com potencial para dispositivos urbanos com espaço físico, denota que fora as ações sob responsabilidade da Secretaria de Ação Social, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Esporte e Lazer e a Secretaria de Educação são aquelas que possuem a maior parte das ações. Dentre elas, encontram-se obras de urbanização de orlas, melhorias de áreas de esportes e lazer (grande parte são quadras de

esportes em praças de bairro), e reformas e ampliação de escolas. A respeito da urbanização de orlas é interessante ressaltar que este tipo de espaço é utilizado por pessoas de várias partes da Grande Vitória, devido a atividades promovidas pela Prefeitura Municipal de Vitória, pela iniciativa privada, ou ainda pelo próprio público. Nesse sentido são utilizadas as orlas de Camburi, Praia do Canto, Santa Helena, Enseada do Suá, Baía Noroeste e Portal Sul, constituindo um espaço público, com acesso a todos e pertencentes à cidade. Essa é uma das formas de se suprir as áreas de esporte e lazer no município. Sobre as escolas, é fato que estas cumprem o papel de espaços de lazer e atividades nos finais de semana nas regiões periféricas da cidade, mas em bairros considerados nobres, estas ficam fechadas, restringindo ainda mais as possibilidades existentes. Essa situação ressalta ainda mais a necessidade de espaços *in door* na cidade que possam atender à população de uma forma geral. Sobre os parques, observa-se que tem aumentado a utilização, mas alguns continuam subutilizados por diversas questões, como acesso difícil e falta de segurança.

Essa análise do Plano Plurianual 2010/2013 demonstra ainda que poucas são as ações que possuem interfaces entre as secretarias, de forma que as ações ocorrem de maneira desarticulada, possuindo propostas articuladas somente aquelas que se encontram dentro do Programa Terra Mais Igual. Nas demais áreas da cidade, as propostas são desarticuladas.

Dessa forma, algumas perguntas se colocam para que sejam respondidas posteriormente. O que é fazer esse tipo de planejamento? Concentrar ações e programas em algumas partes da cidade e outras deixar a cargo dos consórcios? Será que seria possível distribuir os equipamentos que se concentram nas poligonais, por exemplo, por regiões administrativas? Os programas podem (e devem) até preceder nos bairros periféricos da cidade, mas em algum momento irão para as outras regiões? Há uma real compreensão desse Plano Plurianual 2010/2013 dentro do novo paradigma do saber? Há um plano/ projeto de cidade educadora para vitória? O poder público do município compreende que a falta de investimentos neste setor traz consequências para o desenvolvimento econômico do mesmo?

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a relação entre o meio urbano e o espaço do saber faz sim parte do quadro de entender qual é o papel da Arquitetura e Urbanismo frente à mudança do estatuto do saber e do modo produtivo social e técnico.

Assim como para pensadores do campo da Filosofia, Sociologia, Educação, também para a Arquitetura e Urbanismo interessa saber como se articulam o espaço do saber e o espaço urbano, dentro da mudança de paradigma que coloca o saber como precursor de diversas ações.

Se desde a Constituição de 1988 está encaminhada uma revisão profunda das posturas adotadas pelo planejamento e pelas políticas urbanas frente às mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais, pretendeu-se neste trabalho levantar características do novo paradigma do saber (consoante com a cidade educadora) – molecularidade, heterogeneidade e horizontalidade –, e como a Arquitetura e o Urbanismo podem colaborar para tornar acessível essa cidade – com meios relativos ao papel dos equipamentos e espaços.

Vale lembrar que a cidade educadora converge com a noção de função social da cidade e, nesse sentido, almejou-se também verificar como a realidade se apresenta, e de que forma as políticas urbanas validam essa relação entre espaço do saber e espaço da cidade, evidenciando de que maneira os dispositivos urbanos podem beneficiar as pessoas.

O novo paradigma do saber, implicando/ multiplicando o espaço do saber e espaço da cidade cria, por meio de dispositivos urbanos, plataformas de ações que servem paulatinamente aos processos cotidianos de conquistas materiais e imateriais das pessoas. Nesse sentido, cabe também ao arquiteto urbanista permitir o relacionamento de diversas áreas ao ligar a cidade física com outras esferas de significação.

Frente à pouca reverberação teórica a respeito da relação entre espaço do saber e espaço da cidade entre arquitetos urbanistas, é considerável o modelo apresentado pelo Território do Bem, em que as comunidades que dele fazem parte se apropriam

e produzem de forma endógena espaços e equipamentos perante suas necessidades. O Território do Bem acaba por responder aos problemas colocados no trabalho. Primeiramente de qual é o papel dos dispositivos urbanos no espaço do saber. Os dispositivos urbanos são transformadores de situações, plataformas, mecanismos de ações que modificam o espaço por meio da prática social, reordenam o território por meio das relações de participação e apropriação do conhecimento, conferindo novas configurações (inclusive físicas) e significados, e dessa forma, constituindo bases operativas que servem para o desenvolvimento da vida urbana e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isso é evidente no Território do Bem quando este utiliza a unidade de saúde de Consolação para as reuniões do Fórum Bem Maior, quando se apropria de ruas para fazer suas feiras de economia solidária, quando se organiza e promove ações mesmo em espaços privativos, como casas, para proporcionarem diversão de domínio público, como o cinema Viela Filmes. Dentro desses processos urbanos contemporâneos, o Território do Bem tem demonstrado que é possível, por meio da associação comunidade / apropriação e produção endógena se beneficiar dos dispositivos para sua busca de autonomia e emancipação social.

Quanto à relação entre espaço da cidade e espaço do saber, esta relação pode ser aprimorada pela possibilidade de existência de espaços que sejam apropriados e produzidos conforme suas necessidades, o que inclui a participação, de alguma forma, da população nos processos de construção. No Território do Bem esse aprimoramento fica evidenciado pelos espaços construídos no Mutirão do Bem, em 2011, e no SENEMAU 2010, em que a população se organizou junto com grupos de estudantes, organizações não-governamentais para criar seus próprios espaços, independente da presença ou não do Estado. Os mecanismos de produção de saber ainda são passíveis de serem vistos por meio da programação do espaço, contribuindo para sua operacionalidade, incitando as pessoas a interagirem, se incluírem nos processos, se conectarem e aprenderem.

Desse modo, o balanço dos dispositivos urbanos na poligonal 1 nos 13 anos de Programa Terra Mais Igual mostrou que grande parte dos equipamentos socioculturais no Território do Bem são equipamentos como escolas, centros de educação infantil, unidades de saúde, CRAS, CAJUN; faltam ainda espaços abertos

e espaços que atendam não somente às crianças e adolescentes. Soma-se ainda o fato de que as características topográficas e problemas com o narcotráfico muitas vezes impedem que alguns espaços sejam criados ou que sejam apropriados por diversas pessoas nas comunidades. No entanto, a falta de espaços abertos e que atendam a uma parcela maior da população serve de potência de ação para o desenvolvimento dos próprios dispositivos urbanos, como se pode perceber com o Mutirão do Bem e o SENEMAU. Essa potência de ação presente nos dispositivos urbanos faz com que haja um descortinamento das imagens homogeneizadoras a respeito daqueles que se encontram em situação de exclusão, colocando aquele lugar como um lugar privilegiado de emancipação social por meio do fortalecimento da coletividade frente aos problemas, inclusive do narcotráfico.

Contudo, o problema do papel dos dispositivos urbanos dentro do novo paradigma do saber requer reflexão a respeito das políticas urbanas envolvidas no contexto da criação de equipamentos. Longe de serem espaços de controle e de cooptação pelo *city marketing*, procuram-se espaços conectores, de forma a buscar soluções para os diversos campos: social, econômico, cultural, educacional, urbano. Conectar, nesse caso, também corresponde a ligar toda a cidade, a criar uma rede de dispositivos que se encontrem dentro do novo paradigma do saber. E nesse sentido, a análise do Plano Plurianual 2010/2013 da Prefeitura Municipal de Vitória aponta para alguns questionamentos quando o assunto é a espacialização dos programas e ações pela cidade. Primeiramente, o que é fazer esse tipo de planejamento? Concentrar ações e programas em algumas partes da cidade e outras deixar a cargo dos consórcios? É fato e é necessário que as políticas públicas tentem, ao menos, minimizar as diferenças e os enclaves sociais existentes na cidade. Contudo, é preciso estar atento para o fato de não se construir outros.

Muito longe de parecer que as ações sejam apenas assistencialistas, é necessário entender que elas podem promover a emancipação social e ajudar a exercer a cidadania por meio da participação plena da sociedade no novo paradigma do saber, promovendo não só sua emancipação cultural, mas também econômica, de forma que haja uma ampla participação na sociedade da informação e, conseqüentemente, no mercado global; além disso, esses ganhos repercutem no estimado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Essa participação da população atinge também os diversos estágios da produção de espaços arquitetônicos e urbanos, estando relacionada com o que Jeremy Till, Peter Blundell Jones e Doina Petrescu (2005) colocam: a participação pode proporcionar um sentimento de pertença, de propriedade, e dessa forma, de responsabilidade com esse espaço. É o que acontece em Jaburu, na praça que começou a ser construída durante o Mutirão do Bem, e foi concluída posteriormente com a parceria da Arcelor Mittal.

Além disso, em contraponto à posição de Nuno Portas a respeito dos momentos de participação da população no processo de produção do espaço, Jones, Pretescu e Till afirmam que a participação nos diversos estágios – programação, decisão, deliberação –, também engloba questões funcionais e estéticas, de forma que estes termos não são neutros, devendo ser, portanto, colocados dentro do contexto político. Nesse sentido, é imprescindível que toda a cidade, e não só aquelas regiões periféricas, possua programas e ações que ajudem a construir esse processo.

Deixar que a iniciativa privada seja responsável por parte do processo é admitir que o Estado se faz menos presente em partes da cidade, indo de encontro às propostas iniciais do Plano Plurianual: defesa da vida e respeito aos direitos humanos; democratização da gestão pública; desenvolvimento sustentável com inclusão social. Sobretudo o desenvolvimento sustentável com inclusão social pressupõe pensar a cidade de maneira ampla, sem divisões, sem enclaves. Nesse sentido, é necessário repensar como as ações e programas contidos no PPA 2010/2013 se espacializam, pois de forma heterogênea não contribuem para urbanidade e qualidade de vida da população.

Essa heterogeneidade é mostrada em um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) acerca da presença do Estado no Brasil<sup>68</sup> referente ao ano de 2011. Nesse estudo, observa-se a presença intensa do Estado na área de assistência social, sobretudo na região Nordeste, enquanto as demais áreas –

---

<sup>68</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicado do IPEA n. 129:** presença do Estado no Brasil. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120110\\_comunicadoipea129.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120110_comunicadoipea129.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2012.

saúde, educação, segurança pública, equipamentos culturais – esses números são inversamente proporcionais.

Para citar como exemplo, o estado da Bahia, com 417 municípios com equipamentos culturais, possui 361 bibliotecas públicas, 42 museus, 74 teatros ou salas de espetáculo, 110 centros culturais, 19 cinemas, 312 videolocadoras, 302 ginásios poliesportivos ou estádios, 307 provedores de internet.

Da mesma maneira, no Espírito Santo, de acordo com o mesmo documento, existem 78 municípios com equipamentos culturais, 78 bibliotecas públicas, 25 museus, 25 salas de espetáculo ou teatros, 27 centros culturais, 16 cinemas, 68 videolocadoras, 76 ginásios poliesportivos ou estádios, 47 provedores de internet.

No Rio Grande do Sul esses números são: 496 municípios com equipamentos culturais, 480 bibliotecas públicas, 244 museus, 101 salas de espetáculo ou teatro, 154 centros culturais, 41 cinemas, 319 videolocadoras, 457 ginásios poliesportivos ou estádios e 212 provedores de internet.

Esses três exemplos denotam as diferenças existentes no Brasil, confirmando diferenças nos processos de emancipação social e participação na sociedade da informação e, conseqüentemente, no desenvolvimento socioeconômico. É evidente que no sul do país os processos de politização se fazem mais evidentes do que em outras regiões. Bem como o Espírito Santo se encontra a meio caminho desse processo.

Assim, observa-se a importância de se pensar dentro da complexidade do novo paradigma do saber e da cidade educadora. Evidenciar a importância de ter outro instrumento – a cidade – para a diminuição de enclaves e diferenças.

Repensar como as ações e os programas do Plano Plurianual devem se espacializar pela cidade segundo os princípios do novo paradigma do saber e da cidade educadora leva à segunda questão: saber se é possível distribuir os equipamentos que se concentram nas poligonais, por exemplo, por regiões administrativas pela cidade. Talvez essa seja uma proposta promissora no sentido de desenvolver sustentavelmente a cidade, diminuindo de fato as diferenças entre territórios. Não se

trata de homogeneizar as práticas urbanas, mesmo porque as atividades desenvolvidas devem ser pensadas territorialmente, mas trata-se de dar a oportunidade de construção da cidadania, da qualidade de vida a toda a população. É notório que determinados tipos de programa precedam em bairros periféricos da cidade devido às condições sociais, econômicas, culturais em que estes se encontram, mas também é preciso que eles sejam **diluídos** na cidade, para que haja a cidade-território seja território de todos.

Essa circunstância faz refletir sobre o fato se há uma real compreensão desse Plano Plurianual 2010/2013 dentro do novo paradigma do saber, pois embora seus eixos temáticos estratégicos sugiram isso, observa-se que na prática a falta de equipamentos e atividades por toda a cidade, a aglutinação deles em determinados territórios sugere que falta uma compreensão desse novo paradigma do saber como um processo global, complexo e de todos, não devendo se restringir somente aos territórios marginalizados.

Essa observação permite dizer que ainda não existe um projeto evidente de cidade educadora para Vitória, ou seja, Vitória ainda não é uma cidade educadora. O poder público do município ainda não percebeu que o investimento em equipamentos socioculturais e educativos, por exemplo, traz desenvolvimento social, político, cultural e também econômico. O que se observa é que em alguns setores, como a Secretaria Municipal de Educação, existe a compreensão da potência que é a cidade educadora – e devido a isto existem programas como o Tempo Integral e o Escola Aberta –, mas que configuram bolsões de cidade educadora.

O Território do Bem mostrou que por meio do novo paradigma do saber é possível ir à conquista da emancipação social e, dessa forma, tenta construir seu bolsão de cidade educadora. Muitos moradores já entendem a importância dos dispositivos urbanos e têm tirado proveito deles e das ações e programas oferecidos pela Prefeitura.

Por último, chama-se atenção para a questão da polivalência dos espaços e para a programação. A polivalência, já tratada pelo holandês Herman Hertzberger (1996) como aquela que possibilita que a multiplicidade de significados seja associada a múltiplos programas em um determinado espaço, também é vista pelo italiano



Massimo Cacciari (2010) como a saída para se habitar a cidade-território. Dentro da impossibilidade de se programar toda a cidade, agora já como um território, é possível que a movimentação dos corpos – atrelada a cada ação, a cada atividade proposta por uma coletividade ou por uma pessoa –, crie a polivalência dos espaços, transformando-os a cada momento.

A programação, entendida por meio de Castoriadis (1982) como a concretização provisória de uma intenção, e por Vicente Guallart (2008) como a estruturação de pontos na cidade que cadenciam a vida nessa cidade com suas atividades, vão ao encontro da polivalência do espaço, transformando os dispositivos urbanos em nós de uma mesma rede extensível. A programação é, dessa forma, uma prática molecular.

Programação e polivalência dos espaços permitem, portanto, que a população seja participante ativa nos processos de programação e de gestão dos dispositivos urbanos, contribuindo, conseqüentemente, para o novo paradigma do saber e para o processo de construção da cidade educadora.

Em síntese, a intenção deste trabalho não foi esgotar a temática do novo paradigma do saber, mas apontar algumas vias de análise. Buscou-se indicar possíveis abordagens do ponto de vista da Arquitetura e Urbanismo para a relação entre o espaço do saber e o espaço da cidade, destacando a importância de se construir e de se apropriar de dispositivos urbanos pela cidade. Nesse sentido, pensa-se que os dispositivos urbanos possuem fundamental contribuição para a busca de autonomia, a emancipação social, a conquista de urbanidade e de qualidade de vida.

Dentro desse cenário, o Território do Bem tem demonstrado como é possível atuar dentro do novo paradigma do saber, se utilizando de dispositivos urbanos, mostrando que é possível gerar novas formas de fazer planejamento, construção e gestão da cidade, sem necessariamente depender somente do Estado. O novo paradigma do saber permite que as pessoas sejam partícipes ativos da cidade, buscando, assim, sua qualidade de vida.

## 5 REFERÊNCIAS

ABELHÃO. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

\_\_\_\_\_. **Os espaços no Território do Bem**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 30 set. 2010.

AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução: Vinícios Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGENDA Vitória: o projeto. c2008. Disponível em: <<http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/agendavitoria/#projeto.php>>. Acesso em 03 jan. 2012.

ALESSANDRA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2. ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2001.

ARAVENA, Alejandro. La ciudad como fuente de equidad. In: BALLESTEROS, Mario et al. **Verb crisis**. Barcelos: Actar, 2008, p. 160-167.

ASOCIACIÓN Internacional de Ciudades Educadoras. **Carta de Ciudades Educadoras**. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.bcn.es/edcities/aice/adjunts/Carta%20Ciudades%20Educadoras%20%202004.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. A Escola-Parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). **Revista Arquitetura e Urbanismo**, n. 178, p.42-45, janeiro 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELLOT, Pilar Figueras. **Ciudad educadora**. c.2011. Disponível em: <[http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec\\_educating.html](http://www.bcn.es/edcities/aice/estatiques/espanyol/sec_educating.html)>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BENATTI, Angélica Tanus; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de (Orgs.). **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra Editoria, 2010.

BIBLIOTEQUES DE BARCELONA: B. Vila de Gràcia. c.2011. Disponível em: <[http://w3.bcn.es/XMLServeis/XMLHomeLinkPI/0,4022,650920084\\_832977749\\_2,00.html](http://w3.bcn.es/XMLServeis/XMLHomeLinkPI/0,4022,650920084_832977749_2,00.html)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

BISCOTTO, Denise Barbieri; MOREIRA, João Vicente Pedrosa. **Plano bem maior do Território do Bem**. Vitória: [s.n.], 2008.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat**: as políticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana das cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BONI, Melissa Passamani. **Os programas e equipamentos da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 10 maio 2011.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução: Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANDÃO, Carlos R.; LEAL, Alessandra; BORGES, Maristela C. Saber para si, saber com os outros. In: MAFRA, Jason et al. **Globalização, educação e movimentos sociais**: 40 anos da Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Instituto Paulo Freire: Esfera, 2009, p. 100-111.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre as políticas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2009.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Tradução: José J. C. Serra. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: [1.] artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CIUDADES miembro. c2011. Disponível em: <<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPaisosAc.do#Brasil>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo. Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo (org.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COELHO, Margareth Batista Saraiva. **Gestão de Políticas Públicas com Inclusão Social no Âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória**. 2005. 126f. Monografia (Especialização em Gestão Municipal de Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Gestão Municipal de Políticas Públicas, Instituto Saber & Cidadania e Faculdade Integradas de Vitória, Vitória. Disponível em:<[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090903\\_monogra\\_margareth\\_terra.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090903_monogra_margareth_terra.pdf)>. Acesso em 01 fev. 2011.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P.; SILVA, Gerardo (org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Xavier. El arquitecto como etnógrafo. In: DEVESA, Ricardo; GAUSA, Manuel (Orgs.). **Otra mirada: posiciones contra crónicas – La acción crítica como reactivo em la arquitectura española reciente**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010, p.37-40.

CRUZ, Teddy. Arquitectura: participación, proceso e negociación. In: BALLESTEROS, Mario et al. **Verb crisis**. Barcelos: Actar, 2008, p.150-159.

DIAGONAL urbana. **Pesquisa sócio-organizativa: poligonal 1**. Vitória: [s.n.], 1999.

DÓRIA, Og Roberto.; PEREZ, Maria Aparecida (Orgs.). **Educação, CEU e cidade: breve história da educação brasileira nos 450 anos da cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, 2007.

FERRÉ, Albert et. At. **Verb connection: generación de actividad que vincula físicamente programas, personas y usos**. Barcelona: Actar, 2004 (Architecture boogazine; 3).

GAUSA, Manuel et al. **Diccionario Metapolis Arquitectura Avanzada: ciudad y tecnología en la sociedad de la información**. Barcelona: Ed. Actar, 2001.

GHIRARDO, Diane Yvonne. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (coleção a).

GRAHAM, Stephen. **Rumo à cidade em tempo real: desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e telemiática**. c.2011. Disponível em: <[www.wisetel.com.br/espaco\\_de\\_futuros/p23.htm](http://www.wisetel.com.br/espaco_de_futuros/p23.htm)>. Acesso em: 10 out. 2011.

GRYNSZPAN, Mário.; PANDOLFI, Dulce Chaves. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A favela fala: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

GESILEDIA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

GIOVANA. **Mapa cognitivo**. 2010. 1 desenho.

GUALLART, Vicente. **Geologics: geography, information, architecture**. Barcelona: Actar, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. Tradução: Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p.243-253, 1996.

INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: sinopse do censo e resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicado do IPEA n. 129**: presença do Estado no Brasil. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120110\\_comunicadoipea129.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120110_comunicadoipea129.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2012.

INTERAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1123.

INTERBORO Partners. Improve your lot! el nuevo suburbanismo. In: BALLESTEROS, Mario et al. **Verb crisis**. Barcelos: Actar, 2008, p.240-269.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, Cosme Santos de. **Os espaços no Território do Bem**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 27 nov. 2010.

JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Orgs.). **Architecture and participation**. New York: Spon Press, 2005.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LATAVANHA, Valéria Andrade; FALCON, Priscilla Yumi J. G.; CONCEIÇÃO, Zilma Ferreira da. **O fomento dos canais de participação e a busca de autonomia nas comunidades**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira em 19 jan. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução: Nicholson-Smith. 29. ed. Malden: Blackwell, 2010.

LEONG, Sze Tsung. Espaço del control. In: BOERI, Stefano; FORT, Francine.; JACQUES, Michel. **Mutaciones**. Barcelona: Actar, 2000, p.184-195.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é virtual?** Tradução: Paulo Neves. São Paulo: ED. 34, 1997.

LOUREIRO, José Carlos Neves. **O contexto do Projeto Terra e as poligonais**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira em 28 dez. 2010.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARTINUZZO, José Antonio. **Projeto Terra: Vitória para todos**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2002.

MARTÍNEZ, Lucila. **Colômbia, o país das bibliotecas**. [S.l., s.n.], [s.d.]. Disponível em: <[http://www.criancascriativas.com.br/biblio\\_artigo.pdf](http://www.criancascriativas.com.br/biblio_artigo.pdf)>. Acesso em 19 maio. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**: EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=83>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILGRAM, Stanley. **The individual in a social world: essays and experiments**. 2 ed. New York: McGraw-Hill, 1992.

MOREIRA, Antonio Flávio B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.21, n.73, p.1-30, dez.2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

MURARI, Rosana de Sousa. **Os espaços públicos na Poligonal 1**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira, Vitória, 02 fev. 2011.

NANCY, Jean-Luc. **The inoperative community**. Tradução: Peter Connor, Minneapolis, Oxford: University of Minnesota Press, 1991.

NATRON SB; PCE; AUTOGRAFICS. **Relatório de diagnóstico: poligonal 1**. Vitória: [s.n.], 1998.

NETTO, V. de M.; PASCHOALINO, R.; PINHEIRO, M. Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

RODRIGUES, Carolina. Novas metodologias de pesquisa sobre exclusão social auxiliam a gestão pública. **ComCiência**, Campinas, 10 maio 2004. Disponível em:<<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/10.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2011.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, SP, n. 24, p.225-236, 2001.

PAULA, João Antônio de. A cidade e a universidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio L. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.35-53.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio**: políticas subjetivas contemporâneas. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 2000.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (empowerment). **Sapiência**, Teresina, ano 3, n. 8, [s.p.], jun. 2006. Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 13 fev. 2102.

PINTO, André Luiz. **Urbanismo na fragmentação**: a resposta do Bairro-escola. Rio de Janeiro: PTK, 2008.

PORTAL fora do eixo. c.2011. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/institucional>>. Acesso em 15 set. 2011.

PORTAS, Nuno. Tendências do Urbanismo na Europa, **OCULUM**, Campinas, n.3, p.4-13, 1993.

PROVOOST, Michelle; VANSTIPHOUT, Wouter. Welcome Into My Back Yard International Building. In: FERRÉ, Albert et. At. **Verb connection**: generación de actividad que vincula físicamente programas, personas y usos. Barcelona: Actar, 2004 (Architecture boogazine; 3), p.128-155.

QUAIS são. c2011. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php?pagina=quaissao>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

RELPH, Edward. **A paisagem urbana moderna**. Tradução: Ana MacDonald de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1987.

SANAA. Museo de Arte Contemporáneo Siglo XXI, Kanazawa. In: FERRÉ, Albert et. At. **Verb connection**: generación de actividad que vincula físicamente programas, personas y usos. Barcelona: Actar, 2004 (Architecture boogazine; 3), p. 196-205.

SANTAELLA, Lúcia. O homem e as máquinas. In: DOMUNGUES, Diana (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Unesp, 1997, p.33-44.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Coord.). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de usos coletivo em um centro de bairro**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Projeto, 1985.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento. **Revista Espaço & Debate**, São Paulo, n. 41, p.66-74, 2011.

SECCHI, Bernardo. La ciudad contemporánea y su proyecto. In: FONT, Antonio. **Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación**. Barcelona: Diputació Barcelona, 2003, p.91-119.

SERRES, Michel. **Atlas**. Tradução: João Paz. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. (coleção Epistemologia e Sociedade)

SIENA, Domenico di. **Espacios sensibles: hibridación físico-digital para la revitalización de los espacios públicos**. 2009. 363f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Doutorado em Periferias, sostenibilidad y vitalidad urbana, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madrid, 2009. Disponível em: <[http://urbanohumano.org/download/Espacios\\_Sensibles\\_15.09.09.pdf](http://urbanohumano.org/download/Espacios_Sensibles_15.09.09.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo).

THE SEATTLE Public Library. **Libraries for all: a report to the community**. Seattle: [s.n.], 2008.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.

VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia. Bairro-escola: espaços públicos em uma política urbana integrada. In: VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; GUERRA, Max Welch (Orgs.). **Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p.183-194.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real**. Tradução: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

VITÓRIA (Município). **Decreto nº. 10.131, de 15 de janeiro de 1998**. Cria o Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação



Ambiental nas áreas Ocupadas por População de Baixa Renda no Município de Vitória – Projeto Terra e dá outras providências. Vitória, 1998. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/1998/D10131.PDF>>. Acesso em : 01 fev. 2011.

VITÓRIA (Município). **Projeto de lei**. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Vitória, para o período 20130/2013. Vitória, 2009.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

O método utilizado contou com entrevistas com representantes de Secretarias Municipais da Prefeitura de Vitória e com moradores das comunidades que fazem parte da poligonal 1.

O critério para a escolha dos representantes das diversas Secretarias da Prefeitura foi a participação dessas Secretarias nos dispositivos urbanos, sejam por meio de ações ou programas. Dessa forma, as Secretarias pesquisadas foram: Educação, Esporte e Lazer, Cultura, Assistência Social e o Núcleo Terra, pertencente à Secretaria de Gestão Estratégica.

Quanto ao critério de escolha dos moradores, este teve em vista pessoas representativas nas comunidades envolvidas diretamente em ações e participantes ativas nos dispositivos urbanos locais.

O roteiro de entrevista para os moradores seguiu as seguintes sentenças:

- a) Fale qual é o lugar mais importante para você, fora a sua casa. Com que frequência você vai lá (dia? noite? 1 vez por semana, ou mais? fim de semana ou durante a semana)?
- b) Existe algum espaço no Território do Bem que foi feito para algo e “não serve” para isso, ou que foi feito e “serve”?
- c) Fale quais são os espaços que para você têm algum tipo de cultura, lazer aprendido aqui no Território do Bem.
- d) Por que você acha esses espaços importantes?
- e) Onde você acha que existe algum tipo de interação, conexão, inclusão aqui?

Ressalta-se o aspecto qualitativo do trabalho, de forma que não se pretendeu um grande número de entrevistas, e sim aquelas que poderiam indicar o uso dos dispositivos urbanos e que possuem alguma ação em suas comunidades. Soma-se ainda a dificuldade em se conseguir mais entrevistados devido a questões de tempo (por parte dos moradores) e, em alguns casos, de desconfiança a respeito das intenções do trabalho. A esse respeito é importante observar e deixar claro que a pesquisa realizada tem o objetivo de ajudar em suas lutas, mas que talvez não consiga atuar diretamente.

Assim, os moradores entrevistados nesse trabalho foram:

Abelhão – morador da comunidade Jaburu, 24 anos, representa o Centro de Referência da Juventude, criador do grupo Virtude Periférica. Colocou a questão do trabalho ter alguma utilidade para suas lutas, sendo essa sua moeda de troca para a entrevista.

Alessandra – moradora da comunidade Jaburu, 30 anos, é coordenadora interina do CAJUN Jaburu.

Giovana – moradora da comunidade São Benedito, 28 anos, técnica do projeto Ecos do Bem, criado pela organização não-governamental Ateliê de Ideias.

Gesileidia – moradora da comunidade Floresta, 29 anos, técnica do projeto Ecos do Bem, criado pela organização não-governamental Associação Ateliê de Ideias.

Cosme – morador da comunidade Jaburu, técnico incubador da organização não-governamental Associação Ateliê de Ideias, representante comunitário do Jaburu e do Grupo Nação.

Representantes de outras comunidades, como Engenharia , Bonfim, Consolação e Bairro da Penha não quiseram se colocar a respeito do tema do trabalho.

Como para cada morador foi pedido a confecção de um mapa cognitivo, tem-se a produção de cinco mapas cognitivos.

## APÊNDICE B – Tabela 1 - Programas Contidos no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos

	<b>PROGRAMA</b>	<b>SECRETARIA</b>
1	Áreas Verdes, Parques Urbanos e Unidades de Conservação	SEMMAM
2	Apoio à Formação de Atletas	SEMESP
3	Desenvolvimento do Esporte, da Ginástica e do Lazer para a Comunidade	SEMESP
4	Orçamento Participativo	SEGES
5	Terra Mais Igual	SEGES
6	Orla de Vitória	SEDEC/ CDV
7	Revitalização Urbana de Vitória	SEDEC
8	Fortalecimento do SUAS	SEMAS
9	Juventude Ativa	SEMAS
10	Valorização e Capacitação dos Serviços	SEMAP
11	Cultura para Todos	SEMC
12	Educação em Tempo Integral	SEME
13	Revitalização, Manutenção e Expansão da Rede Física Escolar	SEME
14	Acesso e Permanência à Educação Básica com Qualidade	SEME

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

## APÊNDICE C – Tabela 2 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos

	AÇÕES	SECRETARIA	PROGRAMA VINCULADO
1	Implantação de parques	SEMMAM	1
2	Implantação e recuperação de espaços esportivos	SEMOB	2
3	Construção ou Melhoria de Áreas de Lazer e Esporte	SEMOB	4
4	Obras de Urbanização	SEMOB	5
5	Urbanização ou Requalificação da Orla de Vitória	SEMOB	4
6	Complementação das Obras da Orla de Camburi	SEMOB	6
7	Implementação das Obras de Urbanização/ Reurbanização da Orla de Vitória	SEMOB	6
8	Intervenções Urbanas no Centro	SEMOB	7
9	Proteção Social a Crianças e Adolesc. em Situação de Risco Social (atividades socioeducativas)	SEMAS	12
10	Centros de Convivência da Terceira Idade	SEMAS	8
11	Terceira Idade em Ação	SEMAS	8
12	Fortalecimento do FIA	SEMAS	8
13	Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	SEMAS	8
15	Núcleos Afro-Odomodê	SEMAS	9
16	Centro de Referência da Juventude	SEMAS	9
17	Pro-jovem adolescente	SEMAS	9
18	Criação de Núcleos Esportivos - Programa Segundo Tempo	SEMESP	2
19	Jogos Estudantis de Vitória - JOEVI	SEMESP	2
20	Recuperação e Criação de Espaços Esportivos Regionais	SEMESP	2
21	Esporte e Lazer da Cidade	SEMESP	3
22	Museu Esportivo do Município de Vitória	SEMESP	3
23	Academias Populares	SEMESP	3
24	Ampliação do Projeto Escolinhas de Esportes	SEMESP	2
25	Atividades de Esporte e Lazer Aplicadas a Educação em Tempo Integral	SEMESP	12
26	Projeto de Incentivo à leitura (Participantes da Biblioteca Virtual)	SEMAD	10
27	Circuito Cultural	SEMC	11
28	Construção da Biblioteca Municipal	SEMC	11
29	Prazer de Ler em Vitória (população leitora com maior senso crítico)	SEMC	11
30	Estruturação e Gestão dos Espaços Culturais	SEMC	11
31	Preservação, conservação e valorização do patrimônio histórico e cultural	SEMC	11
32	Preservação, formação, promoção, intercâmbio e difusão cultural	SEMC	11
33	Escola Popular de Comunicação Crítica (Rede Implantada)	SEMSU	9
34	Projeto Farol (Jovens Negros Atendidos)	SEMCID	9
35	Sexo, Drogas e...Diálogo (n. de oficinas realizadas)	SEMSU	9
36	Construção e Reforma das EMEF's	SEME	4
37	Construção e Reforma dos CMEI's	SEME	4
38	Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos prédios escolares formais e não-formais	SEME	13
39	Telecentro em Tempo Integral	SETGER	12
40	Educação Musical	SEME	14
41	Escola Aberta	SEME	14
42	Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória	SEME	14

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

### **APÊNDICE D – Tabela 3 – Programas Contidos no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1**

	<b>PROGRAMA</b>	<b>SECRETARIA</b>
1	Áreas Verdes, Parques Urbanos e UC	SEMMAM
2	Apoio à Formação de Atletas	SEMESP
3	Desenvolvimento do Esporte, da Ginástica e do Lazer para a Comunidade	SEMESP
4	Orçamento Participativo	SEGES
5	Terra Mais Igual	SEGES
6	Fortalecimento do SUAS	SEMAS
7	Juventude Ativa	SEMAS
8	Cultura para Todos	SEMC
9	Educação em Tempo Integral	SEME
10	Revitalização, Manutenção e Expansão da Rede Física Escolar	SEME
11	Acesso e Permanência à Educação Básica com Qualidade	SEME

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

## APÊNDICE E – Tabela 4 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1

	<b>AÇÕES</b>	<b>SECRETARIA</b>	<b>PROGRAMA VINCULADO</b>
1	Implantação de parques (São Benedito) - Apresentado estudo preliminar	SEMMAM	1
2	Implantação e recuperação de espaços esportivos (em definição em Itararé)	SEMOB	2
3	Construção ou Melhoria de Áreas de Lazer e Esporte (caso de Jaburu - em definição)	SEMOB	4
4	Obras de Urbanização	SEMOB	5
5	Proteção Social a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social (atividades socioeducativas)	SEMAS	9
6	Centros de Convivência da Terceira Idade	SEMAS	6
7	Terceira Idade em Ação	SEMAS	6
8	Fortalecimento do FIA (Apoio ao Sarça e João XXIII, etc.)	SEMAS	6
9	Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	SEMAS	6
10	Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes	SEMAS	6
11	Núcleos Afro-Odomodê	SEMAS	7
12	Centro de Referência da Juventude	SEMAS	7
13	Pro-jovem adolescente	SEMAS	7
14	Criação de Núcleos Esportivos - Programa Segundo Tempo	SEMESP	2
15	Jogos Estudantis de Vitória - JOEVI	SEMESP	2
16	Academias Populares (Parque Horto)	SEMESP	3
17	Atividades de Esporte e Lazer Aplicadas a Educação em Tempo Integral	SEMESP	9
18	Circuito Cultural	SEMC	8
19	Projeto Farol (Jovens Negros Atendidos)	SEMCID	7
20	Sexo, Drogas e ...Diálogo (número de oficinas realizadas) SEMSU	SEMSU	7
21	Construção e Reforma das EMEF's	SEME	4
22	Construção e Reforma dos CMEI's	SEME	4
23	Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos prédios escolares formais e não-formais	SEME	10
24	Telecentro em Tempo Integral	SETGER	9
25	Educação Musical	SEME	11
26	Escola Aberta	SEME	11
27	Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória	SEME	11

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.



## APÊNDICE F – Tabela 5 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos com Espaço Físico

<b>AÇÕES</b>		<b>SECRETARIA</b>
1	Implantação de parques	SEMMAM
2	Implantação e recuperação de espaços esportivos	SEMOB
3	Construção ou Melhoria de Áreas de Lazer e Esporte	SEMOB
4	Obras de Urbanização	SEMOB
5	Urbanização ou Requalificação da Orla de Vitória	SEMOB
6	Complementação das Obras da Orla de Camburi	SEMOB
7	Implementação das Obras de Urbanização/ Reurbanização da Orla de Vitória	SEMOB
8	Intervenções Urbanas no Centro	SEMOB
9	Centros de Convivência da Terceira Idade	SEMAS
10	Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	SEMAS
11	Núcleos Afro-Odomodê	SEMAS
12	Centro de Referência da Juventude	SEMAS
13	Projeto de Reurbanização da Orla da Avenida Beira Mar	SEDEC
14	Criação de Núcleos Esportivos - Programa Segundo Tempo	SEMESP
15	Recuperação e Criação de Espaços Esportivos Regionais	SEMESP
16	Esporte e Lazer da Cidade	SEMESP
17	Museu Esportivo do Município de Vitória	SEMESP
18	Academias Populares	SEMESP
19	Ampliação do Projeto Escolinhas de Esportes	SEMESP
20	Construção da Biblioteca Municipal	SEMC
21	Preservação, conservação e valorização do pat. hist. e cultural	SEMC
22	Preservação, formação, promoção, intercâmbio e difusão cultural	SEMC
23	Escola Popular de Comunicação Crítica (Rede Implantada)	SEMSU
24	Construção e Reforma das EMEF's	SEME
25	Construção e Reforma dos CMEI's	SEME
26	Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos prédios escolares formais e não-formais	SEME
27	Telecentro em Tempo Integral	SETGER
28	Escola Aberta	SEME
29	Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória	SEME

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

## APÊNDICE G – Tabela 6 – Ações Contidas no PPA 2010/2013 com Potencial para Dispositivos Urbanos na Poligonal 1 com Espaço Físico

	<b>AÇÕES</b>	<b>SECRETARIA</b>
1	Implantação de parques (São Benedito) - Apresentado estudo preliminar	SEMMAM
2	Implantação e recuperação de espaços esportivos (em definição em Itararé)	SEMOB
3	Construção ou Melhoria de Áreas de Lazer e Esporte (caso de Jaburu - em definição)	SEMOB
4	Obras de Urbanização	SEMOB
5	Centros de Convivência da Terceira Idade	SEMAS
6	Terceira Idade em Ação	SEMAS
7	Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	SEMAS
8	Núcleos Afro-Odomodê	SEMAS
9	Centro de Referência da Juventude	SEMAS
10	Criação de Núcleos Esportivos - Programa Segundo Tempo	SEMESP
11	Academias Populares	SEMESP
12	Construção e Reforma das EMEF's	SEME
13	Construção e Reforma dos CMEI's	SEME
14	Construção, Reforma, Ampliação e Manutenção dos prédios escolares formais e não-formais	SEME
15	Telecentro em Tempo Integral	SETGER
16	Escola Aberta	SEME
17	Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória	SEME

Fonte: Plano Plurianual 2010/2013 (2009).

Nota: Dados adaptados pelo autor.